

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração / 03

Órgãos Sociais / 05

Relatório do Conselho de Administração / 06

- 1. Introdução / 07**
- 2. Missão / 07**
- 3. Enquadramento Macroeconómico / 07**
- 4. Atividade da Caravela / 13**
- 5. Impacto COVID-19 e Evolução para 2022 / 24**
- 6. Considerações Finais / 25**

Relatório do Governo Societário / 27

Política de Remunerações dos Colaboradores / 35

Demonstrações Financeiras:

- Posição Financeira / 38**
- Ganhos e Perdas / 43**
- Variações do Capital Próprio / 46**
- Rendimento Integral / 49**
- Fluxos de Caixa / 51**

Anexo às Demonstrações Financeiras / 54

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal de Contas

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano 2021 teve como principal característica ser o 2º ano da Pandemia COVID-19.

Após um período de 2020 de adaptação ao novo contexto de incerteza em termos de saúde pública, tivemos ainda no final de 2020 o início de esperança com o aparecimento das primeiras vacinas que apareceram no final do ano. Iniciaram-se os planos de preparação da recuperação económica para 2021.

No entanto, a variante Delta entrou em 2021 com força total e a economia esteve em confinamento até ao final do mês de abril.

Um segundo ano de incerteza e de postecipação de um conjunto de investimentos previstos pelos atores económicos condicionaram o desempenho da Economia portuguesa.

No âmbito da atividade da Caravela saliento dois fenómenos que contribuíram fortemente para o desempenho em 2021:

- a) a redução da atividade segurável resultante do abrandamento económico teve impacto na dinâmica de aquisição de novas parcerias e novos clientes;
- b) o desemprego e as falências/redução fortes na atividade das empresas dos sectores mais afetados pela economia traduziu-se num importante aumento da anulação de apólices por falta de pagamento, apesar das moratórias existentes.

Apesar destes fatores, o crescimento da Caravela foi de 15,5% em 2021 bem acima do que o verificado pelo mercado segurador Não Vida (4,9% em 2021).

O resultado líquido foi de 3,4 milhões de euros, inferior aos 4,0 milhões de euros verificados em 2020, condicionado essencialmente pelos avanços e recuos na economia verificados em 2020 e 2021, com o maior reflexo verificado nas anulações de apólices resultantes do desemprego e das falências verificadas em alguns setores mais afetados pela Pandemia.

A estabilidade da rede de distribuição contribuiu para este crescimento, que apesar das dificuldades manteve uma tendência de crescimento.

Em 2021 iniciámos, através da faculdade de Livre Prestação de Serviços no mercado europeu, uma parceria no mercado francês com o MGA-Dune que arrancou em abril de 2021.

No segundo semestre do ano, já marcado por um elevado nível de vacinação, os níveis de mobilidade voltaram aos valores de 2019, durante os meses de agosto, setembro e outubro, mas com o aparecimento da variante Ómicron, voltamos a verificar uma inversão na tendência de recuperação.

Para 2022, enfrentamos dois fortes desafios:

- a) a capacidade de refletir tensões inflacionistas nos preços dos seguros;
- b) a capacidade de voltar aos níveis de crescimento observados antes da pandemia.

Foram lançadas, no segundo semestre de 2021, uma série de iniciativas ao nível dos negócios tradicionais, ao nível digital B2C, e ao nível dos grupos de afinidade, que procuram responder a estes desafios.

Com uma situação financeira bastante confortável, apresentando a Caravela um rácio de SCR e MCR em Solvência II de 212,8% e 459,1% em 31 de dezembro de 2021, estamos em boas condições para novas conquistas no período pós-Pandemia.

Agradecemos a todos os *stakeholders* que compõem o nosso ecossistema o apoio e a contribuição para o desenvolvimento da atividade da Caravela.

Estas realizações têm como principais artífices o conjunto de colaboradores da Caravela que com a sua dedicação e empenho têm sabido contornar os obstáculos que vão aparecendo na rota.

Uma palavra de destaque aos empresários da mediação de seguros que temos connosco na nossa viagem e que são cada vez mais e com maior vínculo ao projeto.

Também às empresas prestadoras de serviços o nosso agradecimento pois souberam não só interpretar o modelo operacional da Caravela, mas têm contribuído com inovação e qualidade de serviço para a melhoria da “Experiência do Cliente”.

Agradecemos à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a colaboração e as sugestões apresentadas no acompanhamento da atividade da Caravela.

Uma nota final de apreço aos acionistas da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio que têm dado ao projeto, cujo objetivo maior é proporcionar aos clientes uma nova experiência no que respeita a seguros, marcado pela inovação e pela resposta aos novos desafios.

Apesar das vicissitudes de 2020 e 2021, marcados pela Pandemia COVID-19, a viagem continua rumo a novas conquistas!

Luis Cervantes

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2021, a composição dos Órgãos Sociais da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. é a seguinte:

Assembleia Geral

- **Presidente** - Nuno Miguel Marques dos Santos Horta
- **Secretário** - Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo

Conselho de Administração

- **Presidente** - Luís Filipe Sampaio Cervantes
- **Vice-Presidente** - David Angulo Rubio
- **Vogal** - António Manuel Nestor Ribeiro
- **Vogal** - Fabrizio Cesario
- **Vogal** - George Koulouris
- **Vogal** - Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa
- **Vogal** - José Paulo de Castro Trigo

Conselho Fiscal

- **Presidente** - Manuel Augusto Lopes de Lemos
- **Vogal** - Humberto Manuel Martins Carneiro
- **Vogal** - José Elísio Lopes da Silva Quintas – ROC nº 643
- **Suplente** - José António Truta Pinto Rabaça

Revisores Oficiais de Contas

- **Efetivo** - Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. - SROC nº 51, representada por Pedro Miguel Pires de Jesus - ROC nº 1930
- **Suplente** - Paulo Jorge Damião Pereira - ROC nº 1219

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

RELATÓRIO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

1. Introdução

Do ponto de vista global, o ressurgimento da pandemia voltou a adiar o arranque de um crescimento económico robusto; apesar disso, os apoios às políticas económicas - monetárias e fiscais – e as campanhas de vacinação em curso em todo o mundo estão a refletir-se na melhoria das perspetivas económicas para o ano de 2022.

As perspetivas a médio prazo para a economia mundial são nitidamente melhores embora desiguais nas diferentes áreas do globo.

Neste aspeto deve salientar-se que a União Europeia (UE) aprovou um regulamento que estabelece o Mecanismo de Recuperação e Resiliência que irá distribuir 750 mil milhões de euros em fundos para financiar os programas de investimento e reforma definidos em planos nacionais de recuperação e resiliência posteriormente aprovados pela UE, e que tiveram de se basear em objetivos estratégicos pré-definidos, como sejam a transição verde, a transformação digital e a coesão social e territorial.

Apesar da incerteza ainda vivida, em 2021 o mercado segurador nacional apresentou um volume da produção de seguro direto superior a 13,1 mil milhões de euros, refletindo um acréscimo de 34,8% face ao valor verificado em 2020.

Esse crescimento foi muito influenciado pelo ramo Vida com um expressivo acréscimo de 69,5%, representado em 7,7 mil milhões de prémios brutos emitidos.

Já o subsetor dos ramos Não Vida, manteve um crescimento muito limitado, tal como nos últimos anos, atingindo os 5,4 mil milhões de euros de prémios brutos emitidos, com uma variação positiva de 4,9% relativamente ao ano anterior.

Enquanto isso, a Caravela - Companhia de Seguros, S.A. continuou o seu percurso de crescimento, com base num significativo conhecimento do mercado segurador português e suportado em projetos inovadores, alguns dos quais extravasando o mercado nacional. Esse crescimento ficou expresso num volume de negócios de 116,4 milhões de euros no fim do exercício, o que representou um acréscimo de 15,5% relativamente a 2020, permitindo a manutenção da Companhia no 10º lugar do ranking das companhias Não Vida com atividade em Portugal.

Dos acontecimentos ocorridos no ano agora findo, o mais significativo terá sido a primeira parceria efetuada com um broker estrangeiro, que permitiu o início da comercialização de um produto desenhado pela Caravela, em regime de Livre Prestação de Serviços (LPS), no competitivo mercado segurador francês.

2. Missão

A Caravela além do objetivo de apoiar a construção de uma sociedade sustentável tem por missão defender valores fundamentais como sejam o profissionalismo, a integridade, a confiança, o rigor e a dedicação, assentes em parcerias com a mediação de qualidade e com todos os seus fornecedores e colaboradores sob o signo de sentimentos de pertença e partilha, para bem servir a comunidade na importante área da assunção de riscos.

3. Enquadramento Macroeconómico

3.1. Conjuntura Internacional¹

Ao longo do ano de 2021, apesar de tudo o referido anteriormente, começou a ser percorrido um caminho

¹ Fonte:

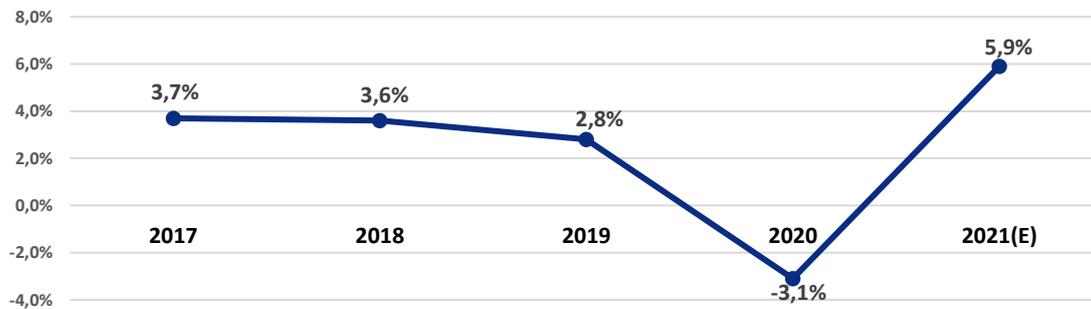
Fundo Monetário Internacional (Janeiro 2022) – “World Economic Outlook Update, January 2022” Disponível em

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/01/25/world-economic-outlook-update-january-2022>

European Central Bank (No. 8 January 2022) – “Economic Bulletin”. Disponível em <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/ecbu/eb202008.en.pdf>. Economic and monetary developments (pp.3) Banco de Portugal (dezembro 2021)-“Boletim Económico”

marcado pela recuperação da atividade económica a nível mundial, após o impacto negativo causado pela pandemia Covid-19. De acordo com as últimas previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), é estimado um crescimento do produto interno bruto mundial na ordem dos 5,9%, evidenciando um forte contraste face ao registado em 2020 (-3,1%) e aproximando-se dos valores pré-pandemia:

Evolução do PIB Mundial



No decorrer do ano verificou-se um crescimento acentuado da atividade mundial. Apesar de no primeiro semestre o ritmo de crescimento ter começado moderado, devido ao agravamento da pandemia neste período em alguns países, verificou-se um maior dinamismo a partir do segundo semestre, impulsionado principalmente pelas economias avançadas, devido ao progresso verificado nas taxas de vacinação, às medidas de apoio à economia e ao impacto de uma maior flexibilidade nas medidas de restrição à atividade económica.

Nos países emergentes registou-se um crescimento mais robusto das trocas comerciais, principalmente após a abertura das economias, no primeiro semestre de 2021. Todavia, é notória alguma incerteza relativamente ao ritmo de recuperação do comércio mundial, provocada pelas limitações da oferta no abastecimento de produtos intermédios essenciais, tais como semicondutores, necessários ao fabrico de produtos, com consequências diretas na produção industrial e nas exportações das economias avançadas. Adicionalmente, continuam a existir perturbações no comércio internacional provocadas pela saída do Reino Unido da União Europeia.

Particularizando algumas economias, destacam-se:

- Nos Estados Unidos, a evolução da economia é estimada em 5,6%, recuperando após um crescimento moderado no terceiro trimestre causado pelo ressurgimento de infeções por COVID-19. Destaca-se a diminuição nos tempos de espera e nos custos de envio entre a China e os Estados Unidos, ainda que os volumes de *stocks* de bens duradouros permaneçam abaixo dos níveis pré-pandemia.
- Para a China, é estimado um crescimento do PIB na ordem dos 8,1%, sendo que o ritmo de crescimento na atividade desacelerou acentuadamente devido à escassez de energia, à instabilidade no setor imobiliário residencial e aos novos surtos de COVID-19.
- Tal como na China, a economia do Japão desacelerou no terceiro trimestre, devido aos constrangimentos da oferta e ao ressurgimento das infeções por COVID-19. O progresso na vacinação e o apoio político contínuo têm sido importantes para o crescimento económico, que se situou nos 1,6% em 2021.
- Na Índia, verificou-se um forte ressurgimento de infeções por COVID-19, no segundo trimestre de 2021, que provocou uma significativa contração na atividade económica, seguida de uma recuperação

no terceiro trimestre. O ritmo favorável de recuperação da atividade na Índia, impactou positivamente o aumento do crescimento real do PIB global (excluindo a área do euro) no terceiro e quarto trimestres, ainda que não tenha sido acompanhado por desenvolvimentos em outras grandes economias. É previsto que a Índia tenha tido, em 2021, um crescimento económico na ordem dos 9%, sendo, por isso, o país com a evolução mais positiva entre os países em desenvolvimento e mercados emergentes.

- O Reino Unido viu a sua atividade económica permanecer moderada. As principais causas para este cenário são as interrupções na cadeia de suprimentos, a escassez de mão de obra, devido às condições globais e ao Brexit e o fraco investimento. No entanto, o consumo privado impulsionou a atividade económica à medida que as restrições do COVID-19 diminuíram. Estima-se um crescimento do PIB de 7,2%.

Como se constata dos comentários acima, nos países em desenvolvimento e nos mercados emergentes, a China e a Índia destacam-se pela positiva, acompanhando as economias avançadas no retorno ao cenário pré-crise pandémica. Contudo, a recuperação continua atrasada em outras economias emergentes, sendo que se prevê que este dinamismo mais vagaroso impactará a atividade a nível global no futuro. Em 2021, os países em desenvolvimento e mercados emergentes terão apresentado um crescimento na ordem dos 6,5%.

Na Zona Euro, a economia continua a recuperar, sendo estimado um crescimento económico de 5,2% para 2021 e de 3,9% em 2022. Espera-se que a forte procura interna impulse a recuperação da atividade económica nos próximos tempos. Ao longo do ano 2021 o mercado de trabalho também evoluiu positivamente, com um maior número de pessoas empregadas, que justifica o aumento das rendas e do consumo das famílias. De assinalar que os custos crescentes associados às energias estão a impactar negativamente o consumo. A projeção relativa à procura externa na área do euro é de um aumento de 8,9% em 2021 e de 4,0% em 2022. Refira-se, no entanto, que estes resultados são inferiores comparativamente a projeções anteriores, devido, essencialmente, ao impacto negativo dos problemas no fornecimento das importações globais. Já as projeções do *Eurosystem*, para a inflação, apontam para uma subida de 0,3% em 2020 para 2,6% em 2021 e para 3,2% em 2022.

Como nota importante deve salientar-se que, devido à última vaga pandémica, alguns países da área do euro reintroduziram medidas de contenção mais rígidas que, conseqüentemente, poderão atrasar a recuperação económica, principalmente nos setores das viagens, do turismo, do alojamento e do entretenimento. De facto, o aparecimento de novas variantes do vírus voltou a gerar um clima de incerteza, assim como a influenciar a confiança dos consumidores e das empresas. Adicionalmente, é de notar a escassez de equipamentos, materiais e mão de obra, que está a dificultar a produção de bens, causando atrasos na construção e desacelerando a recuperação em alguns setores.

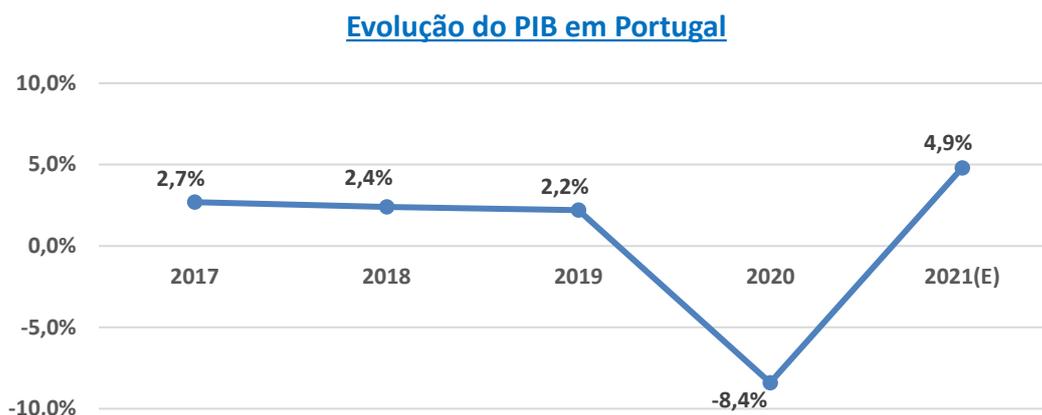
As projeções para 2022 apontam para:

- Um crescimento moderado da atividade económica mundial, prevendo-se que a economia global cresça 4,4%, efeito das restrições de mobilidade e impactos na saúde devido à nova variante do vírus - *Omicron*.
- Uma subida da inflação, nas economias avançadas, provocada pelo aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas, que se manterão elevados em 2022, após a subida expressiva em 2021, diminuindo nos anos seguintes.

- Apesar destes aspetos, para 2022 as perspetivas são animadoras no que diz respeito ao crescimento da economia mundial.

3.2. Conjuntura Nacional²

Após uma contração histórica da economia em 2020 (-8,4%), o ano de 2021 ficou marcado pelo crescimento acentuado da economia portuguesa e pela forte recuperação da atividade económica. Estima-se que o PIB registre um crescimento de 4,9%, face ao período homólogo, o mais elevado desde 1990:



Ainda que, devido às consequências provocadas pelas diversas vagas da pandemia de COVID-19, no primeiro trimestre de 2021 se tenha verificado uma quebra da economia portuguesa, fatores como o levantamento gradual das medidas restritivas de confinamento, a elevada taxa de vacinação contra a COVID-19 e os programas de estímulo económico, a nível nacional e europeu, impulsionaram a recuperação da economia e, consequentemente, os resultados notados no primeiro semestre deste ano foram positivos, tendo o crescimento do PIB se situado nos 4,3%, face ao mesmo período de 2020.

No último semestre de 2021, devido ao aumento do consumo privado verificado, principalmente em agosto, a recuperação da atividade económica acelerou, com a atividade turística a evoluir positivamente, ainda que de forma lenta.

A nível global, em 2021, a procura interna teve um contributo positivo para o crescimento da economia portuguesa, verificando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento. Além disso, verificaram-se crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e de serviços, consequentes do contributo da procura externa líquida.

Em 2021, estima-se que o rácio da dívida pública em percentagem do PIB registre um decréscimo, situando-se nos 126,9%, face aos 135,2% registados em 2020.

Relativamente ao mercado de trabalho, este teve evolução particularmente positiva. Apesar de se ter registado um ligeiro acréscimo da população desempregada, verificou-se um aumento do número de pessoas empregadas em 2,5%, tendo este fator contribuído para o crescimento da população ativa, face a 2020, acompanhando assim a recuperação da economia.

A taxa de desemprego deverá situar-se nos 6,6% em 2021, face aos 7,0% registados em 2020, atingindo valores pré-pandemia. Prevê-se que a taxa de desemprego continue a diminuir nos próximos anos, devendo atingir os 5,4% em 2024.

² Fonte:

Banco de Portugal (dezembro 2021) – “Boletim Económico”.

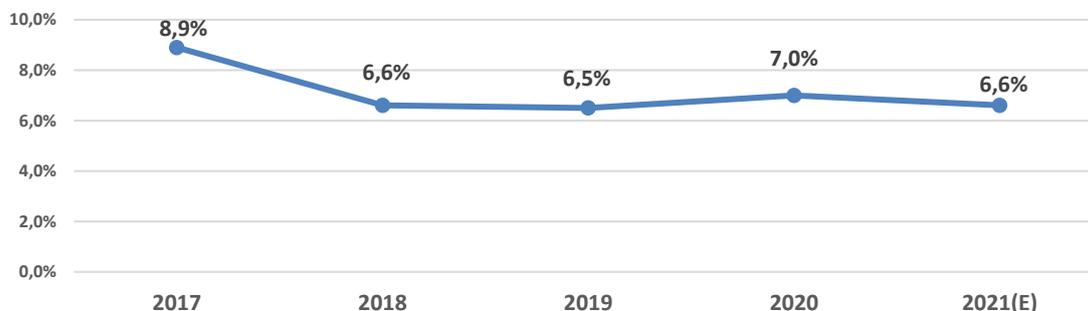
Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2022”.

Instituto Nacional de Estatística (janeiro 2022) – “Contas Nacionais Trimestrais - Estimativa Rápida”. Disponível em

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=472472540&DESTAQUESmodo=2

As previsões positivas para o mercado de trabalho são efeito da natureza invulgar da crise económica provocada pela pandemia, assim como das medidas de apoio ao emprego adotadas ao longo de 2020 e 2021:

Evolução da taxa de desemprego em Portugal



É estimado que a inflação, influenciada pela evolução dos preços dos bens energéticos, tenha sofrido um aumento, em 2021, para 0,9%, em contraste com o que se verificou em 2020 (-0,1%).

As projeções para a economia portuguesa em 2022 apontam para um período de crescimento do PIB na ordem dos 5,8%, sendo que a reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, em consequência do surgimento de novas vagas da pandemia na Europa, poderão impactar a evolução da atividade económica, principalmente no setor do turismo. Adicionalmente, a escassez de matérias-primas e outros bens, assim como o aumento dos seus custos, consequências dos problemas nas cadeias de fornecimento globais, poderão, também, condicionar o ritmo de recuperação.

Com a recuperação económica estimada, o rácio da dívida pública em percentagem do PIB deverá retomar a trajetória descendente dos anos anteriores à crise pandémica. Neste sentido, para 2022, está prevista uma redução deste indicador em 4,1 pp, para 122,8% do PIB. Relativamente à inflação, as previsões indicam um crescimento até aos 1,8% em 2022, desacelerando nos anos seguintes.

3.3. Sistema Financeiro³

Ao longo de 2021, para a maioria das economias avançadas, a política orçamental manteve-se expansionista de modo a dar suporte à recuperação da atividade económica, ainda que se tenham verificado alguns desequilíbrios orçamentais e um aumento do endividamento público. As previsões indicam que as condições monetárias e financeiras na área do euro deverão permanecer favoráveis.

Relativamente às taxas de juro de curto prazo, estas mantiveram-se com valores negativos e historicamente baixos e estima-se que assim se mantenham por um horizonte temporal superior ao previsto, devido, em parte, à revisão da estratégia do Banco Central Europeu em meados do ano passado. As projeções indicam que a taxa de juro de curto prazo (EURIBOR a 3 meses) tenha sido de -0,5% em 2021 e que não terá qualquer variação para 2022, prevendo-se um aumento a partir de 2023.

Numa perspetiva mais global, em muitas economias verificou-se uma crescente pressão inflacionária, pelo que se tem notado um aumento das taxas de juros nos bancos centrais em alguns mercados emergentes e economias em desenvolvimento, assim como em algumas economias avançadas. Com este aumento das taxas de juro, poderá verificar-se o aumento dos encargos do serviço da dívida, em alguns países. Adicionalmente, os empréstimos ficarão mais caros em todo o mundo, sobrecarregando as finanças públicas.

³ Fonte:
 Banco de Portugal (dezembro 2021) – “Boletim Económico”
 Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2022”

Em 2021, a taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa teve uma ligeira diminuição, situando-se nos 2%, face aos 2,2% em 2020, prevendo-se que permanecerá inalterada em 2022.

No que diz respeito ao mercado cambial, as estimativas indicam uma taxa de câmbio euro-dólar de 1,18%, tenuemente acima dos 1,14% notados em 2020. Para os anos seguintes, prevê-se que esta taxa registe valores na ordem dos 1,13%.

3.4 Tendências do setor segurador e perspetivas de evolução⁴

Em 2021, no setor segurador português, o volume da produção de seguro direto foi de 13,1 mil milhões de euros tendo tido uma variação positiva, face a 2020, de 34,8%:



Esta evolução positiva teve um forte contributo do ramo Vida, que registou uma variação de 69,5%, face a 2020, representando agora 58,3% do total da produção do setor. É de realçar a modalidade de Produtos de Capitalização, uma vez que foi onde se registou a maior variação, que foi de 96,2%.

No mercado Não Vida, o volume da produção de seguro direto foi de 5,4 mil milhões de euros tendo tido uma variação positiva de 4,9%, face a 2020.

A taxa de sinistralidade Não Vida melhorou ligeiramente em 2021, passando de 59,4% para 58,4%.

Nos principais ramos deste subsetor, registaram-se os seguintes desenvolvimentos:

- A venda de automóveis em 2021 ficou praticamente ao nível de 2020 (+1,9%) tendo a falta de semicondutores, na segunda metade do ano, travado o início de recuperação das vendas em relação a 2020. No mercado segurador, esta situação ajudou a que houvesse um fraco crescimento no ramo Automóvel (+1,3%), registando, no entanto, uma oscilação negativa da taxa de sinistralidade, que passou de 57,5% para 58,5%;
- No ramo Doença registou-se um crescimento de 8,4%, confirmando a tendência dos últimos anos, tendo a taxa de sinistralidade atingido os 72,0%, face aos 66,9% de 2020;
- O ramo Acidentes de Trabalho manteve a propensão de crescimento já observada nos exercícios anteriores, com uma variação positiva de 6,6%, tendo havido, também, uma melhoria da taxa de sinistralidade, situando-se em 68,9% comparativamente aos 75,1% registados em 2020. Apesar deste crescimento da produção salienta-se que o crescimento deste ramo está muito ligado à atividade económica, estando por isso a sentir ainda o impacto da pandemia;

⁴ Fonte:
 APS – Base de dados, da Segurdata, a 2021.12

- No ramo Incêndio e Outros Danos, verificou um crescimento na ordem dos 6,8%, sendo de realçar a trajetória ascendente dos seguros de Riscos Múltiplos, +5,1%. Ao nível de sinistralidade, este ramo atingiu em 2021 uma taxa de 45,6%, valor inferior ao verificado em 2020, que foi de 50,6%;
- O Ramo Transportes apresentou um acréscimo de 5,4%, sendo que em termos de sinistralidade se verificou uma evolução desfavorável, apesar ainda de pouco significativa, fixando-se em 32,1% contra os 21,0% do ano anterior;
- No Ramo Responsabilidade Civil Geral assistiu-se a um crescimento de 10,9%, tendo-se fixado a sua sinistralidade em 36,4%, comparativamente aos 43,5% de 2020.

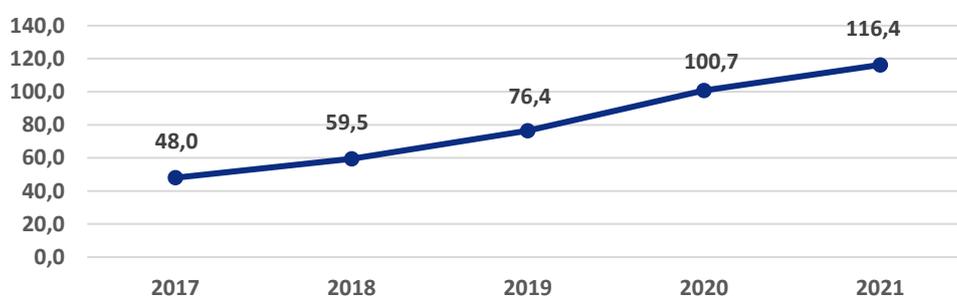
4. Atividade da Caravela

4.1. Principais Indicadores

A atividade da Caravela tem-se pautado, nos últimos anos, por um significativo e constante aumento da produção e por um firme e sustentado equilíbrio dos seus indicadores de gestão.

Nas rubricas de ganhos e perdas, os prémios brutos emitidos de seguro direto, líquidos de estornos e anulações, apresentaram um forte crescimento, de 15,5%, mantendo a tendência dos últimos anos e terminando 2021 com um total de 116.380 milhares de euros:

Evolução da produção de seguro direto em milhões de euros



Quanto à taxa de sinistralidade, líquida de resseguro, apresentou um acréscimo de 4.0 pp, face ao ano anterior.

Em relação às componentes do balanço, é de notar que o peso das provisões técnicas, que representam agora 86,3% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, teve um acréscimo de 7,1% face ao ano anterior, contribuindo para esta situação a influência do crescimento da Companhia.

Salienta-se, ainda, a melhoria do Capital Próprio, com uma variação de +24,4%, face ao período homólogo, devido à operação de aumento de capital realizada (10.000 milhares de euros) em dezembro.

O resultado líquido foi de 3.396 milhares de euros, representando 2,9% dos prémios brutos emitidos, dando continuidade aos resultados positivos registados desde 2015.

Quanto ao rácio combinado verifica-se um ligeiro aumento do mesmo, atingindo os 95,6%, com um acréscimo de 1,5%, face a 2020. Realça-se que apesar deste ligeiro aumento, houve um decréscimo do rácio de exploração em 2.2 p.p.

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores fundamentais para a análise económico/financeira da Companhia e que permitem constatar a evolução positiva e a saúde da Caravela, na generalidade desses indicadores:

Indicadores sintéticos

U: milhares de euros

	2021	2020	% VAR 21/20
Balanço			
Ativo líquido	177 203	143 436	23,5%
Capital próprio*	58 550	47 083	24,4%
Provisão para prémios não adquiridos	23 543	20 368	15,6%
Provisão para sinistros	76 607	60 522	26,6%
Provisão para sinistros líquidos de resseguro	45 294	35 864	26,3%
Provisões técnicas	100 453	81 156	23,8%
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	116 380	100 719	15,5%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	86 006	71 621	20,1%
Custos com sinistros de seguro direto	76 885	62 557	22,9%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	58 556	45 920	27,5%
Custos Operacionais	28 724	25 667	11,9%
Rendimentos	1 659	801	107,0%
Resultado líquido	3 396	3 960	-14,2%
Indicadores			
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	875	781	12,0%
Taxa de sinistralidade de seguro direto	67,8%	65,2%	3,9%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	68,1%	64,1%	6,2%
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	2,9%	3,9%	-25,8%
Provisões para sinistros / prémios brutos emitidos	65,8%	60,1%	9,5%
Provisões técnicas / prémios brutos emitidos	86,3%	80,6%	7,1%
Resultado líquido / capital próprio	5,8%	8,4%	-31,0%
Resultado líquido / capital social	7,7%	11,5%	-33,6%
Rácio combinado	95,6%	94,1%	1,5%

* O capital social foi aumentado por deliberação da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019 e consequente autorização da ASF em 17 de dezembro de 2019, para 44.388.315,20 euros, tendo em dezembro último sido realizada a última prestação no valor de 10.000.000,00 euros.

4.2. Gestão Técnica

4.2.1. Produção e Apólices

A Caravela encerrou o exercício de 2021 com um volume de prémios brutos emitidos (PBE) de 116,4 milhões de euros, o que representa um acréscimo de produção de 15,7 milhões de euros e uma taxa de crescimento de 15,5%, relativamente ao valor apurado em 2020.

De referir que a quota de mercado, incluindo a atividade em Portugal e no Estrangeiro, cresceu de 1,8% em 2020 para 2,0% em 2021.

O crescimento orgânico e consolidado, verificado nos últimos anos, está sustentado nos segmentos de clientes particulares, pequenas e médias empresas e assente numa rigorosa e criteriosa subscrição de riscos, orientada para a rentabilidade de todas as linhas de negócio.

Foi mantida a boa performance, transversal a todos os ramos, com exceção do ramo Marítimo e Mercadorias Transportadas em que os efeitos causados pela pandemia ainda causaram impactos, resultando num decréscimo da produção em 18,1%.

Embora com uma taxa de crescimento acima do mercado, comparativamente com anos anteriores, verifica-se um abrandamento no crescimento do ramo Automóvel, com +11,4%, abaixo da taxa de crescimento global da Caravela. Por outro lado, destaca-se a evolução muito positiva dos ramos de Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos e Acidentes de Trabalho.

Este crescimento está suportado na continuidade da estratégia definida e que se baseia:

- No aumento da cadência da produção nova;
- No aumento da base de distribuição;
- Na subscrição de negócio de clientes particulares e micro e pequenas empresas;
- No alargamento do segmento alvo às médias e grandes empresas, resultando na captação de novo negócio enquadrado nestes segmentos.

Em 2021, o início da atividade comercial da Caravela no estrangeiro, também contribuiu para o crescimento da carteira, em particular no ramo Incêndio e Outros Danos.

No quadro seguinte, é apresentada a estrutura e variação dos prémios brutos emitidos por ramos, onde se confirma que, exceção feita aos ramos Marítimo e Mercadorias Transportadas, todos exibem evoluções positivas:

Estrutura e variação da produção

U: Euros

RAMOS	PBE		
	2021	2020	Δ 21/20
Acidentes e Doença	31 772 201	26 095 184	21,8%
Incêndio e Outros Danos	11 273 602	8 703 919	29,5%
Automóvel	71 428 781	64 145 114	11,4%
Responsabilidade Civil Geral	1 532 182	1 318 675	16,2%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	373 474	456 004	-18,1%
TOTAL	116 380 240	100 718 896	15,5%

Relativamente à estrutura dos prémios da carteira, a Caravela apresenta a mesma tendência de distribuição verificada no ano anterior, mantendo a predominância do peso dos ramos Automóvel e Acidentes e Doença, respetivamente 62,4% e 24,9%, totalizando estes dois ramos 87,3% dos prémios brutos emitidos.

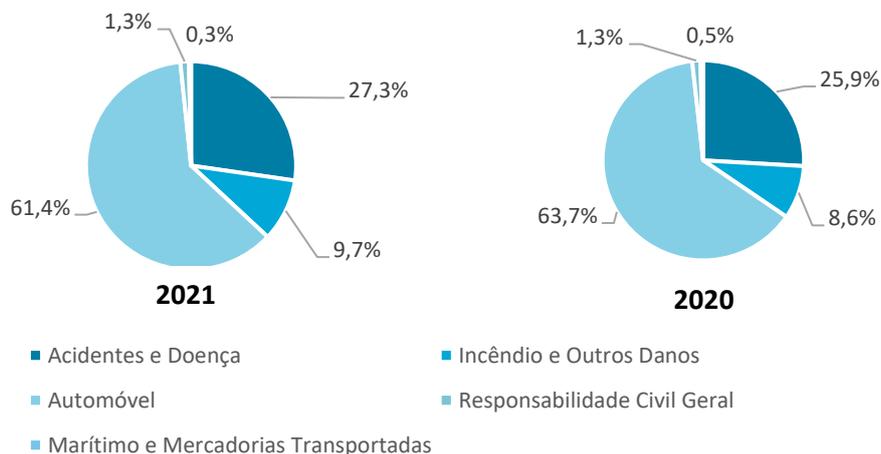
No quadro da página seguinte, é apresentada a estrutura da carteira e o peso por ramos relativamente a 2020 e 2021:

Estrutura da carteira

RAMOS	APÓLICES EM VIGOR			
	2021	Peso	2020	Peso
Acidentes e Doença	13 930	4,1%	11 892	3,9%
Incêndio e Outros Danos	39 102	11,4%	36 532	12,0%
Automóvel	283 823	82,6%	250 632	82,1%
Responsabilidade Civil Geral	5 641	1,6%	4 867	1,6%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	1 322	0,4%	1 168	0,4%
TOTAL	343 818	100,0%	305 091	100,0%

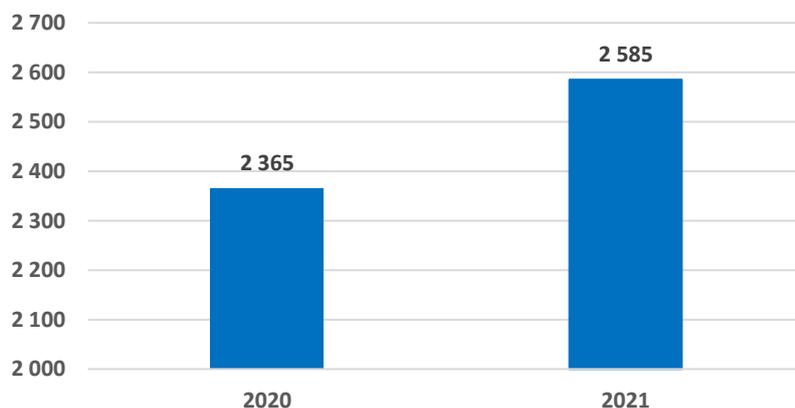
No quadro seguinte, apresenta-se o peso relativo dos vários ramos, na estrutura da carteira da Companhia:

Estrutura da carteira em %



Esta evolução dá continuidade a uma melhoria da performance no que diz respeito à análise da relação apólice por trabalhador:

Número de apólices por trabalhador



4.2.2. Sinistros

A taxa de sinistralidade global da Caravela em 2021, calculada em função dos prémios adquiridos, atingiu 67,8%, correspondente a um aumento de 3,9 pp, em relação ao exercício de 2020 em que se tinha fixado em 65,2%.

No exercício de 2021, os custos com sinistros tiveram um aumento de 22,9 % (+14.327 milhares de euros em valor absoluto) em relação ao exercício anterior, totalizando 76.885 milhares de euros, antes de imputação de outros custos.

Com exceção do ramo Responsabilidade Civil Geral, que apresentou uma redução da taxa de sinistralidade de 60,1 % (-673 milhares de euros), todos os restantes segmentos de negócio tiveram impacto no aumento dos custos com sinistros.

Foi o ramo Automóvel que, em valor absoluto, apresentou o maior aumento nos custos, 8.837 milhares de euros (+22,1%), mas foi no segmento de Incêndio e Outros Danos que se verificou o maior crescimento em termos relativos, 53,3 % (+2.269 milhares de euros).

Nos ramos de Acidentes e Doença, o aumento fixou-se em 22,6 % (+3.837 milhares de euros).

Com menor expressão, verificou-se um aumento de 28,1 % (+56 milhares de euros) nos ramos menos representativos, Marítimo e Mercadorias Transportadas:

Custos com sinistros

U: euros

RAMOS	2021	2020	Δ 21/20
Acidentes e Doença	20 797 255	16 959 347	22,6%
Incêndio e Outros Danos	6 525 974	4 256 135	53,3%
Automóvel	48 859 188	40 021 912	22,1%
Responsabilidade Civil Geral	446 411	1 119 905	-60,1%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	256 244	200 046	28,1%
TOTAL	76 885 072	62 557 345	22,9%

Para uma análise mais detalhada, no quadro seguinte são apresentadas as taxas de sinistralidade pelos diversos grupos de ramos:

Taxa de sinistralidade

RAMOS	2021	2020	Δ 21/20
Acidentes e Doença	68,2%	67,9%	0,6%
Incêndio e Outros Danos	65,3%	50,9%	28,5%
Automóvel	69,7%	66,9%	4,3%
Responsabilidade Civil Geral	29,9%	88,6%	-66,3%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	68,4%	44,1%	55,3%
TOTAL	67,8%	65,2%	3,9%

O aumento do número de sinistros em 2021, fixou-se em 24,7 %, sendo o ramo Automóvel aquele que mais contribuiu para esse facto, atingindo um crescimento de 24,5 %.

No grupo de ramos de Acidentes e Doença, o aumento foi de 38,1% em relação ao ano anterior; esta oscilação tão significativa está diretamente relacionada com a redução no número de sinistros ocorridos em 2020, em

resultado do confinamento geral e prolongado que se verificou ao longo do ano devido à pandemia, com a obrigatoriedade do teletrabalho para uma parte significativa da população.

Na linha de negócios de Incêndio e Outros Danos, o aumento do número de sinistros foi reduzido, apenas 6,9 %, acompanhando a evolução do número de apólices em vigor nestes ramos.

Com reduzido impacto, por serem os ramos menos representativos, em Responsabilidade Civil Geral o número de sinistros aumentou 55,2% em termos relativos e um total de 185 ocorrências em termos absolutos, enquanto no ramo Marítimo e Mercadorias Transportadas o número de sinistros foi igual ao verificado no ano anterior.

O quadro abaixo clarifica o mencionado anteriormente:

Sinistros abertos

RAMOS	2021	2020	Δ 21/20
Acidentes e Doença	5 494	3 979	38,1%
Incêndio e Outros Danos	3 548	3 319	6,9%
Automóvel*	34 197	27 457	24,5%
Responsabilidade Civil Geral	520	335	55,2%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	77	77	0,0%
TOTAL	43 836	35 167	24,7%

* Não inclui os sinistros de Assistência em Viagem

As apólices em vigor tiveram um crescimento, em relação a 2020, de 12,7%, enquanto o número de sinistros aumentou 24,0%, traduzindo-se assim num aumento da taxa de frequência de sinistros. Para este facto, muito contribuiu a redução de frequência verificada em 2020 por causa do confinamento geral.

Assim, o exercício de 2021 foi encerrado com uma taxa de frequência de sinistros global de 13,5 %, 0,4 pp superior ao ano de 2020.

Registe-se, no entanto, que o ramo Automóvel, o mais representativo de todas as linhas de negócio, o aumento da taxa de frequência foi de apenas 1,1 %:

Frequência de sinistros

RAMOS	2021	2020
Acidentes e Doença	42,6%	35,7%
Incêndio e Outros Danos	9,4%	9,6%
Automóvel	12,8%	12,7%
Responsabilidade Civil Geral	9,9%	7,2%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	6,2%	7,2%
TOTAL	13,5%	13,1%

4.2.3. Resseguro

Na política de resseguro da Caravela existem Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como Resseguro Facultativo e outras modalidades de Resseguro adequadas à proteção dos riscos aceites.

O programa de resseguro, aprovado pela Companhia para o ano de 2021, sofreu pequenas alterações na sua estrutura quando comparado com o ano anterior, em relação aos Resseguradores de 2020 envolvidos nos seus tratados.

No que respeita aos tratados proporcionais, que englobam os ramos de Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Mercadorias Transportadas e Engenharia, manteve-se a retenção na quota-parte e o limite de excedente, à exceção do Tratado de Incêndio e Multirriscos, cujo limite de excedente aumentou para 17.000.000 € e no Tratado de Engenharia, onde o limite de excedente passou para 7.500.000 €.

Relativamente aos tratados de Excesso de Perdas, que cobrem os ramos de Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil Geral não sofreram qualquer alteração ao nível da prioridade, à exceção do ramo Automóvel, cuja prioridade aumentou para os 500.000 €. Ao nível das capacidades apenas se verificou alterações no Tratado Automóvel – Danos Próprios, onde o limite anual agregado aumentou para 6.500.000 €.

Os Resseguradores envolvidos são selecionados tendo em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, assim como a sua prestação de serviços, acompanhamento e disponibilidade apresentada. Neste seguimento decidiu-se manter a Nacional Re como líder, na maioria dos tratados, com 40% de participação.

Nas renovações dos tratados, o *rating* mínimo exigido a um Ressegurador é de “A-”, de acordo com as agências de notação S&P e/ou AM Best. No quadro abaixo é apresentado o leque dos principais resseguradores, bem como o respetivo *rating* a 31/12/2021:

RESSEGURO 2021	
Ressegurador	Rating S&P
Nacional Re	A
CCR Re	AA
Helvetia	A
Qbe	A+
Hannover Re	AA-
R+V	A+
Covea	A+
Odyssey	A-

De referir, ainda, que ao nível do Resseguro Aceite, a Caravela manteve a sua política de não aceitação deste tipo de negócio.

4.3. Gestão Financeira

4.3.1. Investimentos Financeiros

Os Investimentos financeiros, nomeadamente, os Ativos Mobiliários, cresceram 14.398 milhares de euros em 2021, traduzindo um crescimento de 15,0% face a 2020.

A gestão dos ativos financeiros, em parceria com a OFI Asset Management, tem vindo a ser executada de acordo com a política de investimentos da Companhia, orientando-se tal como nos anos anteriores, por critérios de prudência, segurança e liquidez e no respeito pelas recomendações quer da ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) quer da EIOPA (Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma).

No quadro seguinte é apresentado o resumo da situação registada a 31 de dezembro:

Carteira de ativos

U: milhares de euros

CARTEIRA DE ATIVOS	2021			2020			% Var 21/20
	VALOR	%	%	VALOR	%	%	
1. INVESTIMENTO REPRODUTIVO							
Ativos Mobiliários							
Dívida Pública*	11 179	10%	9%	11 967	13%	12%	-7%
Obrigações Diversas*	46 662	43%	39%	46 389	50%	47%	1%
Ações e Fundos de Investimentos	20 090	19%	17%	3 062	3%	3%	556%
Empréstimos Concedidos	50	0%	0%	252	0%	0%	-80%
Liquidez**	29 747	28%	25%	31 660	34%	32%	-6%
Sub-total	107 727	100%	90%	93 330	100%	95%	15%
Outros Ativos não Mobiliários							
Imóveis	9 049		8%	1 232		1%	635%
Sub-total	9 049		8%	1 232		1%	635%
TOTAL (1)	116 777		98%	94 561		97%	23%
2. INVESTIMENTO OPERACIONAL							
Equipamento, Mobiliário e Material	2 930		2%	3 241		3%	-10%
TOTAL (2)	2 930		2%	3 241		3%	-10%
TOTAL (1) + (2)	119 706		100%	97 802		100%	22%

* Valorização com juros decorridos

** Depósitos a Prazo e à Ordem com juros decorridos e Fundos de tesouraria

A exposição a títulos de dívida pública diminuiu 7,0%, face a 2020, enquanto a exposição a ações e fundos de investimento cresceu 17.028 milhares de euros. Esta exposição, deve-se, essencialmente, ao cumprimento da estratégia de alocação de ativos definida na política de investimentos.

A liquidez, entre Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo e Fundos de Tesouraria, manteve-se em linha com o ano de 2020, justificado pelo aumento de capital concretizado no final do ano, estando, no entanto, em linha com os parâmetros de risco e gestão de capital.

4.3.2. Resultados dos Investimentos Financeiros

Os resultados financeiros apresentam, em 2021, um acréscimo, face ao período homólogo, de 858 milhares de euros, +107,0%, devido, essencialmente, a uma maior realização de mais-valias e a um acréscimo dos rendimentos gerados de 135,6%:

Rendimentos financeiros

U: milhares de euros

	2021	2020	% VAR 21/20
Rendimentos de investimentos	1 133	481	135,6%
Ganhos ou perdas de investimentos	526	321	64,1%
MARGEM FINANCEIRA	1 659	801	107,0%

Realce para o facto de não se ter registado qualquer imparidade durante os últimos seis anos em ativos financeiros, demonstrando a elevada prudência na escolha das aplicações que compõem a carteira de investimentos da Caravela.

Relativamente à taxa de rentabilidade, a carteira total de ativos registou uma remuneração média positiva de 1,3%.

4.4. Custos de Exploração

4.4.1. Custos por Natureza a Imputar

O total de custos por natureza a imputar, atingiu os 14.396 milhares de euros, o que representa um aumento de 7,7%, face a 2020, devido a um crescimento generalizado das rubricas quer de despesas de aquisição quer de outras despesas:

Custos por natureza

Custos por Natureza	2021	2020	VAR 21/20%
Custos com o Pessoal	6 731	6 691	0,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 915	4 173	17,8%
Impostos e Taxas	1 059	971	9,1%
Amortizações do Exercício	1 357	1 237	9,7%
Provisões para Riscos e Encargos	0	0	-
Juros Suportados	26	29	-11,5%
Comissões	308	260	18,3%
TOTAL	14 396	13 362	7,7%

4.4.2. Quadro de Pessoal

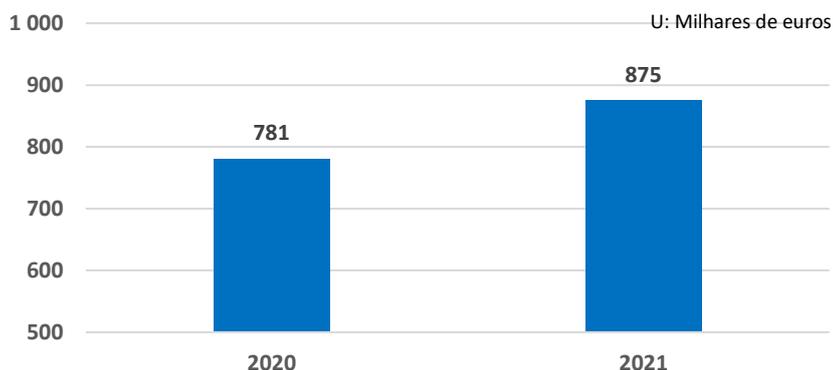
O quadro de pessoal apresentou um crescimento de 3,1%, passando de 129 para 133 efetivos:

Evolução do quadro de pessoal

	2021	2020	VAR 21/20%
Efetivos no início do período	129	120	7,5%
Entradas	10	12	-16,7%
Saídas	6	3	100,0%
Efetivos no final do período	133	129	3,1%
U: milhares de euros			
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	875	781	12,0%

Como se poderá verificar, no gráfico da página seguinte, continuou a registar-se, um aumento de produtividade que tem sido constante ao longo dos últimos anos e que passou de 781 milhares de euros, em 2020, para 875 milhares de euros, em 2021, principalmente devido ao crescimento da produção:

Prémios emitidos por colaborador



A distribuição, por idade e género era a seguinte:

Distribuição etária por sexo

FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES
até 30 anos	11	5
De 31 a 40 anos	11	15
De 41 a 50 Anos	26	37
De 51 a 60 Anos	15	7
Mais de 61 anos	5	1
TOTAL	68	65
IDADE MÉDIA	44 ANOS	

4.5. Governance

Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) que adotou um novo regime de Solvência, data esta definida na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Como já foi frisado em anos anteriores, a entrada em vigor do regime de Solvência II elevou de modo muito significativo a exigência de resposta quer em matéria de *compliance* quer em matéria de *disclosure*, imposta às Companhias de Seguros. Adicionalmente mantém-se, face à Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, alterada pela Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, a exigência de prestação de informação de índole contabilística, estatística e comportamental, em conformidade com RJASR.

No domínio da Solvência II, no decurso de 2021, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

- Participação nas sessões do Grupo de Trabalho “Gestão de Riscos e Atuariado” da Comissão Técnica “Economia e Finanças” da Associação Portuguesa de Seguradores;
- Envio à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) do conjunto de reportes quantitativos (QRT – *Quantitative Reporting Templates*) definidos pelo EIOPA e geridos pelas entidades

de supervisão, referentes à posição de final de ano com data de referência de 31 de dezembro de 2020 e numa base trimestral para o último trimestre de 2020 e os três primeiros trimestres de 2021;

- Reporte à ASF do Relatório Periódico de Supervisão relativo ao ano de 2020, previsto no artigo 35.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 21.º do RJSR e nos artigos 304.º a 314.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;
- Divulgação pública do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira relativo ao ano de 2020, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do RJSR e nos artigos 290.º a 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão;
- Reporte à ASF do Relatório ORSA 2021, referente ao quinquénio 2021-2025.

4.6. Estimativa da Margem de Solvência

A Companhia calculou os rácios de Solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR) para o dia 31 de dezembro de 2021 e para o dia 1 de janeiro de 2022, utilizando as medidas transitórias e de longo prazo autorizadas pela ASF.

O rácio de capital de solvência, verificado em 2021, teve uma evolução desfavorável face ao período homólogo, passando de 271,2% para 212,8%. Este rácio foi influenciado pelo aumento do requisito de capital originado pelo crescimento orgânico da Caravela.

Com estes valores, a Companhia supera confortavelmente o objetivo de capital e, conseqüentemente, o requisito regulamentar.

O quadro abaixo apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital de Solvência II, em cada uma daquelas datas:

Requisito de capital de solvência

	31.12.2020	31.12.2021	01.01.2022
U: milhares de euros			
Fundos Próprios Elegíveis	54 570	52 856	52 783
Capital Social	34 388	44 388	44 388
Requisito de Capital de Solvência	20 118	24 843	24 843
Ajustamento por Impostos	-5 397	-6 664	-6 664
Risco Operacional	3 159	3 403	3 403
Requisito de Capital de Base	22 357	28 104	28 104
Efeito de diversificação	-10 576	-13 290	-13 290
Soma das componentes de risco	32 933	41 394	41 394
Risco de Mercado	4 871	8 281	8 281
Risco de incumprimento da contraparte	2 959	3 445	3 445
Risco de subscrição saúde	9 147	9 978	9 978
Risco de subscrição não vida	15 955	19 690	19 690
Rácio de Solvência	271,2%	212,8%	212,5%

O quadro seguinte apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital para cálculo do capital mínimo de solvência (MCR), nas mesmas datas:

Requisito de capital mínimo exigido

	31.12.2020	31.12.2021	U: milhares de euros 01.01.2022
Fundos Próprios Elegíveis	44 511	51 329	51 236
Requisito de Capital Mínimo	9 053	11 179	11 179
Rácio de Capital Mínimo	491,7%	459,1%	458,3%

4.7. Capital Social e Resultado

4.7.1. Evolução do Capital Social

O capital social da Caravela, foi aumentado por deliberação da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019 e consequente autorização da ASF em 17 de dezembro de 2019, para 44.388.315,20 euros, tendo em dezembro último sido realizada a última prestação no valor de 10.000.000,00 euros.

Assim, a 31 de dezembro de 2021 o capital social era de 44.388.315,20 de euros, totalmente subscrito, realizado e representado por 79.056.677 ações sem valor nominal.

4.7.2. Resultado do Exercício de 2021

O resultado bruto apurado no final de 2021 foi de 3.540.334,63 euros, o qual deduzido dos impostos sobre o rendimento estimados conduziu a um resultado líquido de 3.395.707,80 euros, representando um decréscimo de 14,2% em relação ao exercício anterior.

O Conselho de Administração entende dever propor a seguinte aplicação do valor apurado:

- 339.570,78 euros (10 % do Resultado Líquido) para a conta de Reserva Legal;
- 3.056.137,02 euros, valor restante, para a conta de Reservas Livres.

Com a aprovação da aplicação dos resultados nos termos propostos, o Capital Próprio da Companhia fixar-se-á em 58.550.334,56 euros.

5. Impacto COVID-19 e Evolução para 2022

Os efeitos da Pandemia COVID-19 que se sentiram em 2021, foram uma continuidade dos avanços e recuos da economia, provocados pelos confinamentos que resultaram das várias variantes que foram aparecendo.

O impacto já sentido em 2021 pode ser dividido em 3 grandes áreas:

- Redução do volume de negócio resultante da renegociação e alteração dos contratos em vigor, e aumento do nível de descontos comerciais como forma de retenção dos clientes neste momento adverso;
- Decréscimo dos índices de cobrança e aumento dos respetivos prazos como consequência direta da implementação de moratórias para pagamento de prémios de seguro e negociações de planos de pagamento e necessidade de reforço dos níveis de provisionamento relativo a recibos em cobrança;

- Necessidade de reforço dos níveis de provisionamento de sinistros para os ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel, para fazer face a um aumento inevitável da frequência no período pós-Pandemia.

Com o efeito conjunto do programa de vacinação e da imunidade de grupo, é previsível que a recuperação nos níveis de atividade do setor segurador do período pré-pandemia se verifique a partir do 2º trimestre de 2022.

As principais prioridades para 2022 são:

- Manter um elevado nível de qualidade na satisfação das necessidades dos nossos clientes;
- Desenvolver soluções que possam ir ao encontro dos novos desafios pós-pandemia, nomeadamente as tensões inflacionistas;
- Adequar a política de Investimentos Financeiros a um contexto de subida da inflação;
- Desenhar uma nova estratégia comercial de modo a posicionar a Caravela no apoio aos clientes e parceiros de negócio no paradigma pós-pandemia;
- Finalmente, sendo a responsabilidade social um objetivo intrínseco à atividade seguradora, é intenção da Caravela, num momento socialmente complicado como aquele em que vivemos, manter o seu empenhamento em implementar princípios orientadores nas áreas de bem-estar social e ambiental, quer a nível interno quer estendendo essa ação à comunidade, adotando progressivamente as políticas ESG (Environmental, Social and Governance).

Adicionalmente, em data posterior à conclusão deste relatório, importa referir que o Conselho de Administração se encontra a acompanhar de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, não são possíveis antecipar com fiabilidade. A evolução e as consequências deste conflito poderão vir a ter impacto sobre a atividade da Companhia.

6. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Clientes, Agentes e Resseguradores, bem como a todos os Colaboradores, pela sua participação ativa e construtiva na vida da Companhia.

Regista igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal no acompanhamento e aconselhamento concedidos no decorrer do exercício.

O Conselho de Administração reitera o agradecimento à Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões por todo o apoio recebido, bem como à Associação Portuguesa de Seguradores pelo trabalho desenvolvido em prol do mercado segurador português.

Finalmente, ao concluir este relatório, o Conselho de Administração expressa aos Senhores Acionistas o seu reconhecimento pelo apoio e confiança demonstrados na equipa de gestão da Companhia durante o exercício agora terminado.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração,

Luís Cervantes
Presidente

David Angulo
Vice-Presidente

António Nestor Ribeiro
Vogal

Fabrizio Cesario
Vogal

George Koulouris
Vogal

Gonçalo Ramos e Costa
Vogal

Paulo Trigo
Vogal

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

**RELATÓRIO DE GOVERNO
SOCIETÁRIO**

1. Introdução

A Caravela - Companhia de Seguros, S.A., elabora o seu Relatório de Governo Societário, de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis no mercado.

2. Estrutura Acionista

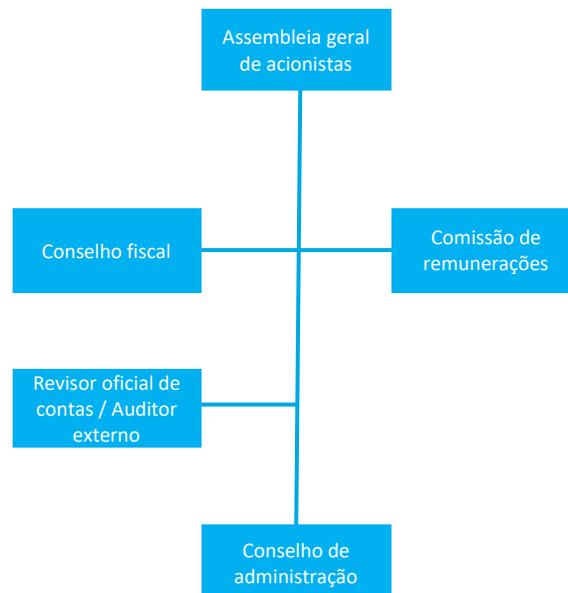
O capital social da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, é de 44.388.315,20 euros, representado por 79.056.677 ações, sem valor nominal, conferindo essas ações direitos idênticos a todos os acionistas.

3. Estrutura de Governo

O modelo de governo da sociedade, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização segue o tradicional modelo latino e é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal
- Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo

O organigrama abaixo, apresenta essa estrutura organizacional:



Ainda de acordo com o art.º 11º dos Estatutos da Sociedade a gestão corrente é assegurada por um Conselho de Administração composto por sete membros, nomeados pela Assembleia Geral por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Assim, o atual Conselho de Administração que tem um mandato de 2019 a 2022, é composto por sete administradores, sendo um deles Presidente, outro Vice-presidente e cinco Vogais.

O Conselho de Administração, como órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade.

Nos termos do art.º 12º dos estatutos da Caravela cabe-lhe, em especial:

- A gestão da Sociedade, praticando todos os atos que se enquadrem no seu objeto social;
- A aquisição, oneração e alienação de todos os bens e direitos da Sociedade;
- A celebração de quaisquer contratos de financiamento e a realização de outras operações de crédito;
- A definição da organização e dos métodos de trabalho da Sociedade;
- A aprovação dos planos anuais e respetivos orçamentos;
- A delegação dos seus poderes a um ou mais dos seus membros e/ou procuradores;
- A criação de conselhos consultivos;
- A execução e o cumprimento das disposições legais, bem como das deliberações da Assembleia Geral.

A fiscalização dos atos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, de entre os quais pelo menos um deverá possuir formação superior adequada ao exercício das suas funções e um membro suplente, com mandatos iguais aos do Conselho de Administração, sendo também reelegíveis.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é determinada pela Comissão de Remunerações que é composta por três membros - sendo um deles o Presidente - designados pela Assembleia Geral e também eles por períodos de quatro anos, com possibilidade de reeleição.

4. Remunerações dos órgãos sociais

A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização segue a política de remuneração aprovada pela Comissão de Remunerações.

Os membros dos órgãos de administração poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável atribuída em função dos resultados líquidos da Companhia.

A Comissão de Remunerações deve reunir em sessão plenária, sempre que seja necessária a discussão e fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida no contrato de prestação de serviços e obedece à prática corrente do mercado.

5. Composição dos Órgãos Sociais

5.1 Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral tinha, em 31 de dezembro de 2021, a seguinte composição:

- Presidente: Nuno Miguel Marques dos Santos Horta
- Secretário: Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo

5.2 Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração era a seguinte:

- Presidente: Luís Filipe Sampaio Cervantes
- Vice-Presidente: David Angulo Rubio
- Vogal: António Manuel Nestor Ribeiro
- Vogal: Fabrizio Cesario
- Vogal: George Koulouris
- Vogal: Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa
- Vogal: José Paulo de Castro Trigo

A seguir apresenta-se quer a qualificação profissional dos membros do Conselho de Administração quer a sua atividade profissional nos últimos anos:

Luís Cervantes - Presidente

- Qualificação académica:
Licenciado em Economia
Pós-Graduação em Gestão de Riscos e Produtos Derivados
- Atividade nos últimos anos:
Diretor do BES (1993-2005)
Administrador da Crediflash (2004-2006)
Assessor de Administração da Companhia de Seguros Tranquilidade (2005-2006)
Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros AXA Portugal (2006-2010)
Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros Seguro Direto Gere (2008)
Administrador da Sabseg Seguros (2010-2017)
Presidente do Conselho de Administração da AAA-SGPS, S.A. (novembro 2016-junho 2017)
Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

David Angulo - Vice-Presidente

- Qualificação académica:
Licenciado em Administração de Empresas
Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
Analista Financeiro da Gescapital, S.A. (1992-1993)
Diretor de Divisão do Bankinter, S.A. (1993-1996)
Diretor Financeiro da Aegon Union Asseguradora (1997-2001)
Diretor Geral da Aegon Union Asseguradora (2001-2005)
Diretor Geral de Seguros do Santander UK Bank, plc (2005-2007)
Chairman da AVIVA plc, London and Madrid (2007-2014)
Chairman Executivo da Dunas Capital España, S.S. (2014-)
Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

António Nestor Ribeiro - Vogal

- Qualificação académica:
Licenciado em Engenharia de Sistemas e Informática

Mestre em Informática - Sistemas distribuídos, Arquitetura de Computadores e Comunicações por Computador

Doutorado em Informática - Fundamentos da Computação

- Atividade nos últimos anos:

Diretor Adjunto do curso da Licenciatura em Engenharia Informática (2008-2010)

Membro da Comissão de Curso da Licenciatura em Ciências da Computação (2008-2010)

Membro do Conselho Pedagógico da Escola de Engenharia (2010-2013)

Diretor da Licenciatura em Engenharia Informática (2010-2013)

Diretor Adjunto do Departamento de Informática (2012-2016)

Membro da Comissão Diretiva do Departamento de Informática (2010-2016)

Professor auxiliar da Universidade do Minho

Administrador fundador da MobiComp (2008)

Co-fundador da iMobileMagic (2011-2016)

Vice-presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-2019)

Vogal do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

Fabrizio Cesario - Vogal

- Qualificação académica:

Licenciado em Economia

Mestrado em Administração de Empresas

- Atividade nos últimos anos:

Analista Financeiro da Rothschild Itália (1992-1995)

Diretor Executivo/Diretor Geral/Vice-Presidente do Lehman Brothers Europe (1995-2008)

Diretor Geral da Lazard Capital International Limited (2009-2010)

Partner da Anacap Financial Partners LLP, London (2010-2017)

Partner do Toscafund Asset Management (2017-)

Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

George Koulouris - Vogal

- Qualificação académica:

Licenciado em Economia

Mestrado em Administração de Empresas

- Atividade nos últimos anos:

Analista/Associado da UBS, AG London (1999-2002)

Associado do Credit Suisse, AG London (2003-2005)

Vice-Presidente das Instituições Financeiras do Deutsche Bank AG London (2006-2007)

Supervisor/Chefe da Divisão de M&A do Marfin Investment Group Holding, S.A. (2007-2013)

Partner da Anacap Financial Partners LLP, London (2013-2017)

Partner do Toscafund Asset Management (2017-)

Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

Gonçalo Ramos e Costa – Vogal executivo

- Qualificação académica:

Licenciado em Administração de Empresas

- Atividade nos últimos anos:
Gestor de Marketing na Lusitania (1993-1998)
Diretor de Marketing na Lusitania (1998-2001)
Administrador-delegado da Moçambique-Companhia de Seguros S.A. com sede em Maputo (2001-2004)
Administrador da Moçambique-Companhia de Seguros, S.A. (2004-2014)
Diretor coordenador da Direção Financeira, Administrativa e de Património da Lusitania (2007-2014)
Diretor Geral da AAA - SGPS (2014-2017)
Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

Paulo Trigo – Vogal executivo

- Qualificação académica:
Licenciado em Engenharia Civil
Pós-graduado em Engenharia e Segurança Industrial
Cursos de Analista de Riscos, Técnico de Prevenção e Segurança e Técnico de Prevenção de Incêndios em empresas industriais
- Atividade nos últimos anos:
Diretor do Gabinete de Análise de Riscos na Tranquilidade (1990-1998)
Diretor coordenador da Direção de Exploração Regional Norte na Tranquilidade (1998-2005)
Diretor coordenador da Direção de Grandes Clientes da Tranquilidade (2005-2014)
Administrador-Delegado da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-2017)
Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

5.3 Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do art.º 413.º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei:

Os membros do Conselho Fiscal são os seguintes:

- Presidente: Manuel Augusto Lopes de Lemos
- Vogal: Humberto Manuel Martins Carneiro
- Vogal: José Elísio Lopes da Siva Quintas, ROC n.º 643
- Suplente: José António Truta Pinto Rabaça

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em 31 de dezembro de 2021, era a Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por:

- Efetivo: Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., SROC n.º 51, representada por Pedro Miguel Pires de Jesus - ROC n.º 1930
- Suplente: Paulo Jorge Damião Pereira, ROC n.º 1219

5.4 Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações era composta pelos seguintes três elementos:

- Presidente: Fabrizio Cesario
- Vogal: George Koulouris
- Vogal: António Nestor Ribeiro

Os membros da Comissão de Remunerações não são remunerados, não tendo qualquer vínculo familiar entre eles.

6. Remunerações auferidas pelos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do art.º 29º da lei n.º 28/2009 de 1 de 19 de setembro)

As remunerações base dos membros dos órgãos de administração e fiscalização são apresentadas nos quadros seguintes:

6.1. Agregado

U: Euros

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Conselho de Administração	657 256,00	0,00	657 256,00
Conselho Fiscal	37 700,00	0,00	37 700,00
TOTAL	694 956,00	0,00	694 956,00

6.2. Individual

U: Euros

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Luís Filipe Sampaio Cervantes	211 576,80	0,00	211 576,80
David Angulo Rubio	50 000,00	0,00	50 000,00
Gonçalo Lopes da Costa de R. e Costa	198 288,55	0,00	198 288,55
José Paulo de Castro Trigo	197 390,65	0,00	197 390,65
TOTAL	657 256,00	0,00	657 256,00

U: Euros

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Manuel Augusto Lopes de Lemos	7 200,00	0,00	7 200,00
Humberto Manuel Martins Carneiro*	23 900,00	0,00	23 900,00
José Elísio Lopes da Silva Quintas	6 600,00	0,00	6 600,00
TOTAL	37 700,00	0,00	37 700,00

* Valor referente ao exercício e a acertos de contas de anos anteriores

7. Remuneração do Auditor/Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59.º e 60.º do DL n.º 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo D.L. n.º 224/2008 de 20 de novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal. Os valores pagos em 2021, incluindo o IVA foram os seguintes:

Descrição dos Honorários MAZARS	U: Euros	
	Valor	Valor
Solvência II		18 450
Revisão Oficial Contas (ano de 2020)		36 900
TOTAL		55 350

8. Participação dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital da Seguradora (Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Nome	Número de ações detidas a 31/12/2021
Luís Filipe Sampaio Cervantes (participação através da Âncoras de Júpiter Unipessoal, Lda)	3 288 760
António Manuel Nestor Ribeiro (participação através da Blue Wave S.A.)	1 540 606

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

**POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO
DOS COLABORADORES**

1. Introdução

A política de remuneração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A., tem como objetivo que todos os seus colaboradores tenham uma retribuição de acordo com as funções que desempenham e com o efetivo resultado da sua atividade.

A remuneração dos trabalhadores da Caravela engloba obrigatoriamente uma componente fixa, podendo em algumas funções ser também considerada uma componente variável.

Em termos práticos, a componente fixa resulta da aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho afetos ao setor segurador, sendo adequada ao pagamento do trabalho realizado.

A política global de remuneração tem em conta o diferente contributo dos diversos órgãos e funções para a concretização dos objetivos anuais ou plurianuais da Caravela.

Neste pressuposto, as funções são descritas e avaliadas através de metodologias e critérios de avaliação específicos, que garantem transparência e isenção em linha com as melhores práticas do mercado em termos de credibilidade e de fiabilidade no alinhamento dos objetivos e apuramento dos resultados.

As bandas existentes permitem garantir o respeito pela equidade interna ao nível da política de remuneração e igualmente servem de garante relativamente à remuneração fixa e à eventual remuneração variável.

O ajustamento dos fundamentos da política de remuneração tem necessariamente como referência, quer a situação económica nacional, quer a estratégia a curto e médio prazo da Caravela, referenciais determinantes e basilares para uma justa e correta implementação dessa política.

2. Enquadramento legal

Esta política é baseada no cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, das quais se destacam os seguintes diplomas:

- Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril (Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);
- Circular n.º 6/2010, de 1 de abril (Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);
- Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015;
- Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação das Empresas de Seguros.

Tem, também, como base um prudente e adequado controlo, de forma a evitar situações de conflito de interesses, sendo coerente com as políticas de crescimento, rentabilidade e produtividade definidas pelos acionistas da Sociedade.

3. Competência

A política de remuneração dos trabalhadores deve ser proposta pelo Departamento de Recursos Humanos, para posterior aprovação do Conselho de Administração, sendo revista anualmente.

4. Divulgação

A política de remuneração é divulgada nas várias áreas em que a lei e o normativo em vigor o obriga.

5. Componentes da remuneração

Os colaboradores da Caravela poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável, cujos principais pressupostos serão:

- Equilíbrio entre as duas remunerações, de forma a um planeamento fácil e claro da parte variável;
- A remuneração variável deverá resultar de um sistema de objetivos e desempenho que dará um enfoque especial aos objetivos da Caravela que devem ser claros, precisos, determináveis e exequíveis.

6. Outros benefícios

Além do mencionado anteriormente, os colaboradores da Caravela auferem também os seguintes benefícios:

- Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Seguro de Acidentes Pessoais;
- Seguro de Saúde;
- Seguro de Vida;
- Prémio de Permanência, definido no Acordo de Empresa subscrito e publicado em 2019;
- Apoios definidos especificamente para o período que se vive relativo à pandemia Covid 19.

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (1/2)

U: Euros

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2021	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
	ATIVO				
6	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6 015 600,62		6 015 600,62	5 202 233,01
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5 000,00		5 000,00	5 000,00
	Ativos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00		0,00	0,00
	Derivados de cobertura	0,00		0,00	0,00
5	Ativos disponíveis para venda	104 844 886,01	176 805,00	104 668 081,01	90 088 086,93
3.2.2	Empréstimos e contas a receber	2 898 564,78	0,00	2 898 564,78	3 095 374,21
	Depósitos junto de empresas cedentes	0,00		0,00	0,00
3.2.2	Outros depósitos	2 848 864,78		2 848 864,78	2 843 833,11
3.2.2	Empréstimos concedidos	49 700,00		49 700,00	251 541,10
	Contas a receber	0,00		0,00	0,00
	Outros	0,00		0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	0,00
3.3.1-7	Terrenos e edifícios	9 049 484,16	0,00	9 049 484,16	1 231 882,32
	Terrenos e edifícios de uso próprio	0,00		0,00	0,00
3.3.1-7	Terrenos e edifícios de rendimento	9 049 484,16		9 049 484,16	1 231 882,32
8	Outros ativos tangíveis	2 929 544,33	1 245 077,25	1 684 467,08	2 173 616,67
	Inventários	87 521,26		87 521,26	86 469,47
	Goodwill	0,00		0,00	0,00
3.4-10	Outros activos intangíveis	5 945 638,27	2 507 127,19	3 438 511,08	2 288 547,30
4.1.3	Provisões técnicas de resseguro cedido	34 016 490,44	0,00	34 016 490,44	26 351 659,72
4.1.2-4.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	2 703 377,90		2 703 377,90	1 693 928,82
	Provisão matemática do ramo vida	0,00		0,00	0,00
4.1.1-4.1.3	Provisão para sinistros	31 313 112,54		31 313 112,54	24 657 730,90
	Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00		0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00		0,00	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0,00		0,00	0,00
3.9.1-11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	16 518 227,02	2 361 557,34	14 156 669,68	11 398 808,66
3.8.1-3.8.2-3.9.1-11	Contas a receber por operações de seguro directo	14 922 344,01	2 320 183,98	12 602 160,03	10 144 792,31
3.9.1-4.4-11	Contas a receber por outras operações de resseguro	1 033 419,55	0,00	1 033 419,55	306 459,26
3.8.2-3.9.1-11	Contas a receber por outras operações	562 463,46	41 373,36	521 090,10	947 557,09
20	Ativos por impostos	846 774,21	0,00	846 774,21	1 166 793,38
20	Ativos por impostos correntes	804 778,41		804 778,41	310 952,96
20	Ativos por impostos diferidos	41 995,80		41 995,80	855 840,42
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	335 442,19		335 442,19	347 511,64
	Outros elementos do activo	0,00		0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0,00		0,00	0,00
	TOTAL ATIVO	183 493 173,29	6 290 566,78	177 202 606,51	143 435 983,31

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (2/2)

U: Euros

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2021	31/12/2021	31/12/2020
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
4.1.3	Provisões técnicas	100 453 241,17	81 156 183,79
3.7.1-4.1.2-4.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	23 543 053,97	20 367 529,74
	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00
3.7.2-4.1.3	Provisão para sinistros	76 607 070,88	60 521 587,98
	De vida	0,00	0,00
4.1.3	De acidentes de trabalho	42 318 685,93	33 620 036,03
4.1.3	De outros ramos	34 288 384,95	26 901 551,95
	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00	0,00
3.7.4-4.1.3	Provisão para desvios de sinistralidade	303 116,32	267 066,07
3.7.3-4.1.3	Provisão para riscos em curso	0,00	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00	0,00
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0,00	0,00
3.2.3.	Outros passivos financeiros	1 908 130,29	2 264 299,00
	Derivados de cobertura	0,00	0,00
	Passivos subordinados	0,00	0,00
3.2.3	Depósitos recebidos de resseguradores	529 947,07	517 450,96
3.2.3-3.8.6	Outros	1 378 183,22	1 746 848,04
3.6-19	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	174 400,46	150 130,82
3.9.2	Outros credores por operações de seguros e outras operações	10 560 690,80	7 779 032,13
3.9.2	Contas a pagar por operações de seguro directo	5 810 825,20	4 987 742,27
3.9.2	Contas a pagar por outras operações de resseguro	3 966 639,53	2 006 162,73
3.9.2	Contas a pagar por outras operações	783 226,07	785 127,13
20	Passivos por impostos	3 992 467,25	3 597 552,68
20	Passivos por impostos correntes	3 950 437,63	3 228 760,65
20	Passivos por impostos diferidos	42 029,62	368 792,03
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	1 563 341,98	1 405 390,89
	Outras Provisões	0,00	0,00
	Outros elementos do passivo	0,00	0,00
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0,00	0,00
	TOTAL PASSIVO	118 652 271,95	96 352 589,31
	CAPITAL PRÓPRIO		
21	Capital	44 388 315,20	34 388 315,20
	(Acções Próprias)	0,00	0,00
	Outros instrumentos de capital	0,00	0,00
22	Reservas de reavaliação	186 798,33	1 639 102,35
22	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	186 798,33	1 639 102,35
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0,00
	Por revalorização de activos intangíveis	0,00	0,00
	Por revalorização de outros activos tangíveis	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0,00	0,00
	De diferenças de câmbio	0,00	0,00
22	Reserva por impostos diferidos	-42 029,62	-368 792,03
22	Outras reservas	10 483 975,59	6 524 324,30
21	Resultados transitados	137 567,26	940 792,89
	Resultado do exercício	3 395 707,80	3 959 651,29
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	58 550 334,56	47 083 394,00
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	177 202 606,51	143 435 983,31

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONTAS DE GANHOS E PERDAS

CONTAS DE GANHOS E PERDAS (1/2)

U: Euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2021	Exercício de 2021				Exercício de 2020
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		86 158 692,35		86 158 692,35	71 707 654,15
12	Prémios brutos emitidos		116 380 233,56		116 380 233,56	100 718 896,32
	Prémios de resseguro cedido		28 434 625,99		28 434 625,99	24 434 960,77
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		2 948 975,30		2 948 975,30	4 839 286,15
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		1 162 060,08		1 162 060,08	263 004,75
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		0,00		0,00	0,00
4.1.1	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		61 520 208,11		61 520 208,11	48 648 642,76
4.1.1	Montantes pagos		52 241 312,98		52 241 312,98	42 127 151,44
4.1.1	Montantes brutos		64 105 269,71		64 105 269,71	50 356 865,72
4.1.1	Parte dos resseguradores		11 863 956,73		11 863 956,73	8 229 714,28
4.1.1	Provisão para sinistros (variação)		9 278 895,13		9 278 895,13	6 521 491,32
4.1.1	Montante bruto		15 744 505,43		15 744 505,43	14 929 372,07
4.1.1	Parte dos resseguradores		6 465 610,30		6 465 610,30	8 407 880,75
4.1.3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		36 050,25		36 050,25	31 672,82
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro					0,00
	Montante bruto					0,00
	Parte dos resseguradores					0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro		0,00		0,00	0,00
12-17	Custos e gastos de exploração líquidos		20 823 408,97		20 823 408,97	18 845 868,98
12-17	Custos de aquisição		21 732 922,21		21 732 922,21	19 250 507,30
12-17	Custos de aquisição diferidos (variação)		379 159,93		379 159,93	-260 104,84
12-17	Gastos administrativos		3 713 508,73		3 713 508,73	3 390 924,52
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		5 002 181,89		5 002 181,89	3 535 458,00
13	Rendimentos		1 132 530,87	0,00	1 132 530,87	480 793,01
13	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		1 132 530,87	0,00	1 132 530,87	480 793,01
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.5	Gastos financeiros		313 286,41	0,00	313 286,41	296 735,63
3.9.5	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		313 286,41	0,00	313 286,41	296 735,63
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	0,00

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

CONTAS DE GANHOS E PERDAS (2/2)

U: Euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2021	Exercício 2021				Exercício 2020
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
14	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		469 118,58	0,00	469 118,58	170 095,32
14	De ativos disponíveis para venda		469 118,58	0,00	469 118,58	170 095,32
	De empréstimos e contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		0,00	0,00	0,00	0,00
15	Perdas de imparidade (líquidas reversão)		-57 038,54	0,00	-57 038,54	-150 560,90
15	De ativos disponíveis para venda		-57 038,54	0,00	-57 038,54	-150 560,90
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras provisões (variação)		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.4	Outros rendimentos/gastos		0,00	-1 584 091,97	-1 584 091,97	-557 794,96
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	equivalência patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
	como detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		5 124 426,60	-1 584 091,97	3 540 334,63	4 128 388,23
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		0,00	134 007,84	134 007,84	134 860,74
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		0,00	10 618,99	10 618,99	33 876,20
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5 124 426,60	-1 728 718,80	3 395 707,80	3 959 651,29

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO
CAPITAL PRÓPRIO**

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Exercício 2021

U: Euros

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2020	34 388 315,20	1 639 102,35	-368 792,03	2 021 549,12	4 502 775,18	940 792,89	3 959 651,29	47 083 394,00
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
21	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	34 388 315,20	1 639 102,35	-368 792,03	2 021 549,12	4 502 775,18	940 792,89	3 959 651,29	47 083 394,00
	Aumentos/reduções de capital	10 000 000,00							10 000 000,00
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-1 452 304,02						-1 452 304,02
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			326 762,41			-803 225,63		-476 463,22
22	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				395 965,13	3 563 686,16	-3 959 651,29		0,00
	Distribuição de lucros/prejuízos								0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio								0,00
21	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						3 959 651,29	-3 959 651,29	0,00
	Total das variações do capital próprio	10 000 000,00	-1 452 304,02	326 762,41	395 965,13	3 563 686,16	-803 225,63	-3 959 651,29	8 071 232,76
21	Resultado líquido do período							3 395 707,80	3 395 707,80
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2021	44 388 315,20	186 798,33	-42 029,62	2 417 514,25	8 066 461,34	137 567,26	3 395 707,80	58 550 334,56

Exercício 2020

U: Euros

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2019	24 388 315,20	688 603,98	-154 935,90	1 599 552,57	704 806,28	940 792,89	4 219 965,45	32 387 100,47
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
21	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	24 388 315,20	688 603,98	-154 935,90	1 599 552,57	704 806,28	940 792,89	4 219 965,45	32 387 100,47
	Aumentos/reduções de capital	10 000 000,00							10 000 000,00
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		950 498,37						950 498,37
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			-213 856,13					-213 856,13
22	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				421 996,55	3 797 968,90	-4 219 965,45		0,00
	Distribuição de lucros/prejuízos								0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio								0,00
21	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						4 219 965,45	-4 219 965,45	0,00
	Total das variações do capital próprio	10 000 000,00	950 498,37	-213 856,13	421 996,55	3 797 968,90	0,00	-4 219 965,45	10 736 642,24
21	Resultado líquido do período							3 959 651,29	3 959 651,29
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2020	34 388 315,20	1 639 102,35	-368 792,03	2 021 549,12	4 502 775,18	940 792,89	3 959 651,29	47 083 394,00

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO
INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

U: Euros

Notas do Anexo	Total	Total
	Exercício 2021	Exercício 2020
Resultado líquido do exercício	3 395 707,80	3 959 651,29
Outro rendimento integral do exercício	-1 779 066,43	736 642,24
Activos financeiros disponíveis para venda	-1 452 304,02	950 498,37
22 Ganhos e perdas líquidos	-1 452 304,02	950 498,37
Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	0,00	0,00
Imparidade	0,00	0,00
Alienação	0,00	0,00
22 Impostos	326 762,41	213 856,13
Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Outros movimentos	0,00	0,00
Total do rendimento integral líquido de impostos	1 616 641,37	4 696 293,53

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

U: Euros

	<u>Exercício 2021</u>	<u>Exercício 2020</u>	
Atividades Operacionais:			
Recebimento de clientes	118 645 546	101 099 400	
Pagamentos a fornecedores	-5 796 061	-5 192 352	
Pagamentos ao pessoal	-6 711 280	-6 400 771	
Contribuições para o fundo de pensões	-63 482	-69 754	
Fluxo gerado pelas operações	<u>106 074 723</u>	<u>89 436 523</u>	89 436 523
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-397 173	-166 402	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional:			
Pagamentos de sinistros	-61 140 567	-47 627 973	
Recebimentos/pagamentos de resseguro	-9 396 799	-12 135 952	
Recebimentos/pagamentos de co-seguro	194 998	282 850	
Recebimentos/pagamentos de outros impostos e taxas	-14 990 072	-12 834 073	
Outros recebimentos/pagamentos	-5 330 847	-3 838 370	
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	<u>15 014 263</u>	<u>13 116 603</u>	13 116 603
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0	0	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-23 109	-1 208	-1 208
Fluxo das actividades operacionais (1)	<u>14 991 154</u>	<u>13 115 395</u>	
Atividades de Investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	53 533 486	27 178 189	
Ativos Tangíveis	0	17 000	
Ativos Intangíveis	0	0	
Subsídios de investimento	0	0	
Juros e proveitos similares	1 085 039	846 515	
Dividendos	283 305	6 295	
Outros recebimentos relativos à actividade de investimento	57 039	30 000	28 077 999
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	69 218 590	47 305 103	
Ativos Tangíveis	7 645 319	105 332	
Ativos Intangíveis	1 933 566	606 410	
Outros pagamentos relativos à actividade de investimento	213 726	121 628	48 138 473
Fluxo das actividades de investimento (2)	<u>-24 052 333</u>	<u>-20 060 474</u>	
Atividades de Financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	0	0	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	10 000 000	10 000 000	
Subsídios e doações	0	0	
Venda de acções próprias	0	0	
Cobertura de prejuízos	0	0	
Outros recebimentos relativos à actividade de financiamento	0	0	10 000 000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	0	0	
Amortização de contratos de locação financeira	77 499	84 364	
Juros e custos similares	6 012	3 859	
Dividendos	0	0	
Redução de capital e prestações suplementares	0	0	
Aquisição de acções próprias	0	0	
Outros pagamentos relativos à actividade de financiamento	36 911	36 900	125 123
Fluxo das actividades de financiamento (3)	<u>9 879 578</u>	<u>9 874 877</u>	
Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	818 399	2 929 798	
Efeito das diferenças de câmbio	0	0	
Caixa e seus equivalentes no início do período	8 046 066	5 116 268	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>8 864 465</u>	<u>8 046 066</u>	

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações Gerais

A Caravela – Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Caravela ou Companhia, é uma sociedade anónima registada com o NIPC 503640549, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, que resultou da alteração da denominação social da Macif Portugal - Companhia de Seguros, S.A. em 8 de janeiro de 2015, conforme registo efetuado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

A Companhia foi constituída em 1996 sob a denominação social de Euresap – Euresa Portugal Companhia de Seguros S.A., que foi alterada no ano de 2001 para Companhia de Seguros Sagres, S.A. e no ano de 2010 para Macif Portugal – Companhia de Seguros, S.A., tendo em 12 de novembro de 2014 sido adquirida na sua totalidade pela Sociedade AAA, SGPS, S.A.

No dia 26 de junho de 2017 teve lugar a transmissão das 26.600.000 ações do Acionista AAA, SGPS, S.A., representativas de 100% do capital social, a diversos Acionistas e, adicionalmente, foi efetuado um aumento de capital, no montante de 6.000.101,96€, através da emissão de 14.509.472 novas ações ao valor unitário de 0,413530€.

Por decisão da Assembleia Geral realizada no dia 9 de julho de 2019, foi efetuado um aumento de capital no dia 18 de dezembro de 2019, no montante de 30.000.000,00€, mediante a emissão de 37.947.205 novas ações sem valor nominal, tendo sido realizado, em dinheiro, em dezembro de 2019 o montante de 10.000.000,00€, em dezembro de 2020 igual valor de 10.000.000,00€, e em dezembro de 2021 foi realizado o restante montante de 10.000.000,00€, tendo ficado concluída a operação da realização integral do capital social da Caravela.

O capital social da Companhia é representado por 79.056.667 ações nominativas sem valor nominal, no montante total de 44.388.315,20€, sendo detido em 48% pelo Acionista TPIF Douro BidCo S.à.r.l. com 37.947.205 ações, e que vem exercendo o controlo da Companhia desde o exercício de 2019.

Com sede em Lisboa, na Avenida Casal Ribeiro, nº 14, a Caravela dispõe de escritórios no Porto, Leiria e Faro, exercendo a atividade de seguros e resseguros dos ramos Não Vida, mediante a autorização nº 1133 concedida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O volume de prémios do seguro direto da Companhia atingiu o montante de 116.380 mil euros, correspondente a um aumento de 15,5% face ao ano anterior (100.719 mil euros em 2020), sendo o ramo Automóvel o que continua a ter maior expressão, com 64.702 mil euros de prémios brutos emitidos, representando 55,6% do volume total de prémios (57,9% em 2020), seguido do ramo de Acidentes de Trabalho com 29.636 mil euros de prémios brutos emitidos, correspondendo a 25,5% do total (24,1% em 2020).

Todos os valores do presente Anexo às Demonstrações Financeiras estão expressos em euros, com arredondamento à unidade.

As Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021 foram analisadas pelo Conselho de Administração em reunião de 20 de janeiro de 2022.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras vão ser submetidos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a realizar no dia 18 de março de 2022.

2. Informação por Segmentos

A totalidade do negócio da Companhia é proveniente de contratos de seguro dos ramos Não Vida celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um Segmento Geográfico, sendo a distribuição por linhas de negócios em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentada na página seguinte:

 2021
 U:Euro

Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	31 777 141	11 243 946	64 702 116	152 690	217 743	1 515 703	6 770 896	116 380 234
Prémios resseguro cedido	10 734 916	8 955 224	8 433 209	121 408	162 222	27 646	0	28 434 626
Prémios brutos adquiridos	31 499 278	9 958 407	63 566 669	144 246	225 534	1 491 747	6 545 378	113 431 258
Prémios brutos adquiridos de resseguro	10 708 648	7 822 494	8 430 949	115 479	167 426	27 646	-76	27 272 566
Resultado dos Investimentos	601 879	105 763	570 380	3 302	988	22 025	41 065	1 345 402
Custos com sinistros brutos	22 247 377	6 734 982	45 502 131	189 184	71 193	479 009	4 625 899	79 849 775
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	9 575 817	5 036 640	3 449 311	197 002	29 648	41 150	0	18 329 567
Variação de outras provisões técnicas	4 335	184 050	0	2 071	-1 821	0	27	188 661
Custos e gastos de exploração brutos	8 692 577	2 971 208	13 340 255	31 228	57 984	371 110	208 616	25 672 980
Comissões e participação nos resultados de resseguro	1 288 642	3 290 582	320 914	48 354	53 481	209	0	5 002 182
Resultado técnico	1 312 679	678 657	633 939	54 941	14 869	677 365	1 751 977	5 124 427
Outros rendimentos/gastos não técnicos								-1 584 092
Resultado não técnico								-1 584 092
Resultado antes de impostos								3 540 335
Provisões técnicas de seguro directo	43 900 467	8 922 211	46 626 744	263 292	80 155	1 792 457	3 383 496	104 968 822

 2020
 U:Euro

Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	26 097 628	8 676 000	58 284 314	193 670	259 789	1 306 001	5 901 495	100 718 896
Prémios resseguro cedido	8 846 214	6 564 240	8 719 972	89 699	177 416	37 419	0	24 434 961
Prémios brutos adquiridos	25 930 306	8 340 581	54 560 753	184 174	266 084	1 261 822	5 335 890	95 879 610
Prémios brutos adquiridos de resseguro	8 844 309	6 303 124	8 722 052	83 042	182 009	37 419	0	24 171 956
Resultado dos Investimentos	284 332	23 959	173 439	556	473	8 355	13 600	504 714
Custos com sinistros brutos	18 308 209	4 473 953	37 422 397	116 490	87 271	1 147 449	3 730 469	65 286 238
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	8 067 764	3 415 619	4 944 131	113 018	81 917	15 147	0	16 637 595
Variação de outras provisões técnicas	2 443	114 880	0	2 279	-1 608	0	0	117 994
Custos e gastos de exploração brutos	5 698 218	2 263 654	13 463 761	42 064	65 851	329 105	432 352	22 295 005
Comissões e participação nos resultados de resseguro	876 005	2 237 039	305 984	49 571	66 617	243	0	3 535 458
Resultado técnico	2 305 227	861 585	376 096	103 444	81 567	-228 406	1 186 670	4 686 183
Outros rendimentos/gastos não técnicos								-557 795
Resultado não técnico								-557 795
Resultado antes de impostos								4 128 388
Provisões técnicas de seguro directo	35 098 189	5 659 132	39 998 340	126 424	107 398	1 835 238	3 073 593	85 898 313

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

No decorrer do exercício de 2021 foram efetuadas alterações em determinadas normas contabilísticas, designadamente:

A) Alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2021

1) IFRS 16 – “Bonificações de rendas relacionadas com a Covid-19”

Perante a pandemia global provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), os locadores têm atribuído benefícios aos locatários, relativamente às rendas de locação, as quais podem assumir diferentes formatos, como a redução, o perdão ou o diferimento das rendas contratualizadas.

Esta alteração à IFRS 16 introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, e exclusivamente estas bonificações, qualificam como modificações às locações.

Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que leva à redução de pagamento ocorre.

O expediente prático apenas é aplicável quando se verificam cumulativamente as seguintes condições:

- A alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração;
- Qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos a, ou antes de 30 de junho de 2021; e
- Não existem alterações substantivas a outros termos e condições da locação.

Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou outra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2020/1434, de 9 de outubro.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020.

2) IFRS 4 - “Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9”

Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 - Contratos de Seguro.

Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4, adia de 2021 para 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 com o objetivo de alinhar a data efetiva desta última com a da nova versão da IFRS 17, que foi sujeita a alterações em maio de 2020.

Esta isenção, é opcional, e apenas se aplica às entidades que desenvolvam substancialmente atividade seguradora.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2020/2097, de 15 de dezembro.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021

3) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 - “Reforma das taxas de juro de referência– fase 2”

Estando o processo de reforma das taxas de juro de referência (IBOR *reform*) ainda em curso nos diferentes mercados financeiros, as alterações às normas introduzidas pelo IASB, nesta segunda fase, tratam de questões que surgem na contabilização dos instrumentos financeiros indexados a estas taxas devido à substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, e preveem a aplicação de isenções como:

- Alterações na designação e documentação de cobertura;
- Reciclagem de valores acumulados na reserva de cobertura de fluxos de caixa;

- Avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39;
- Alterações nas relações de cobertura para grupos de instrumentos;
- presunção de que uma taxa de referência alternativa designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/25, de 13 de janeiro.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

B) Alterações às normas e novas normas efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2022

1) IAS 16 – “Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento”

Esta norma faz parte das alterações de âmbito específico (*narrow scope amendments*) publicadas pelo IASB em maio de 2020.

Com esta alteração a IAS 16 – ‘Ativos fixos tangíveis’ passa a proibir a dedução dos montantes recebidos como contraprestação, por itens vendidos que resultaram da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis (“outputs”), ao valor contabilístico desses mesmos ativos.

A contraprestação recebida pela venda dos “outputs” obtidos durante a fase de testes dos ativos fixos tangíveis deve ser reconhecida em resultados do exercício, de acordo com os normativos aplicáveis, assim como os gastos diretamente relacionados

Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro 2022.

2) IFRS 3 – “Referência à Estrutura Conceptual”

Esta norma faz parte das alterações de âmbito específico (*narrow scope amendments*) publicadas pelo IASB em maio de 2020.

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.

A alteração também introduz referências aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de atividades empresariais.

Esta alteração é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

3) IAS 37 - “Contratos Onerosos – custos de cumprir com um contrato”

Esta norma faz parte das alterações de âmbito específico (*narrow scope amendments*) publicadas pelo IASB em maio de 2020.

Esta alteração especifica quais são os custos que a entidade deve considerar quando está a avaliar se um contrato é ou não oneroso. Apenas os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato são aceites, e estes podem incluir:

- os custos incrementais para cumprir o contrato como a mão-de-obra direta e materiais;
- a alocação de outros gastos que se relacionem diretamente com o cumprimento do contrato, como por exemplo a alocação dos gastos de depreciação de um dado ativo fixo tangível utilizado para realizar o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Qualquer impacto deverá ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados nessa mesma data.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

4) IFRS 16 – “Locações – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021”

A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’ de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022.

As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que:

- Caso o locatário já esteja a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis;
- Caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar a extensão à alteração de 2020.

Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º. 2021/1421, de 30 de agosto.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de abril de 2021, sendo permitida a adoção antecipada, contingente da adoção da primeira alteração à IFRS 16.

C) Ciclo Anual de melhorias 2018-2020

1) “IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFES pela primeira vez”

As subsidiárias que se tornem adotantes das IFRS pela primeira vez após a sua empresa-mãe, e que optem por mensurar os seus ativos e passivos com base nos valores contabilísticos expressos nas

demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, podem mensurar as diferenças de transposição acumuladas para todas as operações expressas em moeda estrangeira, pelos valores que seriam apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

2) IFRS 9 - Desreconhecimento de passivos financeiros - custos incorridos a incluir no teste dos “10 por cento de variação”

Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deve-se determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos, considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. contratualizadas.

3) IFRS 16 – “Incentivos de locação”

A melhoria introduzida corresponde à alteração do exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, de forma a eliminar uma inconsistência no tratamento contabilístico de incentivos atribuídos pelo locador ao locatário.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022

4) IAS 41 – ‘Tributação e mensuração de justo valor’

Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais, da mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13 – ‘Justo valor’.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

5) IFRS 17 - “Contratos de seguro (emitida a 18.05.2017); incluindo alterações à IFRS 17 (emitida a 25.06.2020)”

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 - “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.

Para os contratos de serviços de taxa fixa, cujo principal objetivo é a prestação de serviços, as entidades têm a opção de contabilizar de acordo com a IFRS 17 ou a IFRS 15. Tal como previsto na IFRS 4, é permitido que os contratos de garantia financeira sejam incluídos no âmbito da IFRS 17, desde que a entidade os tenha explicitamente classificado como contratos de seguro. Os contratos de seguros em que a entidade é a detentora da apólice de seguro não estão no âmbito da IFRS 17 (exceção feita ao resseguro cedido).

A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (*building block approach*) ou simplificado (*premium allocation approach*). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados, ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa.

Durante o período de implementação e em resposta a algumas das preocupações e desafios inerentes à implementação da IFRS 17, o IASB publicou em 2020, alterações específicas ao texto inicial da IFRS 17, assim como propostas de clarificação, de modo a simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

As alterações efetuadas têm impactos em oito áreas da IFRS 17, tais como:

- i) Âmbito;
- ii) Nível de agregação dos contratos de seguros;
- iii) Reconhecimento;
- iv) Mensuração;
- v) Modificação e desreconhecimento;
- vi) Apresentação da Demonstração da posição financeira;
- vii) Reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e
- viii) Divulgações.

As principais alterações introduzidas à IFRS 17 referem-se a:

- recuperação esperada dos fluxos de caixa de aquisição de ativos por contratos de seguro;
- margem de serviço contratual atribuível aos serviços de investimento;
- exclusão de âmbito de determinados contratos de cartões de crédito (ou similares), assim como alguns contratos de financiamento;
- apresentação de ativos e passivos por contratos de seguro na demonstração da posição financeira em portefólios em vez de grupos;
- aplicabilidade da opção de mitigação de risco, quando se recorre a contratos de resseguro detidos e instrumentos financeiros não derivados ao justo valor através de resultados para mitigar riscos financeiros;

- opção de política contabilística para alterar as estimativas realizadas em períodos intercalares anteriores, quando se aplica a IFRS 17;
- inclusão de pagamentos e recebimentos de imposto sobre o rendimento, especificamente imputáveis ao detentor das apólices segundo os termos do contrato de seguro (quanto ao cumprimento dos fluxos de caixa); e
- expedientes práticos de transição.

A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com isenções previstas para a data de transição.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/2036, de 19 de novembro.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

D) Alterações às normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela UE

1) IAS 1 – “Classificação de passivos como correntes ou não correntes”

Clarificação sobre a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato (a norma deixa de fazer referência a direitos incondicionais, uma vez que os empréstimos raramente são incondicionais ao cumprimento de condições específicas).

A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um dado *covenant*.

É efetuada uma clarificação adicional relativamente ao significado de ‘liquidação’ de um passivo, que passa a ser definida como a extinção de um passivo através da transferência:

- de caixa ou outros recursos económicos, ou
- de instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

2) IAS 1 – “Divulgação de políticas contabilísticas”

Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas que passam a ser baseadas na definição de “material” em detrimento de “significativo”.

A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras.

As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas.

O IFRS *Practice Statement 2*, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

3) IAS 8 – “Divulgação de estimativas contabilísticas “

Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

4) IFRS 12 – ‘Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação’

A IAS 12 passa a exigir que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.

As transações sujeitas referem-se ao registo de:

- i) Ativos sob direito de uso e passivos de locação;
- ii) Provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes com os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais.

Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos.

O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

5) IFRS 17 – ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa’

Esta alteração aplica-se somente às entidades seguradoras na sua transição para a IFRS 17, permitindo a adoção de um *overlay* na classificação de um ativo financeiro para o qual a seguradora não efetua a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. A alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, no que respeita à informação comparativa que deve ser apresentada aquando da aplicação inicial da IFRS 17, estando prevista:

- i) A sua aplicação individual para cada ativo financeiro;

- ii) A apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados ao ativo financeiro, no entanto sem a exigência da aplicação dos requisitos de imparidade da IFRS 9;
- iii) A obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, de modo a determinar como a seguradora espera que esse ativo financeiro seja classificado, consoante a classificação da IFRS 9.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

E) Base de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras da Caravela em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com o que estabelece o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Os valores das contas da Demonstração da Posição Financeira e da Conta de Ganhos e Perdas dos exercícios de 2021 e 2020 são comparáveis entre si, encontrando-se as Demonstrações Financeiras preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, com exceção da IFRS 4-Contratos de Seguro, em que apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos de seguro.

Os custos e os proveitos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram registados ao justo valor de mercado.

Sendo os prémios de seguro direto reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros registados aquando da participação, são realizadas determinadas especializações de acordo com as políticas contabilísticas a seguir especificadas, e que foram aplicadas de forma consistente para os períodos indicados.

3.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Os valores apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa incluem os valores em caixa e as disponibilidades à ordem em bancos, e são facilmente convertíveis em numerário.

3.2. Instrumentos Financeiros

3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

A Caravela classifica os seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial e de acordo com a intenção que lhes está subjacente, nomeadamente em “Ativos Financeiros Disponíveis para Venda”, que são ativos que a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado e não classificados como investimentos a deter até à maturidade.

São ativos inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, incluindo os custos de transação, sendo que as variações subsequentes do justo valor são reconhecidas na Reserva de Reavaliação em capital próprio.

O justo valor corresponde ao valor pelo qual estes ativos podem ser transacionados em condições normais de mercados ativos.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros podem encontrar-se valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1-Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo.
- Nível 2-Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.
- Nível 3-Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia distribuem-se pelos Níveis 1 e 3.

No momento da alienação ou do reconhecimento de imparidade, as variações constatadas face ao justo valor são registadas em custos ou proveitos do exercício, por contrapartida de capitais próprios.

A Companhia adota o critério de reconhecimento de imparidades sempre que se registre uma desvalorização continuada de mais de 180 dias ou uma desvalorização de valor significativo, quando superior a 30% da respetiva cotação, no caso dos instrumentos de capital.

Nos instrumentos de dívida é reconhecida imparidade quando existe uma significativa dificuldade financeira do emitente, tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que as mais-valias potenciais que ocorram após o reconhecimento de perdas por imparidades são registadas em Reserva de Reavaliação e quando posteriormente sejam apuradas menos-valias potenciais considera-se que existe imparidade, que serão consideradas em resultados do exercício.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em resultados do exercício e são especializados de acordo com o tempo decorrido até à data do fim do exercício, sendo calculados pelo método da taxa efetiva e registados em Rendimentos, onde igualmente são reconhecidos os dividendos de instrumentos de capital no momento em que é conhecido o direito da Companhia ao recebimento.

3.2.2. Empréstimos e Contas a receber

Compreende ativos financeiros não cotados num mercado ativo, que incluem os depósitos a prazo em instituições de crédito, afetos a contratos de seguro, reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, e os empréstimos concedidos.

O saldo das rubricas Outros Depósitos e Empréstimos Concedidos em 31 de dezembro de 2021, por prazo de vencimento, é o seguinte:

U: Euro

Outros depósitos e Empréstimos Concedidos	Início	Vencimento	Prazo (dias)	Valor *
Depósitos a Prazo:				
Millennium BCP	20.11.2021	19.11.2022	365	598 565
Banco Carregosa	19.07.2021	18.01.2022	185	245 110
Bankinter	26.12.2021	25.03.2022	90	2 000 000
Bankinter	28.04.2021	27.04.2022	365	5 190
				2 848 865
Empréstimos Concedidos:				
Prestações Suplementares COLMENA				49 700
				49 700
				2 898 565

3.2.3. Passivos Financeiros

A Companhia classifica um instrumento como passivo financeiro quando exista uma obrigação contratual da sua liquidação.

Os passivos financeiros são constituídos por depósitos recebidos de resseguradores e por operações de locação operacional, nos termos da IFRS 16 que entrou em vigor em 01.01.2019.

Estes passivos são desreconhecidos quando são liquidados ou extintos, e têm a seguinte decomposição, por ano:

	<i>U: Euro</i>	
	2021	2020
Depósitos recebidos de Resseguradores		
Prémios	0	0
Sinistros	529 947	517 451
	529 947	517 451
Locação Operacional (IFRS 16)		
Equipamento Transporte	161 662	162 886
Edifícios Arrendados	1 216 521	1 583 962
	1 378 183	1 746 848
Total de balanço	1 908 130	2 264 299

3.3. Terrenos e Edifícios

3.3.1. De rendimento

A Companhia adquiriu no presente exercício, no dia 26 de fevereiro, um empreendimento empresarial composto por doze pavilhões destinados a comércio/indústria, situado na Estrada Nacional 10, km 139,1, em São João da Talha, integrado na União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, no concelho de Loures, constituído por doze frações autónomas designadas pelas letras "A" a "L", pelo valor total de aquisição de 6.760.000 euros.

Ainda do ativo da Companhia consta o imóvel adquirido no ano de 2016, constituído pelas frações autónomas designadas pelas letras "V", "X", "Z", "AA", "AB", "AC" e "AD", que fazem parte do prédio urbano situado na Praça Conde de Agrolongo, nºs 161 a 183, freguesia de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), concelho de Braga, pelo preço global de 1.140.000 euros, e que tem um valor de balanço de 1.231.882 euros.

Os dois imóveis encontram-se classificados como propriedades de rendimento, valorizados nos termos da IAS 40, e por esse facto não são amortizados.

3.4. Outros Ativos Tangíveis e Intangíveis

No momento do reconhecimento inicial destes ativos a Caravela capitaliza o valor de aquisição e os encargos suportados e que sejam necessários para que os bens entrem em funcionamento, de acordo com a IAS 16.

A vida útil dos bens tangíveis varia em função do tempo estimado de obtenção de benefícios económicos futuros, sendo os bens gradualmente amortizados durante esses períodos.

Os custos incorridos com a aquisição dos bens intangíveis (*software*), bem como as despesas com a sua implementação, são igualmente capitalizados, e são amortizados linearmente, durante o período de vida útil estimado de três anos, e pelo período de seis anos para as aquisições ocorridas a partir do exercício de 2015.

Os custos com a manutenção do *software*, quando incorridos, são reconhecidos diretamente em Resultados como custo do exercício.

Todos estes bens são revertidos no momento da alienação, ou no momento em que deixem de produzir benefícios económicos, sendo o ganho ou perda apurados reconhecidos diretamente em Resultados.

A Companhia procedeu à verificação da possível perda por imparidade deste tipo de bens, de acordo com o que estipula a IAS 36 e a IAS 38, tendo concluído que este grupo de ativos está devidamente valorizado à data do encerramento do exercício, continuando a proporcionar os benefícios económicos deles esperados.

3.5. Imposto sobre Lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de IRC à taxa de 21% acrescida de 1,5% de Derrama Municipal, imposto corrente calculado com base no lucro tributável do exercício e após dedução de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores e suscetíveis dessa dedução.

À taxa acumulada de 22,5% de IRC e Derrama Municipal acresce a taxa adicional de 3% correspondente à Derrama Estadual, nos termos da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que é a percentagem que corresponde ao escalão do lucro tributável da Caravela (superior a 1.500.000,00€ e inferior a 7.500.000,00€).

Dado que o lucro tributável normalmente difere do resultado contabilístico, são calculados impostos diferidos com impacto no imposto a pagar ou a recuperar nos anos seguintes e que correspondem a diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, entre os valores de balanço e a respetiva base fiscal, e que normalmente são calculados à taxa em vigor à data do balanço.

O imposto diferido da Companhia corresponde a valias potenciais e imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda.

3.6. Benefícios dos Empregados

A) Plano de Pensões de Benefício Definido

Neste Plano de Pensões mantém-se apenas um ex-administrador reformado que recebe uma pensão de reforma.

Na nota 19 encontram-se divulgadas informações adicionais.

B) Plano de Pensões de Contribuição Definida

O veículo de financiamento afeto a este Plano é o “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas” da Zurich Vida, S.A. (Fundo nº 287), que abrange de uma forma homogénea todos os colaboradores da Companhia desde o exercício de 2019.

Este Fundo está constituído nos termos do Acordo de Empresa e, por este facto, os trabalhadores que, anteriormente, não estavam integrados neste Plano, passaram a estar por ele abrangidos desde o dia 1 de janeiro de 2019.

Informações adicionais estão igualmente divulgadas na nota 19.

C) Prémio de Permanência

De acordo com a cláusula 44ª do AE 2019, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 4, de 29 de janeiro, verificados os requisitos mencionados na cláusula mencionada, sempre que o trabalhador, complete um ou mais múltiplos de cinco anos de serviço na Companhia, tem direito a receber um prémio único correspondente a 50% do seu ordenado mensal, em expressão monetária, ou em espécie (concessão de dias de licença com retribuição).

3.7. Provisões Técnicas do Seguro Direto e do Resseguro Cedido

Nas páginas seguintes descrevem-se as Provisões Técnicas Não Vida.

3.7.1. Provisão para Prémios não Adquiridos do Seguro Direto

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício com vigência após essa data e destina-se a cobrir os riscos assumidos pela Companhia desde o final do exercício até à data de vencimento dos respetivos contratos de seguro, atingindo o valor total de 28.058.634 euros antes da dedução dos custos de aquisição diferidos (em 2020 o valor desta provisão era de 25.109.659 euros).

A provisão é calculada por aplicação do método *pro-rata temporis*, para cada prémio emitido de cada contrato em vigor e para todos os ramos, deduzida dos custos de aquisição também imputáveis a exercícios seguintes na mesma proporção dos prémios.

3.7.2. Provisão para Sinistros do Seguro Direto

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado dos encargos com sinistros decorrentes dos contratos de seguro, quer tenham sido declarados ou não à data do encerramento, e que se encontram por regularizar, incluindo a responsabilidade estimada por sinistros ocorridos no período e ainda não participados (IBNR), ou já participados mas insuficientemente provisionados (IBNER). Inclui ainda os custos administrativos a incorrer com a regularização futura de sinistros em gestão ou ainda não participados.

Estas provisões são revistas regularmente, à medida que as responsabilidades da Companhia vão sendo liquidadas, de forma que seja mantido um nível de provisionamento adequado ou seja compatível com as responsabilidades existentes.

O seu valor estimado no exercício foi de 76.607.071 euros, que se comparam com 60.521.588 euros em 2020; neste valor está incluído o montante de 478.630 euros, 386.653 euros em 2020, de provisão para despesas futuras com a gestão de sinistros já ocorridos.

3.7.3. Provisão para Riscos em Curso

A Provisão para Riscos em Curso corresponde ao montante necessário para fazer face a possíveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício, que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, pela soma dos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência, subtraindo o rácio de investimentos, deduzida de uma unidade, sendo a provisão para riscos em curso constituída e/ou reforçada sempre que a referida soma dos rácios seja superior a “1”.

Em resultado da aplicação de critérios rigorosos de subscrição do negócio a Companhia voltou a não ter necessidade de registar provisão para riscos em curso no exercício.

3.7.4. Provisão para Desvios de Sinistralidade

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de Fenómenos Sísmicos nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja a possibilidade de maiores oscilações – ramos de Incêndio, Multi-Riscos Habitação e Atividades Comerciais e Associativas.

É calculada pela aplicação de um fator de risco, definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

O valor registado para esta provisão no final de 2021 foi de 303.116 euros, que se comparam com 267.066 euros em 2020.

3.7.5. Provisão Matemática

As provisões matemáticas determinam o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia e são calculadas com base em métodos atuariais, nos termos da legislação em vigor.

3.7.6. Provisões Técnicas do Resseguro Cedido

Compreende a Provisão para Sinistros e a Provisão para Prémios não Adquiridos, determinadas pela aplicação dos critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em conta os tipos de tratados de resseguro e as condições neles expressas, como percentagens de cedência e outras cláusulas, e corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia.

3.8. Ajustamentos e Especializações

3.8.1 Ajustamentos de Recibos por Cobrar

Os ajustamentos efetuados tiveram por objetivo reduzir do montante total dos prémios em cobrança o seu valor estimado de realização.

Os recibos emitidos e não cobrados no final do ano são refletidos na rubrica “Contas a receber por operações de seguro direto” e o valor do ajustamento é apresentado a deduzir no ativo da demonstração da posição financeira.

O regime do pagamento dos prémios de seguros previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro aprovado pelo D.L. n.º 72/2008 de 16 de abril, alterado pela Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, determina que o não pagamento do prémio inicial na data do vencimento, ou da fração inicial, implica a resolução automática do contrato com efeito à data da sua celebração e que essa falta de pagamento nas anuidades subsequentes impedem a prorrogação desses contratos, daí resultando que contabilisticamente esses prémios sejam anulados no momento em que não foram cobrados.

O efeito que teve a pandemia Covid-19 sobre o pagamento dos prémios de seguro pelos tomadores de seguros continuou a ter grande impacto no nível de cobrança efetiva durante o ano de 2021. Por esse facto, houve necessidade de proceder ao reforço do montante dos ajustamentos de recibos por cobrar apurado no exercício de 2021 que foi de 2.227.722 euros (712.050 euros em 2020), equivalente a 1,9% dos prémios brutos emitidos líquidos de estornos e anulações (0,7% em 2020).

3.8.2. Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa

O saldo global das rubricas “mediadores de seguros” e “outros devedores” regista uma diminuição de 15.531 euros no exercício, sendo o valor global dos ajustamentos à data das Demonstrações Financeiras de 133.835 euros (149.366 euros em 2020).

3.8.3. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguros são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos.

À data do encerramento do exercício estes custos atingiram o valor total de 4.515.580 euros (em 2020 eram de 4.742.129 euros).

3.8.4. Remunerações de mediação

São representadas pelo montante contratualmente atribuído aos mediadores, pela angariação e cobrança de prémios de seguro, sendo registadas como custo no momento do processamento dos respetivos recibos de prémio.

Esta rubrica inclui a especialização das comissões de incentivo comercial a pagar aos mediadores no primeiro trimestre do ano seguinte, após o apuramento final dos resultados por mediador, que é efetuado no início do ano seguinte, e desde que se encontrem atingidos os objetivos comerciais de produção, sinistralidade e cobranças que constam dos protocolos celebrados com os mediadores.

Foi reconhecido no exercício o montante de comissões de incentivo de produção relativas a 2021, a pagar aos mediadores durante o primeiro trimestre de 2022, de 571.869 euros.

3.8.5. Responsabilidade por férias e subsídios de férias

Incluída na rubrica de “Acréscimos e Diferimentos” do passivo corresponde a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do ano e acrescidos de incrementos previstos, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final do exercício, a regularizar posteriormente, por serviços prestados pelos colaboradores até 31 de dezembro de 2021.

3.8.6. Locações

A Companhia classifica os contratos de locação como locações financeiras ou locações operacionais de acordo com o ativo que está subjacente e o direito de controlo sobre esse ativo.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios que resultam da propriedade de um ativo foram transferidos para o locatário, sendo os encargos financeiros reconhecidos em resultados, no período a que respeitam, e o montante da amortização deduzido ao passivo, sendo todas as restantes operações de locação consideradas como contratos de locação operacional.

A Caravela celebrou os seguintes contratos de locação financeira:

- dois contratos no mês de janeiro de 2018 com o Banco BPI, para a aquisição de duas viaturas, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 1,375%;
- um contrato no mês de outubro de 2019 com a locadora Mercedes-Benz Financial Services para aquisição de uma viatura, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 3,8404%.
- um contrato no mês de janeiro de 2020 com o Banco BPI, para a aquisição de uma viatura, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 1,43%.

Os pagamentos efetuados ao abrigo destes contratos de locação financeira são registados pela Companhia em contas de terceiros, os montantes respeitantes ao reembolso do capital, e em custos os juros do período a que respeitam.

Estes ativos estão sujeitos a depreciação, sendo a política de depreciação destes ativos locados consistente com a de outros ativos depreciáveis que a Companhia possui, sendo a depreciação reconhecida calculada de acordo com a IAS 16.

Com a entrada em vigor da IFRS 16-Locações em 1 de janeiro de 2019 a Companhia passou a ter o direito de uso de um ativo subjacente por contrapartida dum passivo referente aos pagamentos futuros associados ao uso desse ativo.

A IFRS 16 não abrange os contratos de locação com duração inferior a 12 meses nem os ativos subjacentes com valor inferior a USD \$5.000.

Na mensuração inicial o passivo é reconhecido no início do contrato de locação operacional pelo valor presente dos pagamentos futuros, sendo o direito de uso do ativo mensurado ao custo, pelo mesmo valor do passivo.

Nas mensurações subseqüentes o passivo é mensurado pelo método da taxa de juro efetiva e reconhecida a depreciação do direito de uso (ativo).

O quadro seguinte reflete o impacto da adoção da IFRS 16-Locações nas contas da Companhia à data de encerramento em 31.12.2021:

	Direito de Uso 31-12-2020	Passivo Financeiro 31-12-2020	Novas Locações 2021	Depreciação exercício	Juros suportados	Amortização Passivo Financeiro	Direito de Uso 31-12-2021	Passivo Financeiro 31-12-2021
Imóveis	1 541 816	1 583 962	0	363 418	14 159	367 441	1 178 398	1 216 521
Viaturas	158 904	162 886	108 184	108 347	5 850	109 407	158 741	161 662
	1 700 720	1 746 848	108 184	471 765	20 009	476 849	1 337 139	1 378 183

U: Euro

3.9. Decomposição de Outras rubricas das Demonstrações Financeiras

3.9.1. Outros devedores por operações de seguro

Esta rubrica apresenta em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a decomposição seguinte:

U:Euro

	2021	2020
Contas a receber por operações do seguro directo:		
Recibos por cobrar:		
- Acidentes de Trabalho	2 462 865	2 017 269
- Incêndio e Outros Danos	1 167 667	534 509
- Automóvel	5 013 498	2 966 006
- Outros Ramos	1 024 240	625 808
	9 668 270	6 143 591
Reembolsos de Sinistros:		
- Acidentes de Trabalho	543 669	746 095
- Incêndio e Outros Danos	7 550	23 750
- Automóvel	2 984 459	2 421 033
- Outros Ramos	118 862	106 433
	3 654 541	3 297 312
Mediadores:		
- Contas correntes	1 515 964	1 424 918
- Comissões a receber	66 030	74 980
	1 581 994	1 499 898
Cosseguradores:		
- Contas correntes	8 984	15 731
- Outros saldos	8 498	8 221
	17 482	23 952
Outros:		
- Outros saldos	58	82
	58	82
Ajustamentos de recibos por cobrar	-2 227 722	-712 050
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-92 462	-107 993
	-2 320 184	-820 043
	12 602 160	10 144 792
Contas a receber por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	1 033 420	306 459
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	0	0
	1 033 420	306 459
Contas a receber por outras operações:		
Pessoal	32 303	3 867
Fundo de Acidentes de Trabalho	5 292	7 599
Outros devedores diversos	524 868	977 465
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-41 373	-41 373
	521 090	947 557
Balanco	14 156 670	11 398 809

Os recibos por cobrar apresentaram a seguinte antiguidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

U: Euro

	2021	2020
Até 30 dias	3 660 565	2 552 841
De 31 a 90 dias	2 428 444	1 673 194
De 91 a 180 dias	1 965 058	1 440 793
De 181 a 360 dias	1 153 737	196 212
Com mais de 360 dias	460 466	280 553
Total	9 668 270	6 143 591

Os recibos em cobrança há mais de 30 dias respeitam a negócios colocados em co-seguro e a contratos de seguros celebrados com organismos públicos e com municípios, que pela sua natureza têm prazos especiais de pagamento, bem como ao efeito da pandemia Covid-19, mencionado na nota 3.8.1.

3.9.2. Outros credores por operações de seguro

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica regista os seguintes valores:

U: Euro

	2021	2020
Contas a pagar por operações do seguro directo:		
Mediadores:		
- Contas correntes	745 040	623 059
- Comissões a pagar	493 283	175 568
	1 238 323	798 627
Cosseguradores:		
- Contas correntes	69 034	55 906
- Outros saldos	2 028	1 414
	71 062	57 319
Tomadores de seguro:		
- Estornos a pagar	476 993	699 508
- Prémios recebidos antecipadamente	4 002 455	3 426 547
	4 479 448	4 126 055
Outros (reembolso sinistros):		
	21 992	5 741
	5 810 825	4 987 742
Contas a pagar por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	3 966 640	2 006 163
Contas a pagar por outras operações:		
Pessoal	197	2 831
Fornecedores	737 712	734 652
Outros credores diversos	45 317	47 644
	783 226	785 127
Balanço	10 560 691	7 779 032

3.9.3. Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos ativos e passivos apresentaram a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<i>U:Euro</i>	
	2021	2020
Gastos Diferidos:		
Seguros	70 256	28 515
Rendas e alugueres	14 540	38 265
Serviços de informática	182 966	106 396
Quotizações da actividade	0	838
Outros gastos	67 681	173 498
Total de balanço	335 442	347 512

	<i>U:Euro</i>	
	2021	2020
Acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	0	0
Remunerações a liquidar ao pessoal (férias e subsídio)	671 806	640 751
Encargos sobre remunerações a liquidar	166 309	158 421
Bónus a liquidar ao pessoal	0	0
Comissões a pagar	592 399	481 897
Outros acréscimos	93 393	124 322
Total de balanço	1 523 907	1 405 391

	<i>U:Euro</i>	
	2021	2020
Rendimentos Diferidos:		
Rendas e Alugueres	39 435	0
Total de balanço	39 435	0

A rubrica de “Comissões a pagar”, no valor de 592.399 euros, respeita a comissões de mediação, no valor de 571.869 euros, e a 20.530 euros de comissões bancárias de investimentos, a pagar em 2022.

A rubrica de “Outros acréscimos”, no valor de 93.393 euros, compreende as especializações do ano, de fornecimentos e serviços externos.

3.9.4. Outros rendimentos/gastos/ajustamentos

A decomposição de outros rendimentos, outros gastos e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontra-se discriminada no quadro da página seguinte:

U:Euro

	2021	2020
Rendimentos e ganhos não correntes		
Regularização recebimentos antecipados (anos anteriores)	0	63 139
Recuperação dívida (anos anteriores)	10 193	0
Outros	26 649	65 207
	36 841	128 346
Rendimentos e ganhos financeiros		
Outros	19 566	16 947
	19 566	16 947
Outros rendimentos não técnicos		
Outros	216	3 802
	216	3 802
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	-5 500	-500
Mecenato	0	-50 000
Multas e penalidades	-3 253	-214
Quotizações diversas	-5 662	-1 693
Outros		
Rendas inquilinos (Covid-19)	-15 050	-11 525
Perdas ativos tangíveis	0	-26 524
Powerful Caravel	-73 077	-33 882
Diversos	-30 898	-2 000
	-133 441	-126 337
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	0	-17
Outros	-7 134	0
	-7 135	-17
Ajustamentos		
De recibos por cobrar	-1 515 671	-578 569
De outros devedores	15 531	-1 966
	-1 500 141	-580 535
	-1 584 092	-557 795

3.9.5. Gastos financeiros

Nos exercícios de 2021 e 2020 estes gastos tiveram a seguinte decomposição:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2021			2020		
	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados	313 286		313 286	296 736		296 736
Outros gastos de investimentos	0		0	0		0
Total	313 286	0	313 286	296 736	0	296 736

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

4.1. Quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

4.1.1. Provisão para Sinistros

Os cálculos das Provisões foram efetuados conforme explicações abaixo:

a) O valor das Provisões para Sinistros, a 31 de dezembro de 2021, foi obtido recorrendo a métodos determinísticos e estocásticos ligados ao tratamento estatístico dos triângulos de *run off* correspondentes às indemnizações pagas líquidas de reembolsos cobrados, sem custos imputados à gestão de sinistros e brutas de resseguro.

b) Os valores das provisões foram obtidos de acordo com os seguintes procedimentos:

- Sem deflacionar os montantes das indemnizações já pagas, isto é, sem colocar os seus valores a custos de 2021;
- Não considerando o valor descontado dos pagamentos futuros, nem o seu crescimento por força da força da inflação.

c) Nos ramos de pequena dimensão o provisionamento é feito casuisticamente com base na informação constante na participação do sinistro e nos relatórios de peritagem.

d) No ramo de Acidentes de Trabalho, acresce a provisão matemática que regista a responsabilidade da Companhia por sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2021 que envolvam pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal de Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, bem como a estimativa das responsabilidades com presumíveis incapacidades decorrentes de sinistros que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

Em cumprimento dos critérios de prudência utilizados pela Companhia manteve-se a tábua de mortalidade TV 88/90 no cálculo da Provisão Matemática, com a taxa técnica de juro 2,15% (2,35% em 2020) e 3% de encargos de gestão.

A remição de Pensões de Acidentes de Trabalho é calculada pela tabela de mortalidade TD 88/90, com taxa técnica de juro de 5,25%, conforme Portaria nº 11/2000, de 13 de janeiro, incluindo 1% de encargos de gestão.

A provisão para IBNR, apenas para as pensões, é calculada com base no número de pensões dos próprios sinistrados, excluindo as pensões que ocorram por morte, já que esses sinistros são conhecidos no imediato.

e) Acresce ainda a Provisão para Assistência Vitalícia, calculada recorrendo à tábua de mortalidade TV 88/90 com 3% de encargos e a taxa técnica de juro a 2,15% (2,35% em 2020), sendo acrescentada uma taxa de crescimento de 2% aos custos vitalícios médios para fazer face à inflação futura.

f) A provisão de balanço para sinistros está incrementada da provisão para despesas de gestão com sinistros, onde se aplicam modelos determinísticos aos triângulos de *run off* de montantes pagos com despesas de gestão de sinistros. A repartição dos custos por ano de ocorrência e ano de pagamento é feita através do número de sinistros em gestão no ano.

g) O valor da provisão total para sinistros não declarados (IBNR) foi estimado tomando por base o número de sinistros participados em cada ano e, com base nos mesmos, aplica-se um modelo determinístico para estimar o número total de sinistros esperados, por ano de ocorrência e obtendo assim os sinistros que virão a ser participados referentes a anos de ocorrência já decorridos.

Com base nestes números de situações de IBNR expectáveis e no custo de sinistros total estimado por ano de ocorrência, encontra-se o valor da provisão desejável de IBNR.

h) O valor casuístico da provisão para sinistros declarados no exercício foi incrementado, de forma a fazer face a eventuais insuficiências não previstas casuisticamente (IBNER).

O desenvolvimento da provisão para sinistros de seguro direto relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores a 2021 e dos seus reajustamentos no exercício findo em 31 de dezembro 2021 consta no anexo 2 deste relatório.

A provisão para sinistros (não incluindo os custos de gestão) apresenta a seguinte decomposição nos anos de 2021 e 2020:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2021			2020		
	Declarados	Não Declarados	Total Balanço	Declarados	Não Declarados	Total Balanço
Acidentes de Trabalho:						
- Provisão Matemática	11 319 773	22 788 058	34 107 831	8 746 931	17 898 088	26 645 018
- Provisão para Assistência Vitalícia	634 657	43 215	677 873	581 868	51 371	633 239
- Provisão para Outras Prestações	6 815 373	439 708	7 255 081	5 831 149	295 135	6 126 284
	18 769 804	23 270 981	42 040 785	15 159 948	18 244 594	33 404 542
Outros Seguros:						
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	165 144	27 433	192 577	355 156	12 614	367 769
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	1 936 965	2 288 305	4 225 269	1 792 872	497 382	2 290 254
Automóvel	25 089 757	2 148 382	27 238 139	20 214 509	1 546 124	21 760 633
Marítimo, Aéreo e Transportes	192 390	1 815	194 206	63 257	2 549	65 806
Mercadorias Transportadas	36 309	8 958	45 267	54 117	10 817	64 935
Responsabilidade Civil Geral	992 835	353 309	1 346 144	1 065 187	354 139	1 419 327
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	7 971	232	8 203	8 171	478	8 649
- Assistência	835 740	2 110	837 850	747 745	5 275	753 020
	29 257 112	4 830 543	34 087 656	24 301 015	2 429 378	26 730 393
Total	48 026 916	28 101 525	76 128 440	39 460 963	20 673 972	60 134 935

As responsabilidades não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos emitidos

A provisão para sinistros de resseguro cedido e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Saldo de Balanço		Var. Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Acidentes e Doença	23 747 351	18 201 143	5 546 208	5 306 341
Incêndio e Outros Danos	3 570 292	1 796 741	1 773 550	250 506
Automóvel:				
Resp.Civil	2 397 776	2 264 913	132 863	583 845
Outras Coberturas	1 173 181	2 071 580	-898 400	1 981 664
Marítimo e Transportes	135 944	47 314	88 630	31 972
Mercadorias Transportadas	31 687	45 454	-13 767	35 409
Resp.Civil Geral	256 882	230 585	26 298	15 147
Diversos	0	0	0	0
Total	31 313 113	24 657 731	6 655 382	8 204 885

Os custos com sinistros de seguro direto, com reporte a 31 de dezembro 2021, encontram-se discriminados no anexo 3.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados, da forma que é apresentada no quadro seguinte, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2021			2020		
	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total
Seguro Directo:						
Acidentes de Trabalho	13 224 683	8 901 076	22 125 759	10 130 023	7 833 621	17 963 644
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	295 134	-173 517	121 617	179 428	165 137	344 565
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	4 777 041	1 957 941	6 734 982	4 221 962	251 991	4 473 953
Automóvel	40 558 666	4 943 465	45 502 131	31 527 607	5 894 790	37 422 397
Marítimo, Aéreo e Transportes	59 067	130 117	189 184	70 520	45 970	116 490
Mercadorias Transportadas	84 562	-13 369	71 193	23 806	63 465	87 271
Responsabilidade Civil Geral	565 602	-86 593	479 009	632 514	514 935	1 147 449
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	26 179	2 333	28 511	20 955	5 647	26 602
- Assistência	4 514 336	83 052	4 597 388	3 550 051	153 817	3 703 868
	64 105 270	15 744 505	79 849 775	50 356 866	14 929 372	65 286 238
Resseguro Cedido:						
Acidentes de Trabalho	-3 968 391	-5 614 961	-9 583 352	-2 761 156	-5 171 405	-7 932 561
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	-61 217	68 752	7 535	-266	-134 937	-135 203
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	-3 507 188	-1 529 452	-5 036 640	-3 026 242	-389 376	-3 415 619
Automóvel	-4 214 847	765 537	-3 449 311	-2 378 622	-2 565 509	-4 944 131
Marítimo, Aéreo e Transportes	-40 877	-156 125	-197 002	-48 670	-64 348	-113 018
Mercadorias Transportadas	-56 583	26 935	-29 648	-14 758	-67 159	-81 917
Responsabilidade Civil Geral	-14 853	-26 298	-41 150	0	-15 147	-15 147
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	0	0	0	0	0	0
	-11 863 957	-6 465 610	-18 329 567	-8 229 714	-8 407 881	-16 637 595
Total Líquido	52 241 313	9 278 895	61 520 208	42 127 151	6 521 491	48 648 643

Os custos com sinistros apresentam-se líquidos de reembolsos recebidos/emitidos e incluem os custos de gestão de sinistros imputados.

4.1.2. Provisão para Prémios não adquiridos

Na página seguinte apresenta-se a decomposição da provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e de resseguro cedido:

U: Euro

Seguro directo:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2021	Valor de Balanço 2020
Acidentes e Doença	1 386 509	356 322	1 030 186	885 478
Incêndio e Outros Danos	4 374 056	827 141	3 546 915	2 460 803
Automóvel:				
Resp.Civil	11 594 822	1 756 725	9 838 097	8 742 467
Outras Coberturas	7 629 272	1 213 210	6 416 063	5 770 902
Marítimo e Transportes	69 032	10 574	58 458	50 842
Mercadorias Transportadas	34 353	4 567	29 786	34 038
Resp.Civil Geral	433 148	106 692	326 456	328 550
Diversos	2 537 442	240 350	2 297 092	2 094 450
Total Seguro Directo	28 058 634	4 515 580	23 543 054	20 367 530

U: Euro

Resseguro cedido:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2021	Valor de Balanço 2020
Acidentes e Doença	91 237	7 372	83 865	61 931
Incêndio e Outros Danos	3 453 046	896 379	2 556 667	1 571 937
Automóvel:				
Resp.Civil	5 441	0	5 441	4 968
Outras Coberturas	10 493	0	10 493	8 707
Marítimo e Transportes	48 041	16 648	31 393	27 535
Mercadorias Transportadas	23 797	8 328	15 469	18 851
Resp.Civil Geral	0	0	0	0
Diversos	76	27	49	0
Total Resseguro Cedido	3 632 131	928 753	2 703 378	1 693 929

4.1.3. Provisões Técnicas Totais

Nos quadros seguintes podem ser verificadas as evoluções das provisões técnicas do seguro directo e do resseguro cedido da Companhia, nos anos em análise:

U:Euro

Provisões Técnicas do Seguro Directo	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Balanço 2021	Balanço 2020	Varição
Provisão para prémios não adquiridos					
Acidentes e Doença	1 386 509	356 322	1 030 186	885 478	
Incêndio e Outros Danos	4 374 056	827 141	3 546 915	2 460 803	
Automóvel:					
Resp.Civil	11 594 822	1 756 725	9 838 097	8 742 467	
Outras Coberturas	7 629 272	1 213 210	6 416 063	5 770 902	
Marítimo e transportes	69 032	10 574	58 458	50 842	
Mercadorias Transportadas	34 353	4 567	29 786	34 038	
Resp.Civil Geral	433 148	106 692	326 456	328 550	
Diversos	2 537 442	240 350	2 297 092	2 094 450	
Sub-total	28 058 634	4 515 580	23 543 054	20 367 530	3 175 524
Provisão para Desvios Sinistralidade			303 116	267 066	36 050
Provisão para Sinistros					
Acidentes e Doença:					
Provisão Matemática			34 107 831	26 645 018	
Assistência Vitalícia			677 873	633 239	
Outras Prestações			7 728 254	6 711 286	
Incêndio e Outros Danos			4 245 039	2 303 548	
Automóvel:					
Resp.Civil			21 994 210	16 286 383	
Outras Coberturas			5 408 439	5 623 310	
Marítimo e Transportes			194 260	65 836	
Mercadorias Transportadas			45 802	65 254	
Resp.Civil Geral			1 359 309	1 426 046	
Diversos			846 053	761 669	
Sub-total	0	0	76 607 071	60 521 588	16 085 483
Provisão para Riscos em Curso					
Acidentes e Doença			0	0	
Incêndio e Outros Danos			0	0	
Automóvel:					
Resp.Civil			0	0	
Outras Coberturas			0	0	
Marítimo e Transportes			0	0	
Mercadorias Transportadas			0	0	
Resp.Civil Geral			0	0	
Diversos			0	0	
Sub-total	0	0	0	0	0
Total	28 058 634	4 515 580	100 453 241	81 156 184	19 297 057

U:Euro

Provisões Técnicas do Resseguro Cedido	2021	2020
Provisão para prémios não adquiridos	2 703 378	1 693 929
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	21 258 529	17 632 340
Sinistros não declarados (ibnr)	10 054 584	7 025 391
	31 313 113	24 657 731
Total das provisões técnicas do resseguro cedido	34 016 490	26 351 660

4.2. Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco específico de seguros contempla, entre outros, os riscos de prémios, de provisões e o risco de catástrofes.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas.

O nível de provisões para sinistros é acompanhado mensalmente, sendo feitas revisões trimestrais a todos os processos de sinistros, estando implementados modelos de avaliação estocásticos, de forma a colmatar alguma insuficiência de provisões.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho e provisão com custos de gestão com sinistros, pode ser analisada de seguida, através dos triângulos de custos com sinistros e respetivos pagamentos dos últimos 10 anos:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Estimativa inicial de custos com sinistros, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas, provisão para custos de gestão, IBNR e IBNER	26 307	14 091	13 569	14 759	16 900	18 275	24 388	27 887	35 428	44 266	55 902
Pagamentos Acumulados											
Um ano depois	20 896	10 497	10 240	10 593	14 741	16 958	25 599	30 270	39 115	44 699	
Dois anos depois	21 713	11 218	11 227	11 592	15 990	18 106	27 015	31 875	40 921		
Três anos depois	22 469	11 691	11 769	11 889	17 089	18 830	27 490	32 690			
Quatro anos depois	23 043	11 759	12 074	12 043	17 319	19 773	28 558				
Cinco anos depois	23 287	12 158	12 155	12 338	17 889	19 859					
Seis anos depois	23 501	12 178	12 175	12 384	18 084						
Sete anos depois	23 547	12 224	12 451	12 474							
Oito anos depois	23 555	12 256	12 876								
Nove anos depois	23 562	12 676									
Dez anos depois	23 525										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	24 227	13 179	13 815	14 167	17 801	19 816	27 908	32 369	41 440	48 644	
Dois anos depois	24 027	13 457	13 397	13 391	18 034	19 923	28 522	33 359	42 850		
Três anos depois	23 789	13 375	13 430	13 166	17 877	20 440	28 740	34 233			
Quatro anos depois	23 918	13 019	13 291	13 173	18 048	20 509	29 084				
Cinco anos depois	23 907	12 730	13 244	12 811	18 238	20 541					
Seis anos depois	23 749	12 827	13 261	12 791	18 286						
Sete anos depois	23 607	12 729	13 238	12 908							
Oito anos depois	23 592	12 982	13 303								
Nove anos depois	23 587	12 986									
Dez anos depois	23 548										
	2 759	1 105	265	1 851	-1 385	-2 266	-4 696	-6 346	-7 422	-4 377	

A Caravela pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. A estrutura de resseguro em 2021 é constituída por tratados proporcionais (Quota-parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas e Cobertura Catastrófica), conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Doença	Fronting
IOD	Quota-parte
IOD & Engenharia (Catástrofes Naturais)	Excesso de perdas (XL)
Engenharia	Quota-parte
Automóvel	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Marítimo e Transportes	Quota-parte
Mercadorias Transportadas	Quota-parte
RC - Geral	Excesso de perdas (XL)

4.3. Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

A) Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de perda ou de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Neste risco incluem-se o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A política de investimentos define os princípios orientadores para a gestão prudente dos investimentos bem como as atividades de controlo e reporte dos mesmos.

Para assegurar uma adequada gestão do risco foram definidos limites de exposição da carteira com base em 6 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Tipo de emitente (forma jurídica);
- Nível de *rating*;
- Sector de atividade;
- Zona geográfica;
- Concentração por grupo emitente.

B) Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força da não autorização de investimento em moeda estrangeira expressa na política de investimento. Indiretamente, por via da transparência dos fundos de investimentos detidos, verifica-se uma pequena exposição a moeda estrangeira, sendo o requisito de capital o seguinte:

Cenários	(milhares de euros)	
	Requisito de capital	
	2021	2020
Choque de +/- 25% às exposições de moeda estrangeira	0	3

C) Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações encontrando-se expostos a este risco os títulos representativos de capital, nomeadamente, fundos de investimentos total ou parcialmente compostos por estes títulos. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Cenários	(milhares de euros)	
	Requisito de capital	
	2021	2020
Choque em ações Tipo I	0	94
Choque em ações Tipo II	3 238	1 598

D) Risco de imobiliário

O risco Imobiliário é originado pela volatilidade dos preços de mercado imobiliário. Em 2021, este risco, teve uma variação relevante, quanto ao requisito de capital, uma vez que os ativos em exposição sofreram alteração, pelo que o requisito de capital é descrito como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Requisito de capital	
	2021	2020
Choque de 25% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	2 262	308

E) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Estão expostos ao risco de taxa de juro, os ativos - obrigações e Depósitos a prazo e os passivos – provisões técnicas, principalmente a provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

O cenário de capital é descrito no quadro seguinte:

(milhares de euros)

Ativos	Efeito nos ativos	
	2021	2020
Cenários		
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	58	0
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-2 866	-2 793

(milhares de euros)

Passivos	Efeito nos passivos	
	2021	2020
Cenários		
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	481	256
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-2 553	-2 163
	Δ NAV Down	423
	Δ NAV Up	312
	Mktint	423

F) Risco de spread

O risco de *spread* consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou incumprimento de um parceiro de negócio, refletindo a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são principalmente obrigações corporativas e depósitos a prazo.

Os ativos com exposição direta ao risco de *spread* têm o seguinte perfil:

(milhares de euros)

Rating	2021			2020		
	% de exposição	Duração	Requisito de capital	% de exposição	Duração	Requisito de capital
AAA	2%	2,8	19	2%	3,8	23
AA	21%	5,0	475	21%	5,8	512
A	36%	3,4	870	44%	3,8	980
BBB	41%	2,7	1 316	33%	2,4	916
BB	0%	0,0	0	0%	0,0	0
B	0%	0,0	0	0%	0,0	0
CCC or lower	0%	0,0	0	0%	0,0	0
Unrated	1%	0,0	7	1%	0,5	7
Total	100%	3,4	2 688	100%	3,7	2 439

G) Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas. A distribuição da carteira por sector de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Sector de Atividade	2021			2020		
	%	Exposição	Imparidade	%	Exposição	Imparidade
Comunicações	2%	2 284	0	3%	2 295	0
Consumo - Cíclico	10%	9 957	0	10%	9 311	0
Consumo - Não Cíclico	4%	3 674	0	5%	4 435	0
Financeiro	17%	18 225	0	18%	15 825	0
Fundos	44%	46 333	0	35%	31 238	0
Governos	13%	13 777	0	15%	13 641	0
Serviços	7%	7 379	0	12%	11 038	0
Outro	3%	3 093	0	3%	2 562	0
Total	100%	104 723	0	100%	90 345	0

O conjunto dos 10 maiores títulos, por grupo emiteente, é essencialmente composto por emiteentes públicos.

(milhares de euros)

Grupo Emiteente	2021			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	BBB	4 242	3,9%
Divida Pública Espanhola	OBG	A	3 032	2,8%
Divida Pública Belga	OBG	AA	2 159	2,0%
Banco Bankinter	CPZ	BBB	2 005	1,9%
Credit Agricole Sa	OBG	A	1 483	1,4%
Divida Pública Irlanda	OBG	A	1 248	1,2%
Bp Capital Markets Plc	OBG	A	1 141	1,1%
Agence Française Développement	OBG	AA	1 097	1,0%
Schlumberger Finance Bv	OBG	A	1 052	1,0%
Wells Fargo & Company	OBG	BBB	1 043	1,0%
Total			18 503	17%
Total Carteira Investimentos			107 572	100%

(milhares de euros)

Grupo Emiteente	2020			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	BBB	4 766	5,1%
Divida Pública Espanhola	OBG	A	3 133	3,4%
Divida Pública Belga	OBG	AA	2 243	2,4%
Banco Bankinter	CPZ	BBB	2 000	2,1%
Simon Intl Finance Sca	OBG	A	1 460	1,6%
Vf Corp.	OBG	A	1 431	1,5%
Divida Pública Irlanda	OBG	A	1 305	1,4%
Schlumberger Finance Bv	OBG	A	1 188	1,3%
Bp Capital Markets Plc	OBG	A	1 160	1,2%
Agence Française Développement	OBG	AA	1 139	1,2%
Total			19 825	21%
Total Carteira Investimentos			93 188	100%

H) Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face a obrigações assumidas perante tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para efeitos de mitigação deste risco, salienta-se que a Companhia dispõe de um plano mensal de tesouraria, revisto semanalmente e analisado diariamente.

O plano de tesouraria visa ainda a aplicação financeira dos excedentes de capital, nomeadamente em depósitos de curto e médio prazo, com a salvaguarda de mobilização antecipada.

Sempre que existam fortes fluxos de saída, a Direção Financeira, em articulação com a gestão de investimentos, prevê a necessidade de liquidez.

I) Risco de crédito

O Risco de crédito consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração dos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de *spread*.

A Companhia dispõe de procedimentos de controlo para a mitigação deste risco relativo a clientes e agentes, nomeadamente, a monitorização sistemática da evolução dos montantes e da antiguidade dos recibos por cobrar.

No que se refere aos resseguradores, estes são criteriosamente selecionados, não só em função da sua solidez económica e financeira, como também da sua capacidade técnica. É efetuada periodicamente uma análise à evolução dos *ratings* dos resseguradores.

J) Risco operacional

O Risco operacional corresponde ao risco de perdas significativas resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos.

No ponto seguinte que visa o sistema de controlo interno enquadram-se os riscos operacionais com grau de granularidade superior.

A gestão do risco operacional visa identificar e conhecer os riscos que a Companhia enfrenta e monitorizar os mesmos, de acordo com as tolerâncias definidas.

A abordagem metodológica utilizada segue as 3 etapas seguintes:

i. Identificação e classificação de riscos

A identificação dos riscos é realizada através da realização de entrevistas com os responsáveis das principais áreas da Companhia.

Nestas entrevistas serão identificados os principais riscos top-down da área e categorizados de acordo com as orientações emitidas pela ASF.

Para além da categoria e subcategoria de risco, a Companhia define o risco a que se encontra exposta, bem como as causas e consequências.

ii. Avaliação dos controlos e da sua efetividade

Esta avaliação reveste-se de grande importância para a correta identificação do risco inerente e do risco residual de cada um dos respetivos riscos, sendo este fundamental para a definição das ações de mitigação/controlos adicionais a realizar.

Para calcular o impacto e a probabilidade (inerente e residual), é necessário recorrer a um conjunto de métodos como: dados de perdas internos; dados de perdas externos; experiência e intuição dos “risk owners”.

iii. Identificação dos KRI¹ e planos de ação

O KRI encontra-se relacionado com um risco específico e serve de alerta para a eventual alteração da probabilidade e impacto do evento de risco ocorrer.

Identificados e classificados os principais riscos top-down da Companhia, são identificados quais os riscos que serão sujeitos a testes de stress no âmbito do processo de autoavaliação prospetiva dos riscos.

Estes devem refletir os riscos de alto impacto e média/baixa probabilidade para que seja possível utilizar variáveis de orçamento para testar o seu impacto.

K) Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno compreende um conjunto de meios, de comportamentos, de procedimentos e ações adaptado às suas características próprias e destina-se a fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia.

Os principais efeitos esperados de um sistema de controlo interno e de gestão de riscos operacionais eficaz são:

- Identificar os eventos potenciais suscetíveis de afetar a realização dos objetivos da Companhia, assegurar o tratamento em caso de ocorrência do risco e prever as ações a serem tomadas;
- Definir um sistema de controlo proporcional aos riscos que a organização está disposta a aceitar para aumentar o seu valor;
- Permitir à gestão a tomada de decisão de forma elucidada.

A Companhia segue a definição e as matrizes de COSO Report².

A Caravela entende o termo “controlo interno” como um meio de:

- Controlar os seus processos;
- Otimizar as suas atividades;
- Reforçar a sua competitividade.

O controlo interno é uma obrigação de todos: qualquer pessoa que exerça uma atividade na organização deve gerir os seus riscos e os seus controlos no domínio da sua atividade.

¹ Key Risk Indicator

² Committee Of Sponsoring Organisation of the Treatyway Commission

Partindo deste princípio são formalizados os riscos identificados para cada atividade da Companhia (Macro processos) através de um mapeamento de riscos.

- Cada compilação inclui as atividades da Companhia em processos e subprocessos;
- Para cada subprocesso são identificados os eventos de risco;
- Para cada evento de risco é associado um objetivo de controlo;
- Para cada objetivo de controlo, um ou mais exemplos de atividades de controlo são descritos a fim de esclarecer a compreensão do objetivo de controlo, se necessário.

Para cada objetivo de controlo, os operacionais devem:

- Descrever o controlo implementado, para fornecer uma garantia razoável relativamente à ocorrência (frequência) e à gravidade (custo) do evento de risco identificado;
- Autoavaliar a eficácia do controlo através de um questionário.

A autoavaliação do sistema de controlo interno desenrola-se em várias fases:

- Campanha de autoavaliação;
- Descrição das atividades de controlo;
- Autoavaliação das atividades de controlo;
- Planos de ação, se necessário;
- Testes independentes;
- Teste de eficácia dos controlos (conceção e operacional);
- Recomendação, se necessária.

4.4. Perdas por imparidade reconhecidas e revertidas relativamente a ativos de resseguro

Não ocorreram perdas por imparidades neste exercício.

4.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e das provisões

São periodicamente desenvolvidas análises aos rácios de sinistralidade e rentabilidade da carteira, segmentada por diversas variáveis, bem como outros estudos atuariais com vista a avaliar a adequação das tarifas praticadas.

É calculado, designadamente, o rácio agregado (divisão de todos os custos constantes da Conta Técnica pela totalidade das receitas detalhadas na mesma), relativamente a cada ramo. A suficiência ou insuficiência tarifária é aferida consoante este rácio seja inferior ou superior a 100%, completando-se o critério pela análise da constituição da Provisão para Riscos em Curso.

São igualmente desenvolvidas análises de sensibilidade à tarifa, bem como estudos comparativos com as práticas do mercado.

A análise de adequação das provisões técnicas é periodicamente efetuada, através de métodos determinísticos e estocásticos, para além de auditorias periódicas, designadamente pela análise casuística de processos de sinistro.

4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem redução do resseguro cedido

A provisão para sinistros no final do exercício é de 76.607.071 euros que se compara com 60.521.588 euros em 2020.

O rácio de sinistralidade global da Companhia em 2021, calculado sobre os prémios brutos emitidos e antes de imputação de custos, foi de 66,1% (62,1% em 2020) e de 68,6% após imputações (em 2020 foi de 64,8%).

Rátios de sinistralidade (por ramos)	2021	2020
Acidentes Trabalho	74,7%	73,9%
Acidentes Pessoais	11,2%	41,9%
Doença	0,0%	0,0%
Acidentes / Doença	70,0%	70,2%
Incêndio / Outros Danos	59,9%	51,6%
Automóvel	70,3%	64,2%
Restantes Ramos	62,0%	66,3%
Rácio de Sinistralidade (1)	68,6%	64,8%

(1) - Incluindo Custos Imputados à função Sinistros

O rácio combinado (incluindo resseguro) apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Análise aos resultados	2021	2020
Custos e gastos de exploração líquidos / Prémios adquiridos líquidos de resseguro	24,1%	26,3%
Custos com sinistros / Prémios adquiridos líquidos de resseguro	71,5%	67,8%
Rácio combinado	95,6%	94,1%

4.7. Montantes recuperáveis relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados)

O valor referente a reembolsos de sinistros apresentava a seguinte decomposição nos anos de 2021 e 2020:

U:Euro

Tipo de reembolso	Valor a recuperar ano 2021	Valor a recuperar ano 2020
Inventários/Salvados	0	0
Out.Tomadores/Reembolsos de Sinistros	3 632 549	3 291 571
Out.Dev.Credores/Reembolsos de Sinistros	0	0

A Companhia considera que os valores de reembolsos são recuperáveis, pelo que concluiu não existir imparidade neste exercício, não tendo sido registada nenhuma perda.

5. Instrumentos financeiros (não inclui contratos de investimento)

O Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2021 é apresentado no Anexo 1 e apresenta o seguinte resumo:

U:Euro

Instrumento financeiro	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	
de emissores públicos	12 908 658
de outros emissores	44 932 251
Acções	493 867
Outros títulos de rendimento variável	46 333 305
Total	104 668 081

A) Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os instrumentos financeiros detidos pela Caravela são admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados e encontram-se mensurados ao seu justo valor, com exceção dos títulos Prodis Thema Fund e Lehman, que se encontram mensurados por 0,00€ e 10,00€, respetivamente, tendo para estes ativos sido reconhecidas imparidades por incumprimento dos emitentes, nos anos de 2010 e 2011.

No momento da aquisição, os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos ao seu justo valor (preço de aquisição) adicionado dos custos de transação.

Nas mensurações subseqüentes esses ativos continuam a ser registados ao seu justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas no capital próprio, em “reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

No exercício de 2021 a Companhia reconheceu em capital próprio uma variação negativa de -1.452.304 euros (em 2020 a variação foi positiva de +950.498 euros) no justo valor das carteiras de investimentos, a qual se encontra registada na reserva de reavaliação.

B) Segmentação por classes

A política de investimentos da Companhia, detalhada no ponto 4 tem em conta o cumprimento das regras e dos limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a diversificação prudencial dos investimentos, visando a sua adequação às responsabilidades da Caravela, numa ótica de otimização do binómio risco/rentabilidade.

A estratégia e os critérios para gestão dos investimentos são anualmente estabelecidos pela Administração, procedendo-se à monitorização mensal do seu cumprimento bem como da *performance* assim alcançada, com vista à adequação, a cada momento, da carteira de investimentos aos objetivos definidos.

As ações desenvolvidas durante o ano de 2021 adequaram a carteira de ativos financeiros à estrutura de reforçada prudência, em cumprimento do objetivo previamente delineado.

A composição dos instrumentos financeiros por classes é a da página seguinte:

U:Euro

Instrumento financeiro	Justo Valor 2021	%	Justo Valor 2020	%
Participações em filiais e associadas	5 000	0%	5 000	0%
Ações, unidades participação e fundos investimento	46 827 172	43%	31 731 450	34%
Títulos de rendimento fixo	55 813 342	52%	54 263 018	58%
Títulos de rendimento variável	2 027 567	2%	4 093 619	4%
Instrumentos derivados	0	0%	0	0%
Depósitos em instituições de crédito	3 054 157	3%	2 989 957	3%
Outros empréstimos	49 700	0%	251 541	0%
Total	107 776 938	100%	93 334 585	100%

De acordo com as regras estabelecidas, os ativos financeiros da Caravela continuaram a ser maioritariamente investidos na Zona Euro, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

U:Euro

Carteira títulos	Justo Valor 2021	%	Justo Valor 2020	%
Zona Euro	89 854 938	86%	74 549 053	86%
Portugal	9 676 019	9%	7 782 861	9%
Alemanha	4 112 744	4%	3 798 639	4%
Austria	898 632	1%	933 462	1%
Bélgica	2 159 068	2%	2 243 068	2%
Espanha	5 566 983	5%	6 110 800	7%
França	57 985 767	55%	43 025 370	48%
Irlanda	1 248 385	1%	1 629 585	2%
Itália	614 928	1%	623 649	1%
Luxemburgo	811 314	1%	2 112 404	2%
Países Baixos	4 967 907	5%	5 034 014	6%
Noruega	616 130	1%	629 300	1%
Suécia	1 197 061	1%	625 901	1%
Fora Zona Euro	14 867 843	14%	15 795 575	14%
Total	104 722 781	100%	90 344 628	100%

O risco de liquidez em que a Companhia pode incorrer pelo facto de poder não dispor de todos os seus ativos financeiros no momento em que tenha de satisfazer os seus compromissos decorrentes dos contratos de seguro, é indicado nos quadros seguintes, referentes aos 2 últimos anos e relativos a investimentos no mercado obrigacionista:

U:Euro

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2021					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	307 481	2 027 567	387 452	160 153	8 296 978	11 179 631
Obrigações a taxa fixa	1 823 238	3 576 968	11 031 747	10 684 219	19 545 106	46 661 278
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0	0	0
Total	2 130 718	5 604 535	11 419 199	10 844 372	27 842 085	57 840 909

U:Euro

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2020					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	416 090	2 045 451	3 201 056	377 797	7 702 258	13 742 653
Obrigações a taxa fixa	102 203	1 524 676	13 596 674	13 713 860	15 676 572	44 613 984
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0	0	0
Total	518 292	3 570 127	16 797 730	14 091 657	23 378 830	58 356 637

O quadro seguinte evidencia a qualidade creditícia dos emitentes das obrigações, de acordo com os *ratings* definidos por entidades externas à data desta análise:

U:Euro

Obrigações por notação de rating	2021	%	2020	%
AAA	1 024 297	2%	1 051 648	2%
AA +	898 632	2%	933 462	2%
AA	4 551 467	8%	3 036 659	5%
AA -	8 430 106	15%	8 937 357	15%
A +	6 590 434	11%	3 873 042	7%
A	5 640 202	10%	8 113 528	14%
A -	11 301 083	20%	11 754 372	20%
BBB +	8 126 378	14%	7 956 314	14%
BBB	8 787 491	15%	9 420 743	16%
BB	0	0%	0	0%
BB +	0	0%	476 632	1%
BBB -	2 490 810	4%	2 802 870	5%
BB -	0	0%	0	0%
B +	0	0%	0	0%
CC	0	0%	0	0%
CCC	0	0%	0	0%
Não Cotados	10	0%	10	0%
Total	57 840 909	100%	58 356 637	100%

A Companhia não efetuou operações em contratos de derivados nem utilizou operações de reporte nem de empréstimo de valores durante o ano.

O critério seguido pela Companhia para reconhecer títulos em imparidade, enunciado na nota 3.2.1., manteve-se o mesmo durante o presente exercício, sendo o seguinte:

- Para **instrumentos de capital** a Companhia considera uma desvalorização continuada quando esta se verificar por mais de 180 dias, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 30% na respetiva cotação à data de balanço;
- Para **instrumentos de dívida** a Companhia reconhece imparidade quando existe significativa dificuldade financeira do emitente tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

No encerramento do exercício de 2021 a segregação pelas respetivas categorias em 2021 e 2020 apresentou-se como segue:

2021
U:Euro

Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública				0
Obrigações a taxa fixa	92 451	10	0	-92 441
Obrigações a taxa variável				0
Acções				0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699 937		-615 572	-84 364
Total	792 387	10	-615 572	-176 805

2020
U:Euro

Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública				0
Obrigações a taxa fixa	92 451	10	0	-92 441
Obrigações a taxa variável				0
Acções				0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699 937		-558 534	-141 403
Total	792 387	10	-558 534	-233 844

Os ativos financeiros disponíveis para venda tinham a seguinte composição no final de cada um dos anos em comparação:

2021
U:Euro

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	4 259 991	4 799	4 264 790		4 264 790		-22 841	4 241 948,99
De emissores estrangeiros								
Espanha	2 276 204	12 770	2 288 973		2 288 973		35 143	2 324 116,65
França			0		0		0	0,00
Alemanha	300 313	7 151	307 464		307 464		17	307 480,68
Bélgica	2 117 323	9 468	2 126 791		2 126 791		32 277	2 159 068,49
Irlanda	1 215 043	12 567	1 227 610		1 227 610		20 775	1 248 384,74
Austria	900 319	432	900 751		900 751		-2 119	898 631,51
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	1 704 907	15 410	1 720 317		1 720 317		8 710	1 729 027,39
De outros emissores								
De emissores nacionais	99 956	1 556	101 513		101 513		2 614	104 126
De emissores estrangeiros	44 445 989	203 562	44 649 551	-92 441	44 557 111		271 014	44 828 124
	57 320 045	267 715	57 587 760	-92 441	57 495 319	0	345 590	57 840 909
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais	3 671	0	3 671		3 671			3 671
De emissores estrangeiros	490 196	0	490 196		490 196		0	490 196
	493 867	0	493 867	0	493 867	0	0	493 867
Outros instrumentos								
Unidades de participação								
De residentes	5 044 620	0	5 044 620		5 044 620		-92 797	4 951 823
De não residentes	41 531 841	0	41 531 841	-84 364	41 447 476		-65 994	41 381 482
	46 576 461	0	46 576 461	-84 364	46 492 096	0	-158 791	46 333 305
Total	104 390 373	267 715	104 658 088	-176 805	104 481 283	0	186 798	104 668 081

2020
U:Euro

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	4 702 552	24 287	4 726 840		4 726 840		39 540	4 766 379,36
De emissores estrangeiros								
Espanha	3 520 943	24 987	3 545 930		3 545 930		106 278	3 652 207,89
França	504 453	3 193	507 646		507 646		17 787	525 433,15
Alemanha	307 039	7 152	314 191		314 191		2 891	317 081,64
Bélgica	2 132 949	9 468	2 142 417		2 142 417		100 651	2 243 068,49
Irlanda	1 230 110	12 567	1 242 677		1 242 677		62 344	1 305 020,74
Austria	900 362	432	900 794		900 794		32 668	933 461,51
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	0	0	0		0		0	0
De outros emissores								
De emissores nacionais	99 924	1 556	101 480		101 480		4 366	105 846
De emissores estrangeiros	43 070 325	234 486	43 304 811	-92 441	43 212 371		1 295 767	44 508 138
	56 468 657	318 128	56 786 785	-92 441	56 694 344	0	1 662 292	58 356 637
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais	3 571	0	3 571		3 571			3 571
De emissores estrangeiros	490 196	0	490 196		490 196		0	490 196
	493 767	0	493 767	0	493 767	0	0	493 767
Outros instrumentos								
Unidades de participação								
De residentes	2 334 808	0	2 334 808		2 334 808		-9 405	2 325 403
De não residentes	29 067 468	0	29 067 468	-141 403	28 926 065		-13 785	28 912 280
	31 402 276	0	31 402 276	-141 403	31 260 873	0	-23 190	31 237 683
Total	88 364 700	318 128	88 682 828	-233 844	88 448 985	0	1 639 102	90 088 087

6. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

Os valores em Caixa e em Depósitos à Ordem registados no balanço são em moeda corrente de euro e destinam-se a fazer face a pagamentos de tesouraria de curto prazo.

Todos os saldos de Caixa e seus equivalentes, bem como os Depósitos à Ordem em instituições de crédito estão disponíveis para uso da Companhia.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica da demonstração da posição financeira apresenta a seguinte composição:

	U:Euro	
	2021	2020
Caixa e seus equivalentes		
Sede	200	200
Dependências	600	600
	800	800
Depósitos à ordem	6 014 801	5 201 433
	6 015 601	5 202 233

A reconciliação dos montantes apurados na Demonstração de Fluxos de Caixa com os itens equivalentes relatados na Demonstração da Posição Financeira apresenta a seguinte configuração:

	U:Euro	
	2021	2020
Numerário	800	800
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	6 014 801	5 201 433
Outros depósitos bancários imediatos mobilizáveis	2 848 865	2 843 833
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem - Demonstração Posição Financeira	8 864 465	8 046 066

7. Terrenos e edifícios

Conforme descrito na nota 3.3.1., a Companhia detém as seguintes propriedades de rendimento, valorizadas ao justo valor de mercado, nos termos da IAS 40:

						2021
						Un: EUR
	Imóvel	Valor Aquisição	Ano aquisição	Ano Venda	Valor Venda	Valor Líquido de Balanço
De rendimento						
	Campo Vinha Braga	1 231 882	2016			1 231 882
	Armazéns Tejo (inclui despesas de aquisição)	7 817 602	2021			7 817 602
	Total	9 049 484				9 049 484

A Caravela procedeu neste exercício à avaliação do imóvel Campo da Vinha, em Braga, não tendo resultado variação do valor contabilístico.

8. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

Os custos de reparação e manutenção não são capitalizados, sendo reconhecidos diretamente em resultados, quando incorridos.

As depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes com base nas taxas anuais fiscalmente aceites e que refletem a vida útil estimada dos bens.

Os movimentos registados nos exercícios de 2021 e 2020 foram os seguintes:

 2021
 U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Tangíveis									
Equipamento administrativo	248 129	248 129	0	0	0	0	0	0	0
Máquinas e ferramentas	235 439	224 042	8 094	0	0	0	9 344	0	10 147
Equipamento informático	608 045	385 293	27 583	0	0	0	82 238	0	168 097
Instalações interiores	2 989	1 749	0	0	0	0	413	0	826
Material de transporte	338 923	151 090	0	0	0	0	71 567	0	116 266
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	106 505	56 829	17 460	0	762	0	15 145	762	51 991
Locação Operacional	2 177 311	476 591	108 184	0	0	0	471 764	0	1 337 139
TOTAL	3 717 340	1 543 723	161 321	0	762	0	650 471	762	1 684 467

 2020
 U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Tangíveis									
Equipamento administrativo	243 797	243 797	4 382	0	51	0	4 382	51	0
Máquinas e ferramentas	228 493	217 279	6 946	0	0	0	6 763	0	11 397
Equipamento informático	432 998	339 583	269 141	0	94 095	0	116 282	70 572	222 751
Instalações interiores	2 989	1 336	0	0	0	0	413	0	1 240
Material de transporte	257 123	99 523	121 800	0	0	40 000	71 567	20 000	187 833
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	94 460	44 914	12 045	0	0	0	11 915	0	49 676
Locação Operacional	1 990 255	0	190 328	0	3 273	0	476 591	0	1 700 719
TOTAL	3 250 116	946 432	604 642	0	97 419	40 000	687 913	90 622	2 173 616

9. Afetação dos investimentos e outros ativos

A Companhia afetou os seus investimentos e outros ativos unicamente a contratos de seguro, nos anos de 2021 e 2020 da forma que segue:

2021
 U:Euro

INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS	Total
Caixa e equivalentes	6 015 601
Terrenos e edifícios	9 049 484
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5 000
Activos financeiros detidos para negociação	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	
Derivados de cobertura	
Activos financeiros disponíveis para venda	104 668 081
Empréstimos e contas a receber	2 898 565
Investimentos a deter até à maturidade	
Outros activos tangíveis	1 684 467
Outros activos intangíveis	3 438 511
TOTAL	127 759 708

 2020
 U:Euro

INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS	Total
Caixa e equivalentes	5 202 233
Terrenos e edifícios	1 231 882
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5 000
Activos financeiros detidos para negociação	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	
Derivados de cobertura	
Activos financeiros disponíveis para venda	90 088 087
Empréstimos e contas a receber	3 095 374
Investimentos a deter até à maturidade	
Outros activos tangíveis	2 173 616
Outros activos intangíveis	2 288 547
TOTAL	104 084 740

10. Ativos Intangíveis

Esta rubrica integra o investimento em *software*, que é amortizado em 3 anos pelo método das quotas constantes, bem como os direitos de concessão por 10 anos das marcas nacionais “Netagentes”, “Protegemos o Seu Futuro”, “Caravela Seguros” e “Caravela”, no valor global de 4.414 euros, incluído na rubrica de outros activos intangíveis.

Para as aquisições de *software* ocorridas a partir do exercício de 2015, foi estabelecida a utilização do método de amortização pelo período máximo de vida útil de 6 anos.

Estes activos estão valorizados ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas e dentro dos limites das taxas em vigor, sendo que os custos incorridos com a manutenção posterior do *software* são reconhecidos em resultados, não sendo por isso capitalizados.

Os movimentos registados em 2021 e 2020 foram os seguintes:

2021
 U: Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento	937 755	312 582	0	0	0	0	312 554	0	312 619
Despesas com aplic. informáticas	2 476 997	1 498 059	915 000	0	0	0	381 157	0	1 512 782
Activos Intangíveis em curso	682 406	0	1 877 540	0	948 475	0	0	0	1 611 471
Outros	4 414	2 384	0	0	0	0	391	0	1 639
TOTAL	4 101 573	1 813 025	2 792 540	0	948 475	0	694 102	0	3 438 511

 2020
 U: Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento	0	0	937 755	0	0	0	312 582	0	625 173
Despesas com aplic. informáticas	1 420 988	1 261 978	1 056 010	0	0	0	236 081	0	978 938
Activos Intangíveis em curso	2 018 405	0	671 487	0	2 007 485	0	0	0	682 406
Outros	4 414	1 993	0	0	0	0	391	0	2 030
TOTAL	3 443 807	1 263 971	2 665 251	0	2 007 485	0	549 054	0	2 288 547

O saldo da rubrica “ativos intangíveis em curso”, no montante de 1.611.471 euros, é referente a pagamentos efetuados até à data, respeitantes ao desenvolvimento de novas aplicações informáticas, nomeadamente as seguintes:

- Projeto de Gestão de Pagamentos com data prevista de conclusão em 2022, no valor de 29.336 euros
- Faturação Eletrónica de Entidades Públicas no valor de 13.505 euros
- Projeto de Implementação da IFRS 17 no valor de 1.508.651 euros, com início de desenvolvimento em 2020 e com data prevista de conclusão em 2023

Os projetos de desenvolvimento no âmbito da Automatização de Cobranças, Evolução de Produtos, Desenvolvimento do Ambiente de Produção, Suporte Aplicacional, Analytics, Portal, entre outros, uma vez implementados neste exercício, deixaram de fazer parte do ativo intangível em curso, tendo sido transferidos para o ativo da Companhia, incluídos nas rubricas de ativo fixo tangível e ativo intangível, pelo valor total de 948.475 euros.

11. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respetivas sub-contas:

U:Euro

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de Recibos por Cobrar				
Outros Tomadores de seguros				
- Acidentes de Trabalho	230 093	624 191	396 811	457 473
- Acid.Pessoais e P.Transportadas	37 575	61 018	30 866	67 727
- Incêndio e Outros Danos	34 757	114 123	71 378	77 503
- Automóvel	336 664	1 299 576	217 236	1 419 004
- Marítimo e Transportes	2 417	17 495	16 732	3 180
- Mercadorias Transportadas	11 188	11 637	18 733	4 091
- Responsabilidade Civil Geral	16 833	27 787	40 022	4 598
- Protecção Jurídica	1 626	6 837	1 054	7 410
- Assistência	40 898	172 287	26 449	186 737
Sub-total	712 050	2 334 951	819 280	2 227 722
Ajustam. de Créditos de Cobr Duvidosa				
Mediadores de Seguros	107 993	0	15 531	92 462
Outros Devedores	41 373	0	0	41 373
Sub-total	149 366	0	15 531	133 835
Total	861 417	2 334 951	834 811	2 361 557

12. Prémios de contratos de seguro

A composição dos prémios reconhecidos no exercício resultantes de contratos de seguro, e de outros valores consta do anexo 4.

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

U:Euro

	2021	2020	Variação 2021/2020
Prémios brutos emitidos	116 380 234	100 718 896	15,5%
Prémios de resseguro cedido	-28 434 626	-24 434 961	
Variação da provisão para prémios não adquiridos brutos	-2 948 975	-4 839 286	
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro	1 162 060	263 005	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	86 158 692	71 707 654	20,2%

13. Rendimentos/réditos de investimentos

O rendimento das ações é contabilizado na rubrica de “rendimentos de investimentos” no momento do recebimento dos dividendos atribuídos.

Relativamente aos juros das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, são igualmente reconhecidos nas rubricas de “rendimentos de investimentos”, procedendo-se à sua especialização no final do exercício com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período correspondente (juro decorrido).

Os rendimentos reconhecidos no ano e no ano anterior, por categoria de investimentos, foram os seguintes:

U:Euro

Categoria de Investimento	Rendimentos em 2021		Rendimentos em 2020	
		%		%
Participações em filiais e associadas	0	0%	0	0%
Activos financeiros disponíveis para venda:				
Acções e outros títulos de rendimento variável	287 845	25%	4 453	1%
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	358 609	32%	385 937	80%
Terrenos e Edifícios (de rendimento)	479 656	42%	76 200	16%
Empréstimos concedidos	5 959	1%	12 500	0%
Depósitos a prazo em instituições de crédito	463	0%	1 703	0%
Depósitos à ordem em instituições de crédito	0	0%	0	0%
Total dos rendimentos	1 132 531	100%	480 793	100%

14. Ganhos e perdas em investimentos

O resultado dos ganhos e perdas financeiras reconhecidos no exercício e no exercício anterior foram os seguintes:

2021

U:Euro

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Acções e outros títulos de rendimento variável	48 804	-61 570	-12 766
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	485 456	-3 572	481 884
Total	534 260	-65 141	469 119

2020

U:Euro

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Acções e outros títulos de rendimento variável	0	-94 078	-94 078
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	268 265	-4 092	264 173
Total	268 265	-98 169	170 095

15. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

A Companhia reconheceu no exercício uma reversão de imparidade no montante de 57.039 euros, em resultado dos pagamentos efetuados pelo Prodis Thema Fund.

16. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Não foi reconhecido qualquer ganho/perda de valor em 2021 dado que os investimentos financeiros da Companhia são expressos em moeda “euro”, na sua totalidade.

17. Gastos diversos por função e natureza

A Companhia suportou nos anos de 2021 e 2020 os seguintes custos e gastos de exploração para aquisição de contratos de seguro:

U:Euro

Custos e Gastos de Exploração	Remunerações de mediação		Imputação		Total		Var.Total 2021/2020	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	Valor	%
Custos de aquisição	12 890 275	11 021 814	8 842 648	8 228 694	21 732 922	19 250 507	2 482 415	12,90%
Gastos administrativos	1 438 524	1 283 268	2 274 984	2 107 656	3 713 509	3 390 925	322 584	9,51%
Varição dos custos de aquisição diferidos	226 549	-346 426			226 549	-346 426	572 975	-165,40%
Total	14 555 348	11 958 656	11 117 632	10 336 350	25 672 980	22 295 005	3 377 974	15,15%

Os gastos são inicialmente registados por natureza e, posteriormente, imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas e os critérios de imputação em vigor na Companhia, respetivamente em função do número de sinistros, do montante dos prémios brutos respeitantes à nova produção registada no ano, dos prémios brutos emitidos líquidos de anulações e estornos e dos custos com investimentos afetos às provisões técnicas, bem como das pessoas afetas a cada função.

Os custos e gastos por natureza imputados nos exercícios de 2021 e 2020 às diversas funções foram os seguintes:

2021
U:Euro

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	6 731 247	1 151 043	4 395 504	1 130 850	6 731 247	
Fornecimentos e serviços externos	4 915 047	1 075 405	3 024 471	778 118	4 915 047	
Impostos e taxas	1 059 035	484 262	452 746	116 480	1 059 035	
Depreciações e amortizações do exercício	1 356 774	232 008	885 973	227 938	1 356 774	
Outras provisões	0	0	0	0	0	
Juros suportados	25 883	4 426	16 901	4 348	25 883	
Comissões	307 636	17 559	67 052	17 251	307 636	
Total	14 395 622	2 964 704	8 842 648	313 286	14 395 622	
		21%	61%	16%	2%	100%

2020
U:Euro

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	6 691 355	1 150 913	4 362 763	1 117 456	6 691 355	
Fornecimentos e serviços externos	4 173 255	854 479	2 613 336	669 367	4 173 255	
Impostos e taxas	971 052	492 476	376 849	96 524	971 052	
Depreciações e amortizações do exercício	1 236 967	212 758	806 502	206 573	1 236 967	
Outras provisões	0	0	0	0	0	
Juros suportados	29 261	5 033	19 078	4 887	29 261	
Comissões	260 089	13 234	50 165	12 849	260 089	
Total	13 361 979	2 728 893	8 228 694	296 736	13 361 979	
		20%	62%	16%	2%	100%

A variação, entre 2021 e 2020 da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” foi a seguinte:

U: Euro

Rubrica	2021	%	2020	%	2021/ 2020
Electricidade	23 693	0,5%	22 869	0,5%	3,6%
Combustíveis	88 794	1,8%	75 738	1,8%	17,2%
Água	2 659	0,1%	3 302	0,1%	-19,5%
Impressos	24 838	0,5%	47 227	1,1%	-47,4%
Material de escritório	16 551	0,3%	22 362	0,5%	-26,0%
Livros e documentação técnica	4 059	0,1%	1 765	0,0%	129,9%
Artigos para oferta	67 323	1,4%	77 210	1,9%	-12,8%
Conservação e reparação	112 423	2,3%	75 590	1,8%	48,7%
Rendas e alugueres	136 974	2,8%	107 622	2,6%	27,3%
Despesas de representação	44 790	0,9%	51 215	1,2%	-12,5%
Comunicação	832 697	16,9%	673 540	16,1%	23,6%
Deslocações e estadas	93 813	1,9%	91 769	2,2%	2,2%
Seguros	82 052	1,7%	74 036	1,8%	10,8%
Gastos com trabalho independente	212 008	4,3%	187 753	4,5%	12,9%
Publicidade e propaganda	508 619	10,3%	461 110	11,0%	10,3%
Limpeza, higiene e conforto	32 426	0,7%	38 672	0,9%	-16,2%
Contencioso e notariado	797	0,0%	3 536	0,1%	-77,5%
Trabalhos especializados	2 113 359	43,0%	1 711 135	41,0%	23,5%
Quotizações (da actividade)	96 902	2,0%	83 546	2,0%	16,0%
Refeições no local de trabalho	3 102	0,1%	3 265	0,1%	-5,0%
Gastos com cobrança de prémios	300 653	6,1%	244 840	5,9%	22,8%
Outros fornecimentos e serviços	116 513	2,4%	115 153	2,8%	1,2%
Total	4 915 047	100%	4 173 255	100%	17,8%

Algumas rubricas de fornecimento de serviços registaram uma variação mais significativa, nomeadamente:

O aumento de 48,7% em despesas de conservação e reparação, sendo o montante de 20.172 euros na conservação de edifícios, 10.390 euros na reparação de viaturas e 6.271 euros em equipamento administrativo.

Na comunicação, a variação de 23,6% é resultante essencialmente do recurso ao aumento dos serviços de internet e dados e dos serviços de correio.

O aumento de 10,3% em gastos com publicidade resulta do aumento da divulgação e comunicação na imprensa, e em merchandising, para a promoção da Caravela.

Os projetos de desenvolvimento das plataformas informáticas e digitais em curso justificam o aumento de 23,5% de trabalhos especializados no exercício.

18. Gastos com pessoal

A) Número médio de trabalhadores ventilado por categorias profissionais

Conforme o Acordo de Empresa (AE), o número médio de Colaboradores, por categorias profissionais, ao serviço da Caravela durante o exercício de 2021 foi de 128, que compara com 127 em 2020, sendo de 133 o número absoluto em 31 de dezembro de 2021, mais quatro Colaboradores do que no ano de 2020, que eram 129.

MÉDIA ANO		TOTAL ANO	
ACORDO DE EMPRESA		ACORDO DE EMPRESA	
Diretor	1	Diretor	1
Gestor Técnico	13	Gestor Técnico	14
Gestor Comercial	4	Gestor Comercial	4
Gestor Operacional	2	Gestor Operacional	2
Técnico	14	Técnico	14
Coordenador Operacional	22	Coordenador Operacional	23
Especialista Operacional	69	Especialista Operacional	72
Auxiliar Geral	1	Auxiliar Geral	1
Assistente Operacional	2	Assistente Operacional	2
MÉDIA ANO	128	TOTAL ANO	133

B) Despesas com o pessoal referentes ao exercício

Os custos com pessoal totalizaram 6.731.247 euros no exercício, que se comparam com 6.691.355 euros em 2020, correspondendo a um aumento de 0,6% em relação ao ano anterior, e incluem a contabilização no exercício do montante de 19.745 euros, correspondente ao encargo com o pagamento do prémio de permanência, nos termos enunciados na nota 3.6.

De referir a contribuição adicional do exercício, efetuada para o Plano Individual de Reforma (P.I.R.), no montante de 76.237 euros, que em 2020 havia sido de 63.186 euros, conforme mencionado no ponto seguinte.

Estas despesas tinham a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

		U:Euro		
Contas	Rubricas	2021	2020	2021/2020
	Gastos com Pessoal			
6800	Remunerações dos órgãos sociais	675 906	882 412	-23,40%
6801	Remunerações do pessoal	4 451 665	4 267 680	4,31%
6802	Encargos sobre remunerações	1 205 418	1 159 053	4,00%
6803	Benefícios pós-emprego	76 237	63 186	20,65%
6804	Outros benefícios a longo prazo dos empregados	19 745	17 117	15,35%
6806	Seguros obrigatórios	155 484	150 035	3,63%
6807	Gastos de ação social	88 967	79 272	12,23%
6808	Outros gastos com o pessoal	57 826	72 599	-20,35%
	TOTAL	6 731 247	6 691 355	0,60%

Em complemento da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais e de Fiscalização, não se registam quaisquer outros compromissos em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos supracitados, para além de um ex-administrador que, está abrangido pelo “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas/Plano de Pensões de Benefício Definido” referido na nota seguinte.

19. Obrigações com benefícios dos empregados

A) Plano de Pensões de Benefício Definido

É um plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades abrangidas pelo disposto no CCT de 2008, e que é independente do regime público da Segurança Social, abrangendo os trabalhadores sindicalizados admitidos na atividade até 22 de junho de 1995 e que então não aderiram a outra das soluções propostas.

A pensão a atribuir é definida de acordo com o estipulado no CCT 2008, sendo este benefício garantido aos trabalhadores que se reformarem na atividade seguradora.

Este plano abrange apenas um participante (ex-administrador reformado por velhice), conforme quadro seguinte:

POPULAÇÃO REFORMADA	
Número de beneficiários	1
Idade Média	76
Pensão/ Prestação Média Anual (€)	3.763

B) Plano de Pensões de Contribuição Definida

É um plano associado à quota-parte de financiamento do Plano Individual de Reforma (PIR) que teve início em 1 de janeiro de 2012.

As contribuições para este plano são de valor correspondente às percentagens indicadas no Anexo V do Acordo de Empresa, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, tendo a contribuição no ano de 2021 sido no montante de 76.237 euros.

O valor das contribuições está garantido à data da liquidação do benefício.

As responsabilidades da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

PRESSUPOSTOS	
Tábua de mortalidade	GRF95
Taxa Técnica	1,0%
Encargos	0,5%

POPULAÇÃO ATIVA	
Número de participantes	97
Idade Média	46,5
Salário Médio Anual (€)	19 943
Antiguidade Média Empresa (anos)	17,4

RESULTADOS	
Valor das Responsabilidades em 31.12.2021	361 423
Valor total das Contribuições (PIR)	361 423
Valor do Fundo em 31.12.2021	404 189
Rácio de Financiamento	111,83%

U:Euro

20. Imposto sobre o rendimento

A) Imposto corrente

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declarações de autoliquidação da Companhia, elaboradas em conformidade com as normas fiscais vigentes, ficando sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pela Administração Tributária durante o período de cinco anos.

Durante o exercício de 2021 a Autoridade Tributária efetuou uma ação de inspeção às contas do exercício de 2019 da qual não resultaram quaisquer atos tributários, ou em matéria tributária, que tenham sido desfavoráveis para a Companhia.

Durante o presente exercício a Caravela incorreu em despesas de I&D no montante de 2.500.000 euros, as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis no âmbito do SIFIDE II (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial), previsto na legislação aplicável.

Nesse sentido, a Companhia ao entender que a aprovação do correspondente crédito fiscal no montante de 1.150.000 euros, que representa 46% do valor investido em I&D, é altamente provável de ser aprovado, irá formalizar a submissão de uma candidatura ao referido sistema de incentivos durante o ano de 2022 e deduzir o benefício fiscal na Declaração de Rendimentos Modelo 22 de IRC a submeter à Autoridade Tributária em 2022.

Atendendo a que a Candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial do exercício de 2020, que foi apresentada pela Caravela em julho de 2021, teve deferimento integral por parte Agência Nacional de Inovação (ANI), a Companhia pode beneficiar do crédito fiscal de 1.112.500 euros, correspondente a 74,2% do montante do investimento de 1.500.000 euros no ano de 2020, sendo que, parte do benefício fiscal no valor de 747.656 euros foi já deduzido na Declaração de Rendimentos Modelo 22 de IRC do ano de 2020, submetida à Autoridade Tributária em maio de 2021.

B) Imposto diferido

Os impostos diferidos são calculados tendo por base as diferenças temporárias que existem entre alguns valores ativos e passivos e a respetiva base fiscal.

Neste exercício foi reconhecido na rubrica de Resultados Transitados o montante de 803.226 euros de ativos por impostos diferidos respeitante ao prejuízo fiscal do ano de 2014, por já ter sido deduzido em anos anteriores nas Declarações de Rendimento Modelo 22 de IRC.

São apresentados na página seguinte os ativos e passivos por impostos correntes e diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	U:Euro	
	2021	2020
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o Rendimento (entregas por conta)	478 699	230 829
Imposto sobre o Rendimento (retenções efetuadas por terceiros)	126 165	16 455
Imposto sobre o Valor Acrescentado (a favor Companhia)	0	0
Imposto de Selo (processado)	98 783	16
Retenção de Impostos na Fonte	133	102
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil (processado)	0	0
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho (processado)	65 911	35 404
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel (processado)	0	0
Contribuições para a Segurança Social (a favor Companhia)	35 087	28 147
	804 778	310 953
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o Rendimento a Pagar	-134 008	-134 861
Retenção de Impostos na Fonte	-122 795	-116 794
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-38 854	-10 001
Imposto de Selo	-1 166 255	-928 901
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil	-73 618	-62 109
Taxa para o Instituto Nacional de Emergência Médica	-327 157	-259 606
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho	-1 453 879	-1 167 417
Taxa para o Instituto de Seguros Portugal	-136 419	-126 587
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel	-313 252	-264 105
Cartas Verdes	-31 831	-29 262
Contribuições para a Segurança Social	-129 027	-127 146
Tributos das Autarquias	-23 343	-1 973
	-3 950 438	-3 228 761
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	41 996	52 615
Por prejuízos fiscais	0	803 226
	41 996	855 840
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	42 030	-368 792
	42 030	-368 792
Total	-3 061 634	-2 430 759

Nos termos do artigo 21.º do DL n.º 441/1991 e do DL n.º 534/1980, a Companhia apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

21. Capital

O capital social subscrito e realizado da Caravela era, em 31 de dezembro de 2021, de 44.388.315 euros, estando representado por 79.056.677 ações nominativas sem valor nominal, encontrando-se disperso por diversos acionistas, pessoas singulares e coletivas.

Tal com mencionado na nota 1, teve lugar neste exercício de 2021 a realização da totalidade do capital social, através da entrada dos restantes 10.000.000 euros, de acordo com a decisão da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019.

A composição do capital social subscrito era, em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a seguinte:

NOME	BENEFICIÁRIO EFETIVO	N.º AÇÕES 2021	% CAPITAL SOCIAL 2021	N.º AÇÕES 2020	% CAPITAL SOCIAL 2020
TPIF Douro BidCo, S.à R.L.	Martin Brian Hughes	37 947 205	48,00%	37 947 205	48,00%
VALENS PRIVATE EQUITY, UNIPessoal LDA.	Mário Nuno dos Santos Ferreira	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
NELSON QUINTAS PATRIMÓNIO LDA	Jorge Nelson Ferreira de Aguiar Quintas	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
VIOLAS SGPS SA	Manuel Soares de Oliveira Violas Rita Celeste Soares Violas e Sá	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
ANCORAS DE JUPITER UNIPessoal, LDA	Luís Filipe Sampaio Cervantes	3 288 760	4,16%	3 288 760	4,16%
IBG - HOLDING, LTD	Isabel Maria Araujo Rodrigues de Sá	3 288 760	4,16%	3 288 760	4,16%
MONSEUL UNIPessoal LDA	Francisco Miguel Cubelo Faria Vasconcelos Machado	2 156 279	2,73%	2 156 279	2,73%
SUSTENTÁVELEXITO, UNIPessoal, LDA	Fernando José Lopes de Araújo	2 156 279	2,73%	2 156 279	2,73%
DAXA PARTICIPAÇÕES, SGPS, UNIPessoal LDA	António Ferreira da Silva	2 055 475	2,60%	2 055 475	2,60%
BLUE WAVE SGPS SA	António Manuel Nestor Ribeiro	1 541 606	1,95%	1 541 606	1,95%
FEMACOSA, UNIPessoal LDA	Fernando Manuel Fernandes da Costa Santos	1 541 606	1,95%	1 541 606	1,95%
TLCI 2 - SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	António Jorge Pereira Martins João Pedro de Freitas Pereira Martins Guilherme Pereira Martins	1 233 286	1,56%	1 233 286	1,56%
GOL HEALTH, LDA	Antonio Miguel Gouveia de Brito Pinheiro Pereira Carlos Manuel Ribeiro de Sousa Carlos Alberto Fernandes Barbosa	1 233 285	1,56%	1 233 285	1,56%
IMOMINIUS	José Manuel Capa Pereira	1 233 285	1,56%	1 233 285	1,56%
IMPACTO MAGNÉTICO, UNIPessoal, LDA	Inácio da Silva Sousa	1 233 257	1,56%	1 233 257	1,56%
Manuel Salgueiro Rodrigues	O próprio	822 190	1,04%	822 190	1,04%
Gilberto Almeida Romeiro	O próprio	770 803	0,98%	770 803	0,98%
DIVAD LDA	Maria Filomena de Brito Vargas Lopes David Mário Henrique de Almeida Santos David	411 095	0,52%	411 095	0,52%
Francisco José Pereira Gonçalves	O próprio	411 095	0,52%	411 095	0,52%
GOBGEST LDA.	Jorge Filipe Araújo Pontes	411 095	0,52%	411 095	0,52%
José António Carvalho Pereira	O próprio	308 321	0,39%	308 321	0,39%
Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró	O próprio	205 547	0,26%	205 547	0,26%
TCO INVESTIMENTOS - SGPS LDA	Carlos Alberto da Cunha Oliveira	205 547	0,26%	205 547	0,26%
		79 056 677	100,00%	79 056 677	100,00%

No quadro seguinte pode-se analisar a composição do capital próprio da Caravela no final dos exercícios em análise - 2021 e 2020:

U: Euro

Capital Próprio	2021	2020
Capital Social	44 388 315	34 388 315
Reservas de Reavaliação	186 798	1 639 102
Reserva por impostos diferidos	-42 030	-368 792
Outras Reservas		
Reserva Legal	2 417 514	2 021 549
Reservas Livres	8 066 461	4 502 775
Resultados Transitados	137 567	940 793
Resultado do Exercício	3 395 708	3 959 651
	58 550 335	47 083 394

Nos quadros seguintes analisa-se a rubrica de “Resultados Transitados”:

2021
U: Euro

Resultados Transitados	Débito	Crédito
Balço em 31-12-2020		940 793
Resultado Líquido do Exercício de 2020		3 959 651
Transferência para Reserva Legal	395 965	
Transferência para Reservas Livres	3 563 686	
Reversão Ativo Imposto Diferido - Prejuízos Fiscais 2014	803 226	
	4 762 877	4 900 444
Balço em 31-12-2021		137 567

		2020	
		U: Euro	
Resultados Transitados		Débito	Crédito
Balço em 31-12-2019			940 793
	Resultado Líquido do Exercício de 2019		4 219 965
	Transferência para Reserva Legal	421 996	
	Transferência para Reservas Livres	3 797 969	
		4 219 965	5 160 759
Balço em 31-12-2020			940 793

22. Reservas

Os movimentos das diversas reservas registadas no capital próprio em 2021 foram os que se apresentam na seguinte Demonstração de Variações no Capital Próprio:

										2021
										U: Euro
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis venda	Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total	
Demonstração da Posição Financeira a 31-12-2020	34 388 315	1 639 102	0	-368 792	2 021 549	4 502 775	940 793	3 959 651	47 083 394	
Aumentos/reduções de capital	10 000 000								10 000 000	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-1 452 304							-1 452 304	
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				326 762			-803 226		-476 463	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					395 965	3 563 686	-3 959 651		0	
Distribuição de lucros									0	
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio									0	
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							3 959 651	-3 959 651	0	
Total das variações do capital próprio	10 000 000	-1 452 304	0	326 762	395 965	3 563 686	-803 226	-3 959 651	8 071 233	
Resultado líquido do período								3 395 708	3 395 708	
Demonstração da Posição Financeira a 31-12-2021	44 388 315	186 798	0	-42 030	2 417 514	8 066 461	137 567	3 395 708	58 550 335	

A) Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação/justo valor destina-se a registar os ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquida da imparidade reconhecida no exercício e/ou em exercícios anteriores, não tendo relevância em ganhos e perdas até ao momento da alienação dos bens, em que o respetivo saldo é reconhecido em resultados, ou directamente em capital próprio.

A composição da reserva de reavaliação no final dos exercícios de 2021 e 2020 era a que se segue:

					2021
					U: Euro
	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação	
Activos disponíveis para venda	104 668 081	-176 805	104 678 074	186 798	
				186 798	

2020
 U: Euro

	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Activos disponíveis para venda	90 088 087	-233 844	91 493 346	1 639 102
				1 639 102

B) Reserva legal

De acordo com o artigo 62º da Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, uma percentagem não inferior a dez por cento dos lucros líquidos anuais é transferida para esta conta até à concorrência do capital social.

Deve ser utilizada unicamente para aumento do capital social ou na cobertura de prejuízos, não podendo ser distribuída.

O saldo desta rubrica registou um aumento de 395.965 euros no exercício, correspondente à percentagem de 10% do lucro líquido do exercício anterior, que transitou para Reserva Legal.

C) Reservas livres

São reservas que resultam da parte excedente de resultados positivos não necessária para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados.

O seu saldo registou um aumento de 3.563.686 euros no exercício, correspondente ao remanescente de valor após a dotação da Reserva Legal.

D) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos diretamente em resultados quando relacionam as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos ativos e passivos e as respetivas bases fiscais, exceto se estão relacionados com rubricas de capitais próprios, caso em que são reconhecidos diretamente em capitais próprios.

Analisa-se de seguida a variação desta reserva no encerramento dos exercícios de 2021 e 2020:

 2021
 U: Euro

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activos disponíveis para venda	-368 792	0	326 762	-42 030
	-368 792	0	326 762	-42 030

 2020
 U: Euro

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activos disponíveis para venda	-154 936	0	-213 856	-368 792
	-154 936	0	-213 856	-368 792

23. Transações entre partes relacionadas

No exercício de 2021 foram faturados pela Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., os honorários seguintes:

Descrição dos Honorários MAZARS	Valor	U: Euro	
		Valor	
Solvência II		18 450	
Revisão Oficial Contas			
	ano 2020	36 900	36 900
TOTAL		55 350	

24. Demonstração de fluxos de caixa

Esta demonstração foi elaborada pelo método direto e é apresentada no Relatório e Contas, conjuntamente com as restantes Demonstrações Financeiras.

25. Compromissos

A Caravela detém contratos de locação operacional e de locação financeira referentes a equipamentos de transporte e informático.

O detalhe em 31 de dezembro de 2021, por anos de vencimento dos contratos de locação operacional, é referido no quadro seguinte:

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Valor máximo a pagar (€)
2022	17	37 441
2023	8	52 071
2024	9	130 148
Total	34	219 660

O detalhe em 31 de dezembro de 2021 relativo a contratos de locação financeira era como segue:

U: Euro					
Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Nº de Equipamentos (IBM)	Nº de Contrato	Valor a pagar Juros	Valor a pagar Capital
2023	-	1	PT6PBQTD5N	61 633	2 701
2023	1	-	1860027000	304	25 225
2023	1	-	1860023400	303	25 150
2023	1	-	141337	2 113	32 638
2025	1	-	2060004900	1 530	54 910
Total				65 883	140 625

26. Provisões e Passivos contingentes

A Companhia não considerou necessário a constituição de provisões para fazer face a pagamentos futuros, na medida em que não considera provável que tal venha a acontecer.

Não existem passivos contingentes a divulgar, à data das Demonstrações Financeiras.

27. Acontecimentos após a data do Balanço não descritos em pontos anteriores

Não se verificaram acontecimentos relevantes a registar após a data do Balanço.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2022

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

ANEXO 1 - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

U: Euro

Código	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
							Unitário *	Total *
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS								
	total	0				0,00		0,00
2 - OUTROS								
2.1 - Títulos Nacionais								
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1 - Acções								
	MOBILITY 24	3 571	3 571	100,00%	1,00	3 571	1,00	3 571
	COLMENA, Unip. Lda	100	100	100,00%	1,00	100	1,00	100
	sub-total	3 571	3 571			3 571		3 571
2.1.1.2 - Títulos de participação								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
PTAPPAIM0000	EAST WEST VC - FUNDO CAP.RISCO	569	555 992	100,00%	1,00	555 992	0,96	535 071
PTCRVRIM0009	CAPITAL CRIATIVO IV	10	488 628	100,00%	1,00	488 628	0,97	473 277
PTCRVAIM0016	CAPITAL CRIATIVO V	10	500 000	100,00%	1,00	500 000	0,97	485 040
PTCRVOIM0010	FCR C2 R&D GROWTH VI	20	500 000	100,00%	1,00	500 000	1,00	500 000
PTGWTDIM0008	GROWTH INOV, FCR	1 500	1 500 000	100,00%	1,00	1 500 000	0,97	1 458 435
PTIDCKIM0009	INDICO BLUE FUND - FUNDO CAP. RISCO	1 500 000	1 500 000	100,00%	1,00	1 500 000	1,00	1 500 000
	sub-total	1 502 109	5 044 620			5 044 620		4 951 823
2.1.2 - Títulos de dívida								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTEA0E0021	PORTUGAL GOVT 4.95%/ 25-10-2023	220	220 000	122,67%	1,23	269 863	1,11	244 549
PTOTVLOE0001	ETAT PORTUGAL EUR6M+110 2022/12/05	2 000	2 000 000	103,34%	1,03	2 066 800	1,01	2 027 567
PTOTE00E0033	ETAT PORTUGAL 0,3%/ 17-10-2031	2 000	2 000 000	100,56%	1,01	2 011 100	0,98	1 969 833
	sub-total	4 220	4 220 000			4 347 763		4 241 949
2.1.2.2 - De outros emissores públicos								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.1.2.3 - De outros emissores								
PTBSSJOM0014	BRISA 2%/ 22-03-2023	100	100 000	99,77%	1,00	99 774	1 078,66	104 126
	sub-total	100	100 000			99 774		104 126
	total	1 506 432	9 368 191			9 495 728		9 301 469
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1 - Acções								
	CA Life	451	450 759	100,00%	1,00	490 196	1,09	490 196
	sub-total	451	450 759			490 196		490 196
2.2.1.2 - Títulos de participação								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
IE0030487957	PRODIS THEMA FUND	4 382	4 382		19,25	84 364	0	0
FR0007045109	FEDERAL SUPPORT MONET ESG SI	1 397	1 397		10 478,94	14 639 076	10 478,78	14 638 856
FR0011381227	OFI RS MONETAIRE IC	268	268		100 031,34	26 808 400	99 785,92	26 742 627
	sub-total	6 047	6 047			41 531 841		41 381 482
2.2.1.4 - Outros								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.1 - De dívida pública								
XS2024602240	AUTOBAHN SCHNELL 0.1%/ 09-07-2029	900	900 000	100,05%	1,00	900 423	998,48	898 632
BE0000347568	ETAT BELGIQUE 0.9%/ 22-06-2029	2 000	2 000 000	107,83%	1,08	2 156 500	1 079,53	2 159 068
ES0000012B88	ETAT ESPAGNE 1.4%/ 30-07-2028	2 000	2 000 000	109,43%	1,09	2 188 520,00	1 090,61	2 181 214
ES00000123X3	ETAT ESPAGNE 4.4%/ 31/10/2023	130	130 000	126,81%	1,27	164 853,00	1 099,25	142 903
IE00B8H3SQ895	ETAT IRLANDE 1.1%/ 15-05-2029	1 000	1 000 000	108,61%	1,09	1 086 090	1 088,23	1 088 232
IE00B4TV0D44	ETAT IRLANDE 5.4%/ 13-03-2025	130	130 000	142,40%	1,42	185 120	1 231,95	160 153
DE000A1K0UG6	KFW 2.5%/ 17-01-2022	300	300 000	113,52%	1,14	340 545	1 024,94	307 481
	sub-total	6 460	6 460 000			7 022 051		6 937 682
2.2.2.2 - De outros emissores públicos								
XS1623360028	DEXIA CREDIT LOCAL FRANCE 0.25%/ 02-06-2022	100	100 000	99,69%	1,00	99 688	1 004,75	100 475
FR0013183167	ILE DE FRANCE 0.5%/ 14-06-2025	200	200 000	97,54%	0,98	195 086	1 027,64	205 528
FR0011512193	ILE DE FRANCE 2.25% / 10-06-2023	200	200 000	110,91%	1,11	221 810	1 050,40	210 080
ES0000101693	MADRID 1.189%/ 08-05-2022	110	110 000	104,05%	1,04	114 455,00	1 013,92	111 531
ES0000101818	MADRID 2.146%/ 34-04-2027	350	350 000	115,19%	1,15	403 179,00	1 124,40	393 542
ES0000106619	PAYS BASQUE 1.450%/ 30-04-2028	650	650 000	111,41%	1,11	724 132,50	1 089,03	707 871
	sub-total	1 610	1 610 000			1 758 351		1 729 027

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
2.2.2.3 - De outros emissores								
XS1136406342	3M 1.5%/ 09-11-2026	500	500 000	109,29%	1,09	546 435	1 063,64	531 818
XS2180510732	ABN AMRO BANK 1.250%/ 28-05-2025	500	500 000	99,68%	1,00	498 400	989,36	494 678
ES0200002022	ADIF AV 0.8%/ 05-07-2023	200	200 000	99,74%	1,00	199 488	1 022,62	204 525
ES0200002048	ADIF AV 0.950%/ 30-04-2027	200	200 000	99,85%	1,00	199 692	1 052,08	210 415
ES0200002014	ADIF AV 1.875%/ 22-09-2022	100	100 000	103,35%	1,03	103 350	1 022,14	102 214
FR0013302197	ADP 1%/ 13-12-2027	700	700 000	106,68%	1,07	746 782	1 034,59	724 215
XS1529854793	AEGON 1%/ 08-12-2023	200	200 000	100,45%	1,00	200 900	1 025,53	205 106
FR0013431137	AFD 0.25%/ 29-06-2029	600	600 000	100,63%	1,01	603 780	1 009,07	605 440
XS0745896000	AFD 3.75%/ 15-02-2027	400	400 000	126,57%	1,27	506 272	1 228,57	491 430
FR0014001LQ5	AGENCE FRANCE LOCALE 0%/ 20-03-2031	1 000	1 000 000	96,38%	0,96	963 840	968,80	968 800
FR0013505559	AIR LIQUIDE FIN 1%/ 02-04-2025	300	300 000	99,89%	1,00	299 679	1 040,98	312 294
DE000A1954V6	ALLIANZ FIN II 0.875%/ 06-12-2027	900	900 000	105,84%	1,06	952 560	1 040,90	936 809
XS1878191052	AMADEUS IT 0.875%/ 18-09-2023	400	400 000	99,90%	1,00	399 592	1 015,99	406 397
XS1288342659	AMERICAN HONDA FIN 1.375%/ 10-11-2022	400	400 000	104,30%	1,04	417 200	1 016,82	406 728
XS2389757944	ANZ NOVA ZELÂNDIA 0.2%/ 23-09-2027	1 000	1 000 000	99,74%	1,00	997 380	989,34	989 342
FR0013251170	ASF 1.125%/ 20-04-2026	100	100 000	99,71%	1,00	99 711	1 050,66	105 066
XS1907118894	AT AND T 1.05%/ 05-09-2023	300	300 000	99,75%	1,00	299 250	1 022,57	306 770
XS2180007549	AT T 1.6%/ 19-05-2028	400	400 000	107,75%	1,08	430 992	1 066,91	426 763
FR0013378445	ATOS 0.75% 07/05-2022	200	200 000	99,75%	1,00	199 508	1 007,29	201 458
FR0011372622	AUCHAN 2.375%/ 12-12-2022	300	300 000	109,65%	1,10	328 950	1 026,74	308 021
XS1557268221	BANCO SANTANDER 1.375%/ 09-02-2022	100	100 000	100,88%	1,01	100 880	1 014,14	101 414
XS1079726334	BANK OF AMERICA 2.375%/ 19-06-2024	100	100 000	109,03%	1,09	109 030	1 071,59	107 159
XS1678372472	BBVA 0.75% / 11-09-2022	400	400 000	99,42%	0,99	397 680	1 010,48	404 192
XS0821096418	BK NED GEMEENTEN BNG 2.25% / 30-08-2022	200	200 000	111,48%	1,11	222 950	1 026,38	205 276
XS1589881785	BMW FIN 0.875%/ 03-04-2025	150	150 000	99,48%	0,99	149 217	1 035,82	155 373
XS1910245676	BMW FIN 1%/ 14-11-2024	200	200 000	99,28%	0,99	198 568	1 032,59	206 518
XS1419646317	BNP 1.5%/ 25-05-2028	900	900 000	109,53%	1,10	985 770	1 082,64	974 377
FR0014006CS9	BOUYGUES 0.5%/ 02-11-2030	1 000	1 000 000	99,77%	1,00	997 730	992,21	992 208
XS1114473579	BP CAPITAL MARKETS PLC 2.213%/ 25-09-2026	200	200 000	110,35%	1,10	220 700	1 098,28	219 656
XS1851277969	BP CAPITAL MARKETS 0.9%/ 03-07-24	500	500 000	100,35%	1,00	501 760	1 027,96	513 982
XS1114477133	BP CAPITAL MARKETS 3.526%/ 26-09-2022	400	400 000	105,47%	1,05	421 880	1 018,41	407 365
FR0013204476	BPCE 0.375%/ 05-10-2023	100	100 000	96,10%	0,96	96 102	1 010,99	101 099
FR0013455540	BPCE 0.5%/ 24-02-2027	400	400 000	99,07%	0,99	396 284	1 003,35	401 339
FR0013403862	BPCE SFH 0.625%/ 22-09-2027	300	300 000	101,74%	1,02	305 220	1 034,61	310 384
FR0013244415	BPIFRANCE 0.75%/ 25-11-2024	400	400 000	102,90%	1,03	411 600	1 031,64	412 656
FR0013256369	BPIFRANCE 1%/ 25-05-2027	300	300 000	103,17%	1,03	309 504	1 066,13	319 838
XS1377681272	BRITISH TELECOM 1.125%/ 10-03-2023	300	300 000	101,69%	1,02	305 059	1 022,82	306 847
XS1401331753	CARREFOUR 0.75%/ 26-04-2024	100	100 000	99,21%	0,99	99 214	1 019,32	101 932
FR0013256427	CFF 0.2%/ 16-06-2022	200	200 000	99,86%	1,00	199 714	1 005,78	201 156
FR0013213832	CNP ASSURANCES 1.875%/ 20-10-2022	600	600 000	102,30%	1,02	613 790	1 018,90	611 339
XS1197833053	COCA COLA 1.125%/ 09-03-2027	1 000	1 000 000	98,82%	0,99	988 220	978,62	978 617
ES0224261042	CORES 1.5%/ 27-11-2022	100	100 000	101,40%	1,01	101 400	1 018,70	101 670
FR0014005J14	CREDIT AGRICOLE 0.5%/ 21-09-2029	800	800 000	99,77%	1,00	798 176	988,18	790 547
FR0011625482	CREDIT AGRICOLE 3.15%/ 23-12-2023	400	400 000	114,65%	1,15	458 600	1 064,00	425 600
FR0011659366	CREDIT AGRICOLE SA 3.030 / 21-02-2024	250	250 000	114,12%	1,14	285 300	1 067,02	266 755
DE000A194DD9	DAIMLER FIN 0.875%/ 09/04/2024	300	300 000	99,52%	1,00	298 554	1 028,68	308 603
XS2391406530	DEUTSCHBAHNFIN 0,35%/ 29-09-2031	600	600 000	99,85%	1,00	599 118	987,99	592 795
XS1309518998	DEUTSCHE BAHN FIN 1.25% / 23-10-2025	100	100 000	99,00%	0,99	98 996	1 050,36	105 036
XS2009152591	EASYJET 0.875%/ 11-06-2025	300	300 000	98,45%	0,98	295 347	1 008,57	302 570
XS1505884723	EASYJET 1.125%/ 18-10-2023	100	100 000	99,38%	0,99	99 384	1 017,28	101 728
XS1558083652	EDP FINANCE 1.875%/ 29-09-2023	100	100 000	99,66%	1,00	99 657	1 041,38	104 138
XS1222590488	EDP FINANCE 2%/ 22-04-2025	200	200 000	103,98%	1,04	207 950	1 078,06	215 613
XS2390400716	ENEL FIN INTL 0.375%/ 28-05-2029	500	500 000	99,90%	1,00	499 510	981,96	490 979
XS1684269332	ENI 1%/ 14-03-2025	100	100 000	99,67%	1,00	99 671	1 035,50	103 550
XS1515222385	EQUINOR 0.75%/ 09-11-2026	300	300 000	104,47%	1,04	313 419	1 026,77	308 031
XS1396767854	GAS NATURAL FIN 1.25%/ 19-04-2026	300	300 000	100,90%	1,01	302 700	1 051,37	315 410
XS1612542669	GENERAL ELECTRIC 0.375%/ 17-05-2022	200	200 000	99,54%	1,00	199 082	1 008,54	200 848
XS1147605791	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL 1.375% / 02-12-2024	200	200 000	104,35%	1,04	208 700	1 061,49	208 858
XS1366026679	HONEYWELL INTL 1.3%/ 22-02-2023	400	400 000	104,40%	1,04	417 600	1 029,31	411 725
FR0013444304	HSBC FRANCE 0.1%/ 03-09-2027	300	300 000	99,85%	1,00	299 547	983,73	295 118
XS1485597329	HSBC HLDG 0.875%/ 06-09-2024	200	200 000	98,20%	0,98	196 400	1 024,18	204 836
XS1375955678	IBM 1.75% 07-03-2028	600	600 000	113,11%	1,13	678 660	1 097,54	658 521
FR0013320058	ICADE 1.625%/ 28-02-2028	500	500 000	107,88%	1,08	539 395	1 065,42	532 712

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
XS1882544627	ING GROUP 1%/ 20/09/2023	200	200 000	99,32%	0,99	198 647	1 022,69	204 539
XS1319817323	INTL FLAVOR FRAGRANCES 1.75%/ 14-03-2024	100	100 000	99,82%	1,00	99 822	1 047,20	104 720
XS1578294081	ITALGAS 1.125%/ 14-03-2024	100	100 000	99,71%	1,00	99 706	1 034,50	103 450
XS1683495136	JOHN DEERE CASH MANAG. 0.5%/ 15-09-2023	400	400 000	99,86%	1,00	399 434	1 015,17	406 066
XS1402921412	JP MORGAN 1.5%/ 29-10-2026	600	600 000	105,00%	1,05	629 986	1 060,69	636 413
FR0013121753	KLEPIERRE 1.875%/19-02-2026	700	700 000	106,59%	1,07	746 109	1 076,68	753 677
FR0012758985	LA POSTE 1.125%/04-06-2025	200	200 000	101,75%	1,02	203 500	1 046,47	209 295
FR0013286846	LEGRAND 0.5%/ 09-10-2023	200	200 000	99,47%	0,99	198 942	1 012,54	202 507
FR0013266830	LEGRAND 0.75%/ 06-07-2024	200	200 000	99,59%	1,00	199 186	1 024,26	204 852
XS0257022714	LEHMAN 0% /12-06-2013	100	100 000	92,45%	0,92	92 451	0,10	10
XS2393236000	MCDONALD S 0.25%/04-10-2028	400	400 000	99,33%	0,99	397 320	983,90	393 561
XS1403264374	MCDONALDS 1%/ 15-11-2023	300	300 000	100,94%	1,01	302 822	1 023,66	307 098
FR0012332203	MERCIALYS 1.787%/ 31-03-2023	100	100 000	103,30%	1,03	103 300	1 032,06	103 206
XS1398336351	MERLIN PROP.2.225%/ 25-04-2023	400	400 000	105,16%	1,05	420 630	1 037,74	415 096
XS1675764945	MITSUBISHI UFJ FIN GR 0.872%/ 07-09-2024	400	400 000	100,00%	1,00	400 000	1 025,15	410 059
XS2241387096	MIZUHO FIN 0.693%/ 07-10-2030	600	600 000	100,31%	1,00	601 852	991,61	594 968
XS1685481332	NATIONAL AUSTRALIA BK 0.625%/ 18-09-2024	800	800 000	99,50%	1,00	796 024	1 019,08	815 265
XS2148372696	NESTLÉ FIN INTL 1.125%/ 01/04/2026	200	200 000	99,42%	0,99	198 838	1 051,95	210 389
XS1640493372	NORDEA BANK 0.3%/ 30-06-2022	200	200 000	99,89%	1,00	199 772	1 005,31	201 062
XS2149368529	PHILIPS 1.375%/ 30-03-2025	200	200 000	99,55%	1,00	199 100	1 049,60	209 919
XS1577747782	PRICELINE 0.8% / 10-03-2022	200	200 000	100,61%	1,01	201 226	1 007,79	201 558
XS1325825211	PRICELINE 2.15% / 25-11-2022	100	100 000	100,06%	1,00	100 060	1 018,22	101 822
XS1900752814	PROCTER AND GAMBLE 1.2%/ 30-10-2028	900	900 000	108,76%	1,09	978 840	1 064,04	957 635
XS1382784509	RABOBANK 1.250%/ 23-03-2026	100	100 000	103,67%	1,04	103 672	1 058,39	105 839
XS0826634874	RABOBANK 4.125%/ 14-09-2022	300	300 000	117,14%	1,17	351 414	1 042,71	312 812
FR0013183431	RATP 0.375% 15-06-2024	500	500 000	100,55%	1,01	502 740	1 018,24	509 122
FR0013241361	RCI BANQUE 1.375% 08-03-2024	40	40 000	99,78%	1,00	39 910	1 034,53	41 381
FR0013393774	RCI BANQUE 2%/ 11-07-2024	200	200 000	99,63%	1,00	199 260	1 049,58	209 916
XS1613140489	REPSOL INTL FIN 0.5%/ 23-05-2022	300	300 000	100,02%	1,00	300 072	1 006,44	301 932
FR0012199063	RESEAU DE TRANSPORT 1.625%/ 08-10-2024	200	200 000	106,20%	1,06	212 400	1 046,34	209 268
XS2153459123	ROYAL SCHIPHOL 2%/ 06-04-2029	900	900 000	111,85%	1,12	1 006 650	1 114,04	1 002 636
FR0013214137	SAGESSE 0.625%/ 20-10-2028	100	100 000	98,65%	0,99	98 650	1 035,43	103 543
FR0013053329	SANEF 1.875%/ 16-03-2026	100	100 000	102,12%	1,02	102 120	1 069,30	106 930
FR0013505104	SANOFI 1%/01-04-2025	200	200 000	99,72%	1,00	199 446	1 040,41	208 081
XS1956025651	SANTANDER CONS FIN 1%/ 27-02-2024	100	100 000	99,56%	1,00	99 555	1 029,71	102 971
XS2166754957	SCHLUMBERGER FINANCE 1.375% 28-10-2026	1 000	1 000 000	105,83%	1,06	1 058 346	1 052,21	1 052 211
XS1232098001	SIMON INTL FIN 1.375%/ 18-11-2022	400	400 000	103,67%	1,04	414 680	1 013,12	405 248
XS1318709497	SNAM 1.375%/ 19-11-2023	200	200 000	103,41%	1,03	206 820	1 030,68	206 136
XS0867612466	SOCIETE GENERALE 4%/ 07-06-2023	300	300 000	114,95%	1,15	344 850	1 078,38	323 515
XS2404629235	SVENSKA HANDELSBANKEN 0.125% 03-11-26	1 000	1 000 000	99,75%	1,00	997 510	996,00	995 999
FR0013016631	TDF INFRASTRUCTURE 2.875%/ 19-10-2022	600	600 000	99,62%	1,00	597 696	993,04	595 823
XS2001737324	TELENOR 0.75%/ 31-05-2026	300	300 000	99,82%	1,00	299 451	1 027,00	308 099
XS0903136736	TELSTRA CORP 2.5%/ 15-09-2023	500	500 000	111,39%	1,11	556 930	1 052,83	526 414
XS1178105851	TERNA 0.875%/ 02-02-2022	200	200 000	102,03%	1,02	204 058	1 008,96	201 792
FR0013311347	THALES 0.75%/ 23-01-2025	800	800 000	101,89%	1,02	815 104	1 025,43	820 342
XS2338955805	TOYOTA MOTOR CR 0.125%/05-11-2027	1 000	1 000 000	99,86%	1,00	998 640	985,59	985 592
FR0013332988	UNIBAIL-RODAMCO 1.125%/ 15-09-2025	300	300 000	99,77%	1,00	299 313	1 028,50	308 549
XS1401196958	UNIBAIL-RODAMCO 1.125%/ 28-04-2027	600	600 000	105,53%	1,06	633 162	1 041,01	624 608
FR0013367620	VINCI 1%/ 26-09-2025	200	200 000	99,48%	0,99	198 954	1 034,73	206 946
FR0013282571	VIVENDI 0.875%/ 18-09-2024	400	400 000	99,37%	0,99	397 468	1 021,79	408 717
XS1972548231	VOLKSWAGEN FIN SVCS 1.5%/ 01-10-2024	200	200 000	99,54%	1,00	199 076	1 040,44	208 088
XS1642590480	VOLKSWAGEN LEASING 1.375%/ 20-01-2025	600	600 000	101,89%	1,02	611 357	1 047,50	628 498
XS1130067140	WELLS FARGO 1.125%/ 29-10-2021	1 000	1 000 000	105,54%	1,06	1 055 400	1 043,09	1 043 086
		43 640	43 640 000			44 994 070		44 828 124
2.3 - Derivados de negociação		52 167	52 166 806			95 796 508		95 366 512
2.4 - Derivados de cobertura		0				0,00		0,00
3 - TOTAL GERAL		57 993				105 292 336		104 668 081

ANEXO 2 - DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS
U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2020 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2021 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	0	0	0	0
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	33 989 543	7 077 061	34 421 298	7 508 816
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	2 303 548	1 752 699	317 070	-233 779
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	16 286 383	11 618 674	7 772 096	3 104 387
-OUTRAS COBERTURAS	5 623 310	4 564 401	392 440	-666 468
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	131 090	75 199	158 463	102 573
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1 426 046	230 317	938 996	-256 733
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	8 649	23 337	3 256	17 944
ASSISTÊNCIA	753 020	834 451	55 822	137 252
DIVERSOS	0	0	0	0
TOTAL	60 521 588	26 176 138	44 059 442	9 713 992
TOTAL GERAL	60 521 588	26 176 138	44 059 442	9 713 992

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano 2020 e anteriores

ANEXO 3 - DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	12 067 791	1 452 026	8 727 559	22 247 377
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	4 567 225	209 816	1 957 941	6 734 982
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	24 568 229	873 260	5 206 375	30 647 864
- OUTRAS COBERTURAS	14 724 574	392 603	-262 910	14 854 268
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	139 228	4 401	116 748	260 377
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	533 003	32 598	-86 593	479 009
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	26 179	0	2 333	28 511
ASSISTÊNCIA	4 514 336	0	83 052	4 597 388
DIVERSOS	0	0	0	0
TOTAL	61 140 566	2 964 704	15 744 505	79 849 775
RESSEGURO ACEITE	0	0	0	0
TOTAL GERAL	61 140 566	2 964 704	15 744 505	79 849 775

ANEXO 4 - DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS
U:Euro

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO NÃO VIDA					
Acidentes e Doença	31 777 141	31 499 278	22 247 377	8 692 577	-151 476
Incêndio e Outros Danos	11 243 946	9 958 407	6 734 982	2 971 208	-356 727
Automóvel:					
Responsabilidade Civil	37 989 243	37 176 470	30 647 864	7 693 936	1 542 499
Outras Coberturas	26 712 873	26 390 199	14 854 268	5 646 320	3 118 225
Marítimo e Transportes	152 690	144 246	183 881	31 228	-127 806
Mercadorias Transportadas	217 743	225 534	71 193	57 984	82 475
Resp.Civil Geral	1 515 703	1 491 747	484 312	371 110	-13 713
Protecção Jurídica	256 726	248 232	28 511	7 134	0
Assistência	6 514 170	6 297 145	4 597 388	201 483	-49
TOTAL	116 380 234	113 431 258	79 849 775	25 672 980	4 093 428

(*) Sem dedução da parte dos resseguradores

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas da
CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A.

1. RELATÓRIO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A., apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora realizada, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2021 e a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Companhia, a evolução da sua atividade, tendo registado com muito agrado o desenvolvimento da sua atividade. Registou, ainda, o bom desempenho da Companhia no presente exercício.

O Conselho Fiscal promoveu com regularidade reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões, tendo em consideração que a situação de pandemia provocada pelo coronavírus SARSCoV2 se mantém, decorreram por vídeo conferência. Contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira e Conselho de Administração. Mantivemos, igualmente, contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da Companhia e do Revisor Oficial de Contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou, ainda, o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas da Companhia, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e demais documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e os correspondentes, elaborados em conformidade com as normas contabilísticas e legais aplicáveis.

Procedeu, ainda, à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, dos serviços da empresa e do Revisor Oficial de Contas.



2. PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) o Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

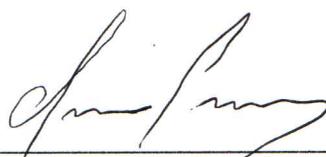
Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e na alínea c) do n.º 1 do art.º 245.º do Código dos Valores Imobiliários, os membros do Conselho Fiscal declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos Resultados da empresa.

Declararam ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Companhia, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 15 de Março de 2022

O Conselho Fiscal

Presidente:



(Manuel Augusto Lopes de Lemos)

Vogal:



(Humberto Manuel Martins Carneiro)

Vogal:



(José Elísio da Silva Quintas)

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. (a «Companhia»), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 177 202 607 euros e um total de capital próprio de 58 550 335 euros, incluindo um resultado líquido de 3 395 708 euros), a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado pelo Conselho de Administração no ponto 5 do seu Relatório de Gestão, nesta data não é possível antecipar as consequências que a situação atual de conflito na Europa e as consequentes sanções económicas impostas, poderão vir a ter na economia a nível nacional e mundial, e por consequência não é possível estimar com fiabilidade o impacto que esta situação poderá ter na situação financeira futura da Companhia. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram

consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Provisões Técnicas	
Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Conforme divulgado nas Notas 3.7, 4.1, 4.2, 4.5 e 4.6 do Anexo às Demonstrações financeiras, a avaliação do Órgão de gestão sobre as Provisões para a regularização dos sinistros futuros envolve julgamentos complexos e subjetivos sobre eventos futuros, internos e externos à Companhia, e pequenas alterações nos pressupostos considerados podem resultar em impactos materiais na valorização destas responsabilidades.</p> <p>As provisões técnicas apresentadas na demonstração da posição financeira, no montante global de 100 453 milhares de euros, representam 85% do total do passivo da Companhia, em 31 de dezembro de 2021.</p> <p>A Provisão para sinistros, a qual integra a Provisão de prestações, IBNR, IBNER e o Custo de Gestão de Sinistros, representa o custo estimado do total das obrigações pendentes da seguradora resultante dos sinistros ocorridos em data anterior à data de encerramento do exercício. Esta é uma área complexa e sujeita a julgamento profissional em resultado da incerteza inerente ao cálculo da estimativa das provisões para sinistros. No cálculo destas provisões são utilizados métodos estatísticos tanto estocásticos como determinísticos, sendo ambos os métodos complexos com inúmeras hipóteses sujeitas a validação/revisão.</p> <p>Especificamente no que respeita a linha de negócios de acidentes do trabalho, o normativo português regula as tábuas de mortalidade e as taxas de desconto. Contudo, as mesmas poderão não ser as mais indicadas à carteira da Companhia, pelo que carecem de revisão detalhada.</p> <p>Uma das incertezas mais significativas está relacionada com o cálculo de gastos a incorrer com sinistros graves que envolvam acidentes pessoais corporais (decorrentes da linha de negócio do Auto) e a determinação do valor atual das rendas que venham a ser definidas, assim como a eventual insuficiência das provisões para cobrir os riscos associados aos sinistros futuros.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A identificação, avaliação e teste à efetividade dos controlos-chave relacionados com o registo de apólices e o circuito do reporte e registo de sinistros, bem como a avaliação do desenho e implementação dos controlos associados ao reconhecimento e controlo das provisões técnicas; • A execução de procedimentos substantivos através da realização de testes com o objetivo de validar a coerência do nível de provisões registadas. Par tal procedemos à identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pela Companhia na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e • Revisão das metodologias utilizadas, incluindo os triângulos de sinistros pagos e ocorridos e o custo médio por sinistro, validando pontos críticos de julgamento como, a frequência de ocorrência, os fatores de desenvolvimento, a incorporação de melhorias nas tendências na projeção das provisões, e o benchmarking dos critérios-chave nas estimativas face ao conhecimento do setor. <p>Por fim, avaliámos se as divulgações efetuadas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras, relativamente às provisões técnicas, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

Valorização de Instrumentos Financeiros e de Terrenos e edifícios

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Conforme divulgado nas Notas 3.2, 3.3 e 5, do Anexo às Demonstrações financeiras ("Instrumentos Financeiros" e "Terrenos e edifícios"), as metodologias de valorização dos instrumentos financeiros e dos terrenos e edifícios requerem a utilização de pressupostos e julgamentos na determinação do seu justo valor.</p> <p>Os instrumentos financeiros e os terrenos e edifícios apresentados na demonstração da posição financeira como ativos disponíveis para venda e de terrenos e edifícios, no montante global de 113 718 milhares de euros, representam 64% do total do ativo da Companhia, em 31 de dezembro de 2021.</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave implementados na Companhia, relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros; • Verificação dos preços provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Companhia e sua comparação com os preços utilizados, analisando quaisquer diferenças significativas, e • Para posições menos líquidas, revisão, em base de amostragem, dos modelos e principais pressupostos (quando aplicável) e dos suportes adequados para a valorização adotada pela Companhia. <p>No que respeita aos terrenos e edifícios, dos procedimentos de auditoria realizados, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise à documentação de aquisição do novo edifício adquirido no ano de 2021; • Verificação sobre o correto registo contabilístico decorrente da avaliação, face ao montante apresentado pelo perito avaliador no seu relatório de avaliação; • Análise do relatório de avaliação, efetuada por perito independente, de forma a entender a sua objetividade, abordagem e os seus resultados; e • Análise dos pressupostos significativos, áreas críticas de julgamento e ainda da sua adequacidade com as condições de mercado. <p>Por fim, avaliámos se as divulgações efetuadas pela Companhia, no Anexo às demonstrações financeiras, relativamente aos Instrumentos Financeiros e aos Terrenos e Edifícios, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

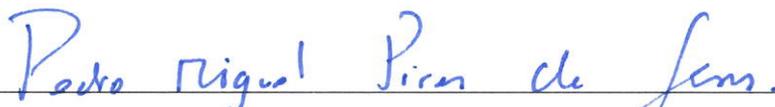
Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2014, para um mandato compreendido entre 2013 e 2016, tendo este sido renovado em 20 de outubro de 2017 para o quadriénio 2017-2020. Em

9 de julho de 2019 fomos nomeados para um novo mandato compreendido entre 2019-2022, tendo sido obtida autorização expressa por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Companhia em 17 de março de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 17 de março de 2022



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)